

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : (251)-115- 517 700 Fax : (251)-115 517844
website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Nona Sessão Ordinária
25 – 29 de Junho de 2006

Banjul, GÂMBIA

EX.CL/271 (IX)

RELATÓRIO DA COMISSÃO RELATIVO AO
PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2006

INTRODUÇÃO

Neste Relatório, destacam-se as áreas em que, desde a 8ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo e a 6ª Sessão Ordinária da Conferência realizadas em Cartum, a Comissão trabalhou para resolver os problemas e os desafios com que se confronta, bem como os Estados-membros, para a consolidação da criação da nossa jovem União.

Neste processo de consolidação, uma das áreas prioritárias da Comissão é a criação de vários órgãos que compreendem a estrutura da União Africana previstos no Acto Constitutivo. Uma vez que isto é uma condição indispensável para a realização de uma União funcional, o Conselho informa que avanços significativos foram alcançados nesta área, como por exemplo a criação do Tribunal de Justiça da União Africana. A este respeito, o Conselho tem o prazer de informar que, num acontecimento histórico, os seus juízes prestarão juramento durante a próxima sessão da Conferência em Banjul.

A Comissão tentou igualmente resolver a questão relativa à criação de três Instituições Financeiras estipuladas no Artigo 19 do Acto Constitutivo. O Conselho pode verificar que a criação dos Comitês Técnicos para as três Instituições está numa fase avançada.

No contexto da nossa análise da questão da estrutura da União Africana, devo igualmente mencionar a questão da racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CERs) que é o tema principal da Cimeira de Banjul. Neste sentido, é necessário mencionar a realização da Conferência dos Ministros da Integração em Ouagadougou, Burkina Faso, no final de Março de 2006, cujo relatório vai ser apresentado à consideração do Conselho e da Conferência.

A Comissão prosseguiu esforços no sentido de dotar a União de uma Infraestrutura Pan-Africana de Comunicação/Media através da criação da Cadeia Pan-Africana de Rádio e Televisão, de acordo com a Decisão da Cimeira de Sirte de 2005. Nesse sentido, foi realizada uma reunião do Comité Director em Fevereiro de 2006 no Cairo, Egipto, seguida de uma reunião dos Ministros da Informação e Comunicação da UA em Adis Abeba, de 14 a 15 de Junho de 2006.

Por sua vez, a Comissão, motivada pelo reconhecimento do seu papel como um dos principais órgãos da União Africana, e a consequente necessidade de reforçar o seu funcionamento, empreendeu esforços para melhorar a sua gestão administrativa e financeira. Para assegurar a implementação total e eficiente dos seus programas, a Comissão esforçou-se para concluir o processo de recrutamento, de acordo com a Decisão de Maputo e a estrutura revista aprovada em Maputo. Durante o período em

revista, a Comissão tentou melhorar o desempenho da sua gestão financeira com, entre outras, a implementação sistemática das recomendações contidas no relatório do Conselho dos Auditores Externos. O Conselho Executivo irá deliberar igualmente as propostas relativas à estrutura do orçamento e as modalidades de financiamento do orçamento, bem como o projecto do novo Regulamento Financeiro.

Entretanto, lamento que, apesar da adopção da nova tabela de contribuições e pelo facto de estarmos na primeira metade do Ano Financeiro de 2006, os pagamentos das contribuições e dos atrasados relativos a 2006 continuam muito baixos. Até ao momento da finalização deste relatório, o saldo dos atrasados ascendida a 54.071.239,39 \$EU. Igualmente, só 29.194.551,12 \$EU foram pagos até ao momento para o ano corrente, ficando um saldo de 40.194.944,88 \$EU. O Conselho reconhece que é uma situação crítica que necessita de uma atenção urgente dos membros da nossa União.

A Comissão preocupou-se igualmente com a importância da Integração do Género como uma das formas de melhorar a eficiência. Nesse sentido, no período em revista iniciaram-se esforços dedicados ao reforço das capacidades internas da Comissão para a integração do género. Estão em curso planos para o envolvimento de todos os departamentos da Comissão da UA, outros órgãos da UA, CERs e Estados Membros, num processo consultivo destinado a desenvolver um plano estratégico e instrumentos para a integração do género em todos os seus programas.

Consciente do trabalho de toda a Comissão na área de prevenção, gestão, resolução de conflitos e reconstrução pós-conflito, outros departamentos da Comissão trabalharam para complementar o trabalho em curso pelo Departamento de Paz e Segurança e pelo Conselho de Paz e Segurança. Este relatório destaca todas as áreas de conflito no Continente e os esforços desenvolvidos pela União para os resolver.

Os esforços que continuamos a desenvolver no campo de uma das nossas principais prioridades, nomeadamente a democracia e a boa-governança estão necessariamente relacionados com os nossos esforços no domínio da paz e segurança. A Comissão seguiu com grande interesse, os esforços que os Estados Membros têm levado a cabo para consolidar a democracia e a boa-governança, e nesse contexto, a Comissão teve a honra de ser convidada, por vários Estados Membros, a observar eleições. No contexto mais amplo dos nossos esforços para o reforço da nossa jovem democracia no Continente, gostaria de mencionar o trabalho actualmente em curso no contexto da revisão da Declaração de Lomé sobre Mudanças Inconstitucionais e a Carta sobre Democracia, Eleições e Boa-Governança. A Comissão está igualmente envolvida na implementação da Declaração de Adis Abeba adoptada pela 5ª Conferência dos Ministros da UA responsáveis pela Função Pública.

Igualmente em relação ao Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, gostaria de dizer que o processo de adesão por parte dos Estados Membros continua. Até ao momento, 26 Estados Membros da UA já aderiram ao Mecanismo. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para encorajar mais Estados Membros a fazê-lo. De igual modo, gostaria de os encorajar a ratificar a Convenção contra a Corrupção.

Para além da Comissão ter dado ênfase à criação de um ambiente político propício à implementação da agenda para a integração económica do Continente, iniciou programas visando avançar o processo de integração económica, daí todas as actividades levadas a cabo aos níveis sectoriais por vários Ministérios Sectoriais dos nossos Estados Membros sob a coordenação dos vários Departamentos e Direcções da Comissão.

Neste sentido, é importante evocar as duas Cimeiras Especiais organizadas durante o período em revista, ambas acolhidas pelo Governo da República Federal da Nigéria em Abuja, nomeadamente:

- a Cimeira Especial sobre o VIH/SIDA, a Malária e a Tuberculose (1 a 4 de Maio); e
- a Cimeira Especial sobre os Fertilizantes (9 a 13 de Junho).

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar a profunda gratidão da União ao Presidente da República Federal da Nigéria por ter acolhido esses dois eventos.

Finalmente, ao tomar conhecimento do crescente reconhecimento que a nossa União vem ganhando em todo o mundo, o Conselho pode anotar que as nossas relações externas estão a alargar e que, desde a última Cimeira em Cartum, em Janeiro de 2006, a Comissão recebeu as Credenciais de mais quatro Estados não-africanos, o que eleva para 35 o número total de Estados não-africanos acreditados na União.

Para além das nossas relações com os nossos vizinhos no Mundo Árabe, as nossas relações com outras regiões também permanecem no topo da nossa agenda. Além disso, observámos o crescente interesse por parte de outros, o que reflecte o lugar e a posição da África no mundo em geral. Um caso elucidativo é a recente visita do Primeiro-ministro Japonês a África, durante a qual visitou a Sede da União Africana. O advento de uma novo conjunto de relações entre a nossa União com países como o Japão e as emergentes potências asiáticas, incluindo a Índia e a China, esperamos que traga benefícios concretos em termos das lições que podem ser aprendidas a partir da história do seu próprio desenvolvimento. Entretanto, continuamos a aprofundar a nossa cooperação com outras regiões do mundo incluindo a Europa através da UE.

Igualmente na nossa proposta de fortalecer e tirar proveito dos benefícios mútuos decorrentes das nossas relações com os nossos “parentes” na América e nas Caraíbas, o Conselho deve anotar que estão sendo tomadas medidas para o desenvolvimento do Processo da Diáspora Africana, incluindo a realização de uma Cimeira África-América do Sul programada para ser realizada em Abuja, Nigéria, de 30 de Novembro a 1 de Dezembro de 2006. No quadro dos preparativos, estão a ser feitos esforços para inaugurar a Rede da Diáspora da América Central e do Sul. Como já fiz na parte principal deste relatório, lanço um apelo a todos os Estados Membros a juntarem-se e a apoiarem ambas as reuniões com vista à promoção da Cooperação Sul-Sul e das nossas relações com a Diáspora Africana.

Alpha Oumar Konaré

QUESTÕES JURÍDICAS

I. Funções de Depositário

1. Quero informar o Conselho que, desde a apresentação do último relatório em Janeiro de 2006, não houve nenhuma evolução relativamente à situação dos Tratados da OUA/UA. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para exortar os Estados Membros, que ainda não o fizeram, a acelerar o processo de ratificação/adesão de todos os Tratados da OUA/UA, a fim de facilitar a sua imediata entrada em vigor.

II. Acreditação de Estados Não-africanos junto da União Africana

2. Em conformidade com a Parte II, Secção II (3) dos Critérios de Concessão do Estatuto de Observador e do Sistema de Acreditação vigente na União Africana (os Critérios), adoptados pelo Conselho Executivo em Julho de 2005, recebi e analisei pedidos de acreditação de vários Estados Não-africanos, tendo em conta o supremo interesse da União e as preocupações dos Estados Membros. Desde o último relatório apresentado, aceitei credenciais de quatro (4) Estados Não-africanos, para além dos que foram acreditados antes, em conformidade com as disposições da Parte II, Secção II (3) dos Critérios de Concessão do Estatuto de Observador da UA e o Sistema de Acreditação vigente na UA. Os nomes dos representantes acreditados desde a apresentação do meu último relatório e os seus Estados respectivos constam da lista que vem no quadro a seguir:

Nº	Nomes dos Representantes Acreditados	País
1.	S. E. Dr. Amin Mohamed Al-Yousfi	Yemen
2.	S. E. Sr. Cesar Castillo Ramirez	Peru
3.	S.E. Dr. Richard Vella Laurenti	Malta
4.	S.E. Sr. Antonio Malouf Gabriel	Guatemala

3. Actualmente, o número de Estados Não-africanos acreditados na União é de trinta e cinco (35).

III. Fusão do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos com o Tribunal de Justiça da União Africana

4. O Conselho deve lembrar-se que nos termos da sua Decisão EX.CL/Dec.237 (VIII), adoptada em Janeiro de 2006, em Cartum, Sudão, foi solicitado aos Estados Membros para apresentarem os seus comentários e observações à Comissão até 31 de Março de 2006, sobre o projecto de instrumento jurídico único preparado pelo Ministro Argelino dos Negócios Estrangeiros a pedido da Conferência e que subsequentemente foi analisado pelo Grupo de Trabalho de Juristas que se reuniu em Novembro de 2005 em Argel, Argélia. Além disso, o Conselho decidiu que o projecto

do instrumento jurídico único preparado pelo Grupo de Trabalho de Argel, incluindo os comentários e observações dos Estados Membros, devia ser submetido a uma reunião conjunta do CRP e dos juristas dos Estados Membros para finalização e apresentação às posteriores Sessões Ordinárias do Conselho Executivo e da Conferência.

5. Para o efeito, foi realizada uma reunião do Comité dos Representantes Permanentes e dos Juristas dos Estados Membros de 16 a 19 de Maio de 2006, na sede da UA em Adis Abeba, Etiópia. A reunião analisou e finalizou o Projecto de Protocolo dos Estatutos do Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos do Homem, que foi submetido à consideração desta sessão.

IV. O caso Hissène Habré

6. O Conselho deve lembrar-se que durante a última Sessão da Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Janeiro de 2006, em Cartum, Sudão, a Conferência, através da Decisão Assembly/AU/Dec.1'3 (VI), decidiu transferir o caso Hissène Habré a um comité de Eminentes Juristas Africanos a ser designado pelo Presidente da Comissão. O Comité foi mandatado para analisar todos os aspectos e implicações do Caso Hissène Habré e as opções disponíveis para o julgamento, tendo em conta os seguintes pontos de referência:

- (a) Adesão aos princípios de total rejeição da impunidade;
- (b) Adesão às normas internacional de julgamento justo nomeadamente a independência do poder judicial e a imparcialidade dos processos;
- (c) Jurisdição sobre os alegados crimes para os quais o Sr. Habré deve ser julgado;
- (d) Eficiência em termos de custo e de tempo de julgamento;
- (e) Acesso ao julgamento pelas alegadas vítimas e testemunhas;
- (f) Prioridade a um sistema Africano.

7. O Comité foi igualmente mandatado para fazer recomendações concretas sobre as modalidades de tratamento de questões semelhantes no futuro e apresentar um relatório à próxima Sessão Ordinária da Conferência em Julho de 2006.

8. Tenho o prazer de informar o Conselho que o Comité previsto pela decisão foi criado em consulta com o Presidente da União e reuniu-se em Adis Abeba de 22 a 24 de Maio de 2006. O Conselho apresentará o seu relatório à presente Sessão da Conferência.

MULHERES, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

9. O período em análise foi essencialmente dedicado ao reforço da capacidade interna para a Integração do Género. De 30 a 31 de Março de 2006, realizou-se em

Adis Abeba, Etiópia, um Seminário para a Elaboração de currículos para um Curso de Formulação de Políticas Económicas em África que tenham em conta o género, e que foi uma iniciativa conjunta da Comissão da União Africana e do Instituto das Nações Unidas para o Planeamento e o Desenvolvimento Económico (UNIDEP), visando aumentar a capacidade dos planificadores de desenvolvimento, investigadores e responsáveis da sociedade civil para compreender, analisar e utilizar conceitos e instrumentos que tenham em conta o género na planificação e implementação das actividades de desenvolvimento. A visão é vencer os desafios que se colocam à integração do género nas políticas económicas. O primeiro curso de formação terá lugar entre Outubro e Dezembro de 2006.

10. A 3 de Abril de 2006, iniciou-se uma Consultoria com o objectivo de elaborar um Plano Estratégico e um Orçamento Quinquenal da União Africana para a Integração do Género. Os departamentos da comissão da UA, outros órgãos da UA, as CERs e os Estados Membros serão consultados para elaborarem um plano estratégico e instrumentos de integração do género em todos os seus programas.

11. A fim de implementar a Declaração Solene dos Chefes de Estado da UA sobre a Igualdade do Género em África, o Comité de Mulheres da União Africana foi inaugurada e teve a sua primeira reunião de 28 a 29 de Abril de 2006. Oriundas de cada uma das cinco regiões de África e da Comunidade Africana na Diáspora, as 25 Personalidades femininas Africanas elegeram a Presidente, a Vice-presidente e a Relatora do Comité, redigiram o Regulamento Interno e adoptaram o Plano de Trabalho para 2006. O Comité acompanhará os progressos visando a igualdade do género no Continente, no quadro da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África.

12. No quadro dos esforços da União Africana visando reforçar o papel das mulheres nos processos de paz, especialmente nos países emergentes de conflitos, a Direcção, em parceria com o Programa Regional do PNUD para a Integração do Género em África, lançou uma Rede sobre Género, Preservação da Paz e Governação, que é uma comunidade de pensadores, planificadores e outras partes interessadas em trabalhar para promover a governação que tenha em conta o género nos países emergentes de conflitos. O Comité Director Provisório desta Rede realizou a sua primeira reunião a 23 de Junho de 2006, em Banjul, Gâmbia, à margem do Fórum das Mulheres que antecede a Cimeira da UA.

ACTIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

ACTIVIDADES

13. Desde a Cimeira de Cartum, em Janeiro de 2006, as actividades de Auditoria realizadas pelo Gabinete de Auditoria Interna incluíram a análise de:

- (a) Missão da União Africana no Sudão (AMIS);
- (b) Tesouraria e Gestão de Tesouraria na Sede;
- (c) Execução do Orçamento e Controle de Despesas na Sede;
- (d) Conselho Fitossanitário Inter-Africano (Yaoundé);
- (e) Bureau Inter-africano para os Recursos Animais (UA-BIRA, Nairobi).

IMPACTO E DESAFIOS

14. O Gabinete continuou a apoiar a direcção na realização da missão, visão e objectivos da Comissão, promovendo a adopção de controlos internos eficientes e eficazes, a avaliação de riscos e recomendações de medidas para reduzir esses riscos. Assim, o Gabinete desempenhou um papel de prevenção e de apoio às decisões no estabelecimento de uma Comissão eficiente, transparente e responsável.

15. Contudo, apesar do papel crucial que o Gabinete de Auditoria Interna tem vindo a desempenhar, enfrentar o grave problema de falta de pessoal, que deverá ser resolvido no quadro do processo de recrutamento em curso e da revisão da estrutura de Maputo.

VIA A SEGUIR

16. Em conformidade com o Plano Estratégico da Comissão para 2004-2007, o Gabinete de Auditoria Interna tenciona preparar uma Carta e um Manual de Auditoria e organizar um seminário para a administração sobre o papel da Auditoria Interna, avaliação de riscos e boa governação. Para o exercício de 2006, os parceiros da UA já anunciaram o montante de 80.000 \$EU, para esses projectos. Este exercício de reforço de capacidades vai ajudar o Gabinete a prestar os serviços necessários à Comissão e satisfazer as preocupações dos parceiros da UA que foram apresentadas no quadro do reforço das relações e da ajuda. Prevê-se que o seminário reduza a resistência passiva dos funcionários envolvidos na auditoria, promova uma abordagem preventiva ao processo de gestão de riscos e encoraje a administração a trabalhar de forma diligente e positiva com o Gabinete de Auditoria Interna.

DIRECÇÃO DOS CIDADÃOS AFRICANOS (CIDO)

Introdução

17. As actividades da Direcção dos Cidadãos Africanos (CIDO) no período em análise centraram-se em: (a) apoio à consolidação do processo ECOSOCC; (b) continuação da elaboração do plano de acção para o desenvolvimento de relações pragmáticas, efectivas e sustentáveis entre as organizações da sociedade civil e o programa de paz, segurança, democracia e governação da UA e facilitar a operacionalização do Artigo 20 do Protocolo do Conselho de Paz e Segurança (CPS); (c) apoio à Segunda Conferência de Intelectuais que terá lugar de 12 a 14 de Julho

de 2006, na Baía, Brasil, e ao desenvolvimento do processo da Diáspora Africana; (e) reforço das capacidades da CIDO uma vez que resulta da transformação da Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África (CSEDCA).

a) Apoio à Consolidação do ECOSOCC

18. Após a aprovação do orçamento do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (COSOCC) na 6ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizado em Janeiro de 2006, em Cartum, começou-se a trabalhar no processo de consultas e eleições nacionais e regionais para a Conferência do ECOSOCC no período após a transição. O processo de lançamento teve lugar a 1 de Fevereiro de 2006 no Quénia, quando o Presidente convocou uma reunião de todas as organizações da Sociedade Civil Quenianas em Nairobi. Essa reunião criou um Comité Director Nacional e designou presidentes para cada um dos grupos constituídos. O processo foi concebido para ser abrangente e a sua vantagem inerente é que irá proporcionar uma base de dados global bem como uma vaga de participação popular e um quadro de referência democrático para os delegados eleitos no ECOSOCC; cujo quadro deveria integrar as especificidades nacionais, mas este exemplo distinguiu-se como modelo. A dificuldade é que corre o risco de ser dispendioso e o apoio financeiro para a reunião do Quénia ficou-se a dever, em parte, ao prestígio do Presidente, Prof. Wangari Maathai.

19. A reunião indicou igualmente que os membros da Assembleia Nacional Provisória deviam tomar iniciativas no sentido de conduzir o processo de consultas para eleições nos seus vários países. Este foi o consenso do Comité Permanente na sua primeira reunião em Abril de 2005, em Nairobi e a orientação estabelecida no Plano de Acção Estratégico do ECOSOCC elaborado em Julho de 2005. O Escritório do Presidente foi instalado em Nairobi para apoiar o Secretariado do ECOSOCC em Adis Abeba e apoiar os líderes na condução deste processo. O Escritório deu instruções no sentido de cada membro apresentar um relatório sobre o que foi feito em relação aos processos nacionais de consultas.

20. O resultado mostrou que alguns membros como Moçambique e Uganda tomaram iniciativa a este respeito. A dificuldade foi que o orçamento do ECOSOCC previa fundos para consultas regionais, continentais e da Diáspora, mas não para consultas nacionais. A expectativa era que as próprias organizações da sociedade civil deviam mobilizar fundos internamente e entre as comunidades de doadores para conduzir o processo nos países, como uma prova de apropriação e independência, e em conformidade com o espírito de parceria prevista no Acto Constitutivo da União. As OSCs não foram capazes de vencer este desafio, mas os representantes nacionais do ECOSOCC várias vezes pediram apoio financeiro ao Secretariado para viabilizar o processo de consultas e eleições nacionais.

21. Assim, o Secretariado começou a sensibilizar as comunidades de doadores, amigos e parceiros da UA sobre esta necessidade a fim de poder prestar a assistência necessária de acordo com as instruções da Presidente e do Comité Permanente. A este respeito, tenho o prazer de informar que tivemos contactos encorajadores, particularmente com a Espanha e a França.

22. Como complemento, a Presidente e a Mesa também iniciaram um processo de reuniões regionais de planificação estratégica, para continuar a avaliar a situação e coordenar apoio para as reuniões nacionais. Assim, foi realizada uma reunião da SADC para a elaboração de um Plano Estratégico Regional do ECOSOCC, de 27 a 28 de Abril de 2006 em Harare, Zimbabwe, e uma Reunião Consultiva Regional para as sub-regiões da África Ocidental e Central em Ota, Nigéria, de 15 a 17 de Junho de 2006. As reuniões foram conduzidas pelas vice-presidentes das regiões da África Austral e Ocidental respectivamente, em estreita colaboração com a Presidente. O objectivo foi passar em revista as actividades do ECOSOCC até à data, facilitar consultas intensivas sobre os progressos registados e o programa de trabalho, criar redes e o programa de trabalho, criar redes e mecanismos de resposta nacionais adequados ao ECOSOCC e definir ainda o processo de eleição dos membros, com a ênfase nas modalidades directivas para a instituição e apoio de reuniões nacionais. Espera-se que os resultados sirvam para enriquecer uma reunião subsequente do Comité Permanente que deverá ter lugar depois da Cimeira da UA de Julho de 2006, para finalizar o programa de trabalho e fixar prazos definidos e um calendário de eleições para todo o continente. Em seguida, um relatório sobre os processos de eleição será submetido à Sessão Ordinária do Conselho Executivo e à Conferência. É louvável que as reuniões de planificação regional tivessem sido financiadas e apoiadas pelos vice-presidentes com fundos mobilizados por sua iniciativa sem recurso ao orçamento do ECOSOCC. Além disso, os seus esforços constituem um desafio para a sociedade civil em geral.

23. Ao avaliar os progressos registados pelo ECOSOCC, convém notar que a ausência de apoio ao financiamento de programas para 2005, significa que cerca de dez meses foram perdidos no processo de implementação. Nos últimos três meses foram feitas muitas tentativas para actualizar o seu programa e plano de acção. Prevemos uma fase intensa e activa nos próximos meses, de acordo com o programa de trabalho e o calendário de eleições que está a ser definido pelo Comité Permanente. Os trabalhos dos próximos meses serão fundamentais para a fixação do período do mandato provisório do ECOSOCC. Será necessário recuperar o tempo perdido devido à falta de fundos, para que o ECOSOCC provisório possa concluir o seu mandato até fins de 2007 em vez de Fevereiro de 2007, como inicialmente previsto. Contudo, isso irá depender do calendário estabelecido pelo Comité Permanente e a experiência no terreno quando as eleições começarem. Entretanto, o ECOSOCC está a mobilizar apoio nacional, regional e continental para o seu programa de trabalho.

b) Programa de Governação, Democracia e Segurança

24. A Comissão continuou ainda a trabalhar no reforço da assistência às OSCs no quadro do programa de paz, governação e democracia, com o apoio do Programa Dinamarquês de Apoio à Paz em África. Outros parceiros internacionais também se mostraram interessadas no programa e estão em curso consultas para harmonizar contribuições e garantir que sejam racionalizadas a fim de darem um apoio eficaz ao programa da UA.

25. No âmbito deste processo, o Fórum dos Líderes Africanos, em colaboração com a Comissão da UA, acolheu de 5 a 7 de Abril de 2006, em Abuja, Nigéria, um Seminário Consultivo Tri-regional (África do Norte, Central e Ocidental) para acompanhar o reforço da colaboração UA-OSC no Programa de Paz e Segurança da UA. O Seminário reviu e aperfeiçoou as conclusões do Seminário do Gana e concentrou-se na adaptação do papel das OSCs na prestação de apoio efectivo ao processo de implementação de políticas da União Africana. Analisou ainda o quadro de reconstrução pós-conflito desenvolvido pelo Departamento de Paz e Segurança com vista a dar contribuições efectivas da sociedade civil. O resultado foi harmonizado com o texto anterior como base para um estudo do Grupo de Peritos dos Estados Membros. Consequentemente, decidiu-se que este quadro de consultas das OSCs fosse aplicado a outros instrumentos de políticas com vista a se aproveitarem as contribuições efectivas da sociedade civil no processo de formulação de políticas.

26. Estão em curso preparativos para um terceiro seminário bi-regional destinado às sub-regiões da África Austral e Central, a ter lugar em Setembro/Outubro de 2006 e que deverá culminar com publicação de conclusões e relatórios e um documento de quadro de políticas para ser apresentado à consideração do Conselho de Paz e Segurança, que delineará as modalidades e os procedimentos de operacionalização do Artigo 20º do Protocolo do CPS.

c) Apoio à 2ª Conferência de Intelectuais agendada para 12 a 14 de Julho de 2006, na Baía, Brasil e Desenvolvimento do Processo da Diáspora Africana

27. Como ponto focal na Comissão a CIDO continuou a prestar apoio efectivo à organização da 2ª Conferência dos Intelectuais de África e da Diáspora (CIAD II), agendada para 12 a 14 de Julho de 2006 na Baía, Brasil, bem como à Cimeira Africa-América do Sul que agora terá lugar em Abuja, Nigéria, de 30 de Novembro a 1 de Dezembro de 2006. foram feitas muitas consultas sobre a CIAD II e quanto aos preparativos da Cimeira Africa-América do Sul, já começaram verdadeiramente.

28. Lanço um apelo a todos os Estados Membros para que apoiem essas reuniões que servirão de âncoras para o nosso desejo de maior cooperação Sul-Sul e contribuam efectivamente para os nossos programas de envolvimento e mobilização da Diáspora Africana na edificação da União Africana. Numa Nota Verbal com a Ref;

CIDO/03/02/071.06, datada de 17 de Maio de 2006, a Comissão convidou todos os Estados Membros a patrocinarem pelo menos dois intelectuais para participarem na CIAD II a ter lugar no Brasil. Por conseguinte, exorto todos os Estados Membros a darem a máxima atenção a este pedido, a fim de garantir a participação efectiva do continente africano na reunião. O Comité de Representantes Permanentes também já foi informado sobre os planos e preparativos da reunião.

29. Estão sendo tomadas medidas para inaugurar a Rede da Diáspora América Central/Sul, a tempo de contribuir para a Cimeira Africa-América do Sul. A previsão inicial de inaugurar a Secção em Maio de 2006, de acordo com o calendário de reuniões aprovado, teve de ser adiada para o terceiro trimestre do ano, em fins de Setembro ou princípios de Outubro de 2006. Estão em curso programas efectivos para garantir a realização deste programa.

PLANIFICAÇÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS, MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

I. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

1. Introdução

30. Durante o período em revista, as actividades da Comissão na área da mobilização de recursos centraram-se na intensificação de esforços visando garantir fundos para a implementação das actividades prioritárias da UA para 2006 de acordo com o orçamento-programa aprovado. Ao mesmo tempo, a Comissão continuou a envolver parceiros internacionais na procura de modalidades de melhorar as medidas de cooperação e a eficácia na concessão da ajuda ao desenvolvimento, com o principal objectivo de receber apoio directo para o orçamento em vez de financiamento de projectos a nível individual.

2. Respostas e Quadro de Implementação

31. Neste contexto, foram realizadas várias actividades importantes, nomeadamente:

- Prosseguiu o Diálogo mensal com Parceiros Internacionais, estipulado no quadro da nova parceria. Este diálogo estruturado visa racionalizar, simplificar e harmonizar os procedimentos e práticas dos doadores com vista à redução dos custos de transação. O diálogo centrou-se igualmente na procura de mecanismos comuns de apoio por parte dos Parceiros Internacionais no sentido de haver previsibilidade e flexibilidade na concessão da ajuda ao desenvolvimento à UA;

- Foram organizadas reuniões estruturadas envolvendo todos os Departamentos /Direcções/Unidades da UA e Parceiros Internacionais com vista a garantir que conheçam bem as prioridades a curto e médio prazos e as condições de reforço de capacidades;
- Foram elaborados e submetidos relatórios financeiros e de actividades aos parceiros internacionais em conformidade com as obrigações contidas nos acordos de financiamento vigentes;
- Fez-se o seguimento e a programação dos anúncios de contribuições feitos pelos Parceiros Internacionais e foram preparados planos de despesas.

3. Resultados e Avaliação do Desempenho

- Estão sendo tomadas medidas para a passagem gradual do financiamento de projectos individuais para um maior apoio aos programas e, finalmente, apoio directo ao orçamento. Isso levou à concepção de um mecanismo comum de financiamento a curto prazo denominado Mecanismo de Procedimentos que visa reunir recursos dos Parceiros Internacionais para financiar sobretudo o Programa de Transformação das Instituições (PTI) e outras necessidades da CUA em matéria de reforço de capacidades.
- Alguns documentos de referência exaustivos foram elaborados para a programação dos 55 milhões de Euros prometidos pela CE e destinados a financiar os programas prioritários da UA num período de três anos. Prevê-se que todo o exercício de programação, incluindo a elaboração de uma proposta de financiamento com a CE fique concluído nos próximos meses para permitir a aprovação e o desembolso da primeira prestação de fundos no último trimestre de 2006.
- A Alemanha garantiu novos recursos no montante de 7 milhões de Euros e as discussões para a obtenção de 3,2 milhões de dólares da Noruega estão em fase avançada. Prevê-se que no futuro próximo, serão mobilizados mais recursos de outros Parceiros Internacionais através do Mecanismos de Procedimentos.

4. Problemas pendentes e questões afins

32. Uma Avaliação Institucional concluída recentemente e visando testar a eficácia dos sistemas Administrativos e de Gestão Financeira da Comissão da UA mostrou alguns pontos fracos nessas áreas. Essa avaliação baseou-se em grande parte no trabalho já realizado sob os auspícios da Firma Ernest & Young e o PTI. A Comissão

da UA está determinada a tratar destas insuficiências no quadro do PTI em curso, e nesse sentido iniciou discussões com a Noruega para financiar a implementação do Sistema Integrado de Gestão da Informação (SIGI) no valor de 3,2 milhões de dólares em 2006.

33. Um desafio relacionado com esta questão é a promoção da capacidade de absorção da UA, que exige, entre outras coisas, o reforço da capacidade da Comissão para desenvolver e implementar grandes programas e apresentar relatórios de actividades regulares em formatos acordados mutuamente com os parceiros Internacionais.

5. Via a Seguir

34. A Comissão vai continuar a realizar reuniões regulares com Parceiros Internacionais com vista a consolidar a nova parceria, mobilizar consensos e instaurar a confiança. Serão desenvolvidos esforços com vista à criação de medidas concretas no quadro dos mecanismos comuns de apoio ao doador e destinadas a tornar possível o apoio directo ao orçamento, reduzindo assim os custos de transacção e introduzindo alguma previsibilidade e flexibilidade de recursos na implementação do orçamento-programa

II. PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

35. Durante o período em revista, as actividades da Comissão na área da planificação, monitorização e avaliação incluíram a preparação de um manual de planificação e do relatório de monitorização e avaliação do 2º período, que estão a ser produzidos.

36. Além disso, com vista a permitir que o pessoal da UA compreenda melhor a planificação e a gestão com base em resultados, melhore as suas competências na área de monitorização e avaliação de programas, e apoie a formulação do relatório de avaliação e monitorização a médio prazo do Orçamento-Programa da Comissão, foi organizado um seminário sobre “Gestão com base em resultados”, e em colaboração com os Parceiros do Canadá, que teve lugar na Sede da UA de 20 a 21 de Fevereiro de 2006 e no qual participaram funcionários de vários Departamentos da Comissão, bem como dos Escritórios Regionais. O seminário foi organizado no quadro do primeiro passo da 2ª fase do Processo de Transformação Institucional da Comissão da UA. A fase seguinte inclui formação no serviço para os funcionários, com base num plano estabelecido. Foram igualmente tomadas medidas relativamente à implementação do Sistema de Monitorização e Avaliação.

III. DIVISÃO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS E DE INVESTIGAÇÃO

1. Introdução

37 Concebido no seio da Direcção de Planificação Estratégica, Supervisão e Avaliação de Políticas e a Mobilização de Recursos, a Divisão de Análise de Políticas e Investigação tem por missão dirigir estudos de análise que ajudem a encontrar soluções para os desafios enfrentados pela União Africana . Por outro lado, tendo em conta a importância que hoje se atribui à abordagem da acção de desenvolvimento baseada na capacidade de exercer funções, resolver problemas, fixar e atingir objectivos, a Divisão pretende propor programas de formação e de reforço de capacidades.

38 Com o objectivo de contribuir para a elaboração do Relatório do Presidente da Comissão da União Africana para o período relativo ao primeiro semestre de 2006, a Divisão apresenta as suas actividades de Setembro até Dezembro de 2005.

2. Actividades da Divisão

39 Ligada à Direcção de Planificação Estratégica que, por sua vez , depende do Presidente da Comissão, a Divisão debruçou-se essencialmente na análise de documentos e na proposta de esclarecimentos sobre questões de interesse para a União Africana. A Divisão analisou as seguintes questões à atenção da Comissão, e fez o ponto de situação de cada uma.

a. Proposta para a utilização dos fundos concedidos pelo Canadá

- Afectação de uma parte dos fundos concedidos pelo Canadá para a preparação de Livros brancos (White papers) durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2006.
- Proposta para a contratação de um consultor responsável pela realização de um estudo relativo a um desses livros.

b. Comentários e análise de documentos.

40. A Divisão procedeu aos comentários e análises das seguintes questões :

- Estratégia da União Europeia para uma parceria de desenvolvimento com a África.
- Visão da União Africana sobre a promoção do voluntariado local.
- Mercado financeiro africano & a Bolsa Africana de valores mobiliários,
- Fundo da União Africana a favor das flutuações do preço do petróleo
- Cooperação entre a União Africana e o Banco Africano de Desenvolvimento

- Memorando sobre as modalidades de financiamento da União Africana.
- Relatório sobre a situação política, de segurança e socio-económico da República Centro Africana.

3. Conclusão

41. Através da análise das questões acima referidas, observa-se que a Divisão de Análise de Políticas e Pesquisa, até agora limitou-se a responder aos pedidos da Comissão sobre a análise dos temas que preocupam os líderes da UA. Na realidade, isto faz parte das atribuições da Divisão, mas está ainda aquém das suas reais capacidades. Duas funções essenciais conferem à Divisão o seu verdadeiro papel na condução de trabalhos de pesquisa. A primeira refere-se à concepção e implementação de um programa de trabalho que sirva de guia à análise das políticas que se inscrevem na estratégia da Comissão. A segunda consiste em antecipar as áreas que preocupam a Comissão através da escolha de temas importantes sobre os quais se exerce um trabalho de reflexão susceptível de ajudar os responsáveis a conceber facilmente as soluções. Em conformidade com esta orientação, convém concluir os recrutamentos considerados e ao mesmo tempo, recorrer a consultores de renome no continente, a fim de cobrirem as actividades previstas pela Divisão.

IV. DIVISÃO DA GESTÃO DE CONHECIMENTOS

42. A Comissão da União Africana entra na segunda fase de transformação institucional empreendida para tornar mais sociável e racional o ambiente de trabalho no seio da instituição pan-africana.

43. Esta segunda fase está globalmente concentrada na implementação de um sistema de Gestão do Conhecimentos que liga as diferentes entidades (no seio da Comissão e no exterior) e serve ao mesmo tempo de interface entre os departamentos funcionais da Comissão.

44. Foi neste sentido que a Direcção de planificação estratégica de políticas, de acompanhamento, da avaliação e mobilização de recursos foi reforçada, com a criação da Divisão de Gestão de Conhecimentos, cujos objectivos são os seguintes:

- Obter informação (adquiri-la, criá-la);
- Analisar a informação (determinar o que é útil);
- Aplicar os conhecimentos disponíveis, consoante o contexto e segundo a sua acessibilidade e disponibilidade.;
- Reutilizar os conhecimentos, caso necessário, no processo de aquisição de conhecimentos.

45. Os progressos realizados na prossecução destes objectivos serão mensuráveis com a ajuda dos seguintes indicadores:

- Aumento da procura de informação por parte do pessoal da União Africana;
- Melhoria de «sentimento» de transparência e aumento de fluxo de informação inter-departamentais;
- Redução do número de queixas entre os diferentes departamentos.

46. O objectivo final do sistema de gestão de conhecimentos é a criação de uma capacidade intelectual adicional no seio da Comissão da União Africana.

47. A Divisão da Gestão de Conhecimentos estará plenamente operacional no segundo semestre 2006.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

48. A concepção e a implementação de uma Estratégia de Comunicação integral é global que tenha em conta a necessária divulgação das actividades da União Africana, tanto a nível interno como externo, esteve no centro do programa de acção da Divisão de Comunicação e de informação (DCI) para o primeiro semestre de 2006 (Janeiro – Junho).

49. Como estrutura horizontal, a DCI multiplicou esforços com vista à difusão de informações relativas às actividades de todos os departamentos técnicos da Comissão que impliquem a promoção e a defesa dos valores e ideais da União e mediatizar a acção de todas as estruturas activas, realizadas em Adis Abeba ou fora do país da Sede.

50. Neste quadro a DCI envidou esforços com vista a desenvolver a vertente informação propriamente dita, em relação aos media e à imprensa escrita, (Agências de imprensa e Jornais) audiovisual (Rádios e televisões), electrónica (E-médias), do Continente Africano e do Mundo em geral, a fim de dar a conhecer a União ao grande público e aos públicos mais iniciados.

51. O esforço da equipa de comunicação concentrou-se essencialmente, para além da continuação da publicação da nota de informação nas línguas Inglesa e Árabe, na difusão de informação sobre as actividades levadas a cabo pela Comissão, nomeadamente pela cobertura dos trabalhos das Reuniões Ministeriais, Cimeiras e reuniões de peritos e acompanhamento dessas actividades, através da produção de diversos produtos promocionais.

52. Vários programas de meios de comunicação específicos foram igualmente desenvolvidos, nomeadamente sobre o Darfur, a fim de apresentar o relatório forma

directa e permanente a acção empreendida na gestão de certos processos pelas estruturas da União.

53. A DCI, neste momento, dedica-se à produção de uma série de publicações periódicas, no quadro de uma política de edição centralizada e concertada. A publicação do Relatório Anual da Comissão, da «Carta do Presidente da CUA», da Revista «Integração Africana » figura entre os projectos prioritários que deverão ser realizados.

54. A reestruturação e a actualização do Site Web da Comunicação fizeram igualmente parte da actividade da DCI, que actualmente , com o apoio técnico do FNUAP, está levando a cabo reorganização deste instrumento essencial da estratégia de comunicação.

55. Por outro lado, a DCI, como estrutura técnica da Comissão, foi encarregue de concluir o processo sobre o estabelecimento de uma cadeia pan-africana de rádio e televisão, em conformidade com a Decisão da Cimeira de Syrte de Julho de 2005. Neste sentido ela zelou pela boa organização da reunião do Comité de Acompanhamento, realizada em Fevereiro de 2006, no Cairo, Egipto, seguida pela Conferência dos Ministros da Informação e Comunicação, em Adis Abeba, Etiópia, a 14 e 15 de Junho de 2006.

56. Entretanto, perante a importância da missão que cabe à DCI, a estrutura carece de meios de trabalho necessários à execução de uma estratégia de meios de comunicação, digna de uma grande Organização como a União Africana.

57. Um plano de reestruturação da Divisão de Comunicação e de Informação concebido com base na nova estratégia de Comunicação criada, encontra-se actualmente em estudo. Este plano deverá dotar a União de um sistema de comunicação e de informação funcional, moderno e integrado e habilitar os responsáveis do sector a levarem a cabo a missão que lhes foi confiada, com a eficácia e o profissionalismo necessários.

ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

58. Durante o período em análise , o Departamento de Administração e Recursos Humanos realizou as seguintes actividades:

ACTIVIDADES REALIZADAS

I. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

a) Recrutamento

59. Na sequência do processo de selecção levado a cabo por uma equipa de Consultores independentes, a Divisão dos Recursos Humanos tem vindo a implementar as decisões da Direcção da UA sobre as recomendações dessa equipa.

60. Dos 107 candidatos aprovados, 45 foram recrutados e neste momento, já ocupam os seus postos de trabalho.

b) Estatutos do Pessoal da União Africana

61. Os Estatutos do Pessoal da União Africana serão apresentados e recomendados à aprovação dos Órgãos da União Africana, após debate interno e adopção pela Comissão. Estarão concluídos para apresentação ao Conselho Executivo na Cimeira de Janeiro de 2007.

c) Manual de Procedimentos dos Estatutos do Pessoal da UA

62. O Manual de Procedimentos dos Estatutos do Pessoal será elaborado após a aprovação formal dos Estatutos do Pessoal Regras e Regulamentos, pelos Órgãos da UA.

II. SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL

(i) O Fundo de Aposentação da Comissão

63. O Conselho recorda-se que tinha dado mandato à Comissão para empreender um estudo a fim de melhorar o Sistema de Pensões e de Aposentação dos seus funcionários. Nos termos desta decisão, decidi contratar os serviços de um Consultor Actuário a fim de efectuar um estudo sobre:

- (i) Avaliação do actual Fundo de Previdência;
- (ii) Definição de um novo modelo de cálculo de pensões que deverá ter em conta as aspirações dos funcionários;
- (iii) Concepção do novo Plano que será proposto ao Conselho, incluindo os documentos legais, os instrumentos de comunicação, as modalidades de passagem do Plano actual de Pensões para o novo Plano que deverá ser proposto, bem como a selecção dos gestores do novo Plano e a composição e os termos de referência do Conselho de Administração do novo Fundo.

64. Nos seus esforços para dotar a Comissão de um Sistema de Pensões fiável, a Comissão teve vários encontros com as Organizações similares, nomeadamente as Nações Unidas e o Banco Africano de Desenvolvimento, com o objectivo de conhecer bem a forma de gestão dos seus Sistemas de Aposentação. A Comissão lançou um concurso que se culminou com a selecção de um Gabinete de Actuária para levar a cabo este estudo. O processo de assinatura do contrato com o Actuário encontra-se em vias de conclusão e o estudo poderá efectivamente iniciar-se nas próximas semanas. O relatório resultante deste estudo será submetido à vossa apreciação na próxima sessão.

(ii) Apólice de Seguro de Vida de Grupo

65. Aqui igualmente, a Comissão decidiu levar a cabo uma profunda reforma no domínio do Seguro de Vida de Grupo, em conformidade com a Decisão de Maputo. O processo do concurso já foi concluído e na próxima sessão a Comissão apresentará um relatório ao Conselho sobre os resultados da reforma proposta.

(iii) Assistência Médica do Pessoal

66. O Sistema actual de assistência médica do pessoal apresentou certas limitações. Em conformidade com o mandato de Maputo, iniciei a Comissão numa reflexão que poderá culminar com a criação de um Sistema de assistência médica não só mais adaptada às necessidades do pessoal da Comissão e dos Serviços de Saúde da Comissão, mas igualmente ao ambiente e às realidades técnicas de gestão desse Plano. Neste quadro, a Comissão lançou um concurso e depois do processo de esta selecção, duas companhias foram pré seleccionadas. A selecção definitiva terá lugar após a análise de outras considerações pelos Departamentos competentes da Comissão. Um relatório será submetido à análise e aprovação do Conselho sobre a forma de gestão apropriada de Assistência médica que for conveniente à Comissão, em termos de alcance e cobertura da assistência e dos custos dos Seguros, entre:

- A introdução de uma fórmula de seguros administrada por uma companhia privada;
- A manutenção do actual Plano de Assistência Médica com algumas modificações.

(iv) Harmonização das tabelas salariais

67. A tabela salarial em vigor desde 1 de janeiro de 2004, emanada da Decisão de Maputo, contém um certo número de incoerências sobre as quais já tinha chamado a atenção do Conselho. Efectivamente, foi constatado a coexistência de duas tabelas para os funcionários da categoria dos Serviços Gerais. A tabela aplicada para a categoria profissional apresenta duplicações que, às vezes atingem três níveis de escalão e tendo em conta que a tabela da Comissão tinha sido determinada com base na tabelado Secretariado da SADC, foram constatadas deficiências estruturais que

devem ser corrigidos para que a tabela salarial da Comissão possa satisfazer os critérios estatísticos de base de qualquer operação de conversão de salários. Durante a análise dos documentos relativos ao Plano Estratégico da Comissão, o Conselho, ao aprovar o referido Plano, tinha-me dado mandato para realizar este estudo. Durante a implementação desta Decisão, a Comissão lançou um concurso e escolheu uma firma de consultores para levar a cabo o estudo sobre a harmonização das tabelas salariais. Este estudo já foi iniciado e deverá prosseguir até o mês de Agosto de 2006. Em nome da Comissão, apresentarei o relatório deste estudo na próxima sessão do Conselho.

(v) Outras vantagens sociais do pessoal

68. O Conselho recorda-se que durante a análise das rubricas salariais ligadas ao custo de vida dos funcionários dos Escritórios de Bruxelas e Genebra, em Cartum, em Janeiro de 006, foi recomendado à Comissão para adoptar uma abordagem global na fixação desses subsídios a favor de todo o pessoal nos diferentes locais de afectação. Concordando com este apelo, a Comissão elaborou os termos de referência de um estudo, cujas conclusões serão apresentadas à consideração das próximas Reuniões do Conselho.

(vi) Subsídio de Escolaridade para o pessoal recrutado localmente

69. Foi implementada a Decisão do Conselho Executivo sobre o Subsídio de Escolaridade para o pessoal recrutado localmente (Decisão Ext/EX.CL/Dec.2 (VII) adoptada pela 8ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo realizada em Cartum, Sudão.

III. QUESTÕES DE DESENVOLVIMENTO DO PESSOAL

70. O Conselho Executivo deve lembrar-se da directiva endereçada à Comissão no sentido de formular uma Política de Formação destinada a melhorar continuamente as competências dos funcionários. A Direcção iniciou o processo de formulação de uma política geral e actualizada de formação e desenvolvimento dos recursos humanos da Comissão. A política está a ser desenvolvida de forma participativa e consultiva de modo a envolver todos os parceiros, incluindo o pessoal da Comissão na Sede e nos Escritórios Regionais e de Representação. Além disso, a política será definida com as melhores práticas utilizadas em organizações semelhantes à Comissão.

71. Prevê-se que o projecto de Política de Formação da UA seja apresentado à consideração dos órgãos da UA na próxima reunião.

IV. SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SGI)

72. As actividades do SGI durante o período em revista centraram-se no seguinte:

1. Projecto VSAT

73. Desde Janeiro de 2006, a Divisão do SGI da Comissão esteve envolvida no projecto VSAT com o objectivo de estabelecer uma infra-estrutura privada de comunicação entre a Comissão e os Escritórios Regionais e de Representação.

2. Política de TIC

74. A Divisão de SGI está actualmente a formular uma política de TIC para a Comissão da UA. O documento de políticas ficará pronto em fins de Junho de 2006 e apresentará procedimentos, regulamentos, normas e directivas visando o estabelecimento de práticas prudentes e aceitáveis sobre a utilização e a segurança dos recursos de TIC existentes na UA.

3. Sistema Médico e Sistema de Tradução para o Departamento de Conferência

75. A fim de automatizar e introduzir métodos de trabalho modernos, a divisão de SGI avaliou os processos de trabalho dos dois departamentos. Actualmente, a Divisão está a finalizar o Pedido de Propostas para programas de tradução assistidos por computador, programas de tradução automática, fichas médicas electrónicas e um sistema de gestão de práticas médicas. Esta melhoria irá fazer com que as duas direcções se tornem mais eficientes e eficazes na prestação de serviço aos departamentos utilizadores.

PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

I. MELHORIA DO DESEMPENHO

76. Durante o período em revista, a Comissão continuou a melhorar o seu desempenho implementando sistematicamente as recomendações contidas no Relatório de Ernst & Young, bem como as do Conselho de Auditores Externos.

II. FORAM REGISTADOS PROGRESSOS ESPECÍFICOS NAS SEGUINTE ÁREAS:

a. Implementação do Sistema Integrado de Informação e Gestão Financeira

77. O documento de concurso foi analisado cuidadosamente e aprovado pelo Conselheiro Jurídico e o convite para apresentação de propostas foi enviado a todos os Estados Membros e colocado no site da UA. As propostas serão abertas depois de 45 dias e, sujeito à disponibilidade de fundos a 1ª fase de instalação de um Sistema Integrado de Informação e Gestão Financeira, a começar pela Sede, iniciará em Janeiro de 2007.

b. Questões relativas ao pessoal

78. O efectivo do Departamento de Programação, Orçamentação, Finanças e Contabilidade melhorou significativamente tanto na Sede como nos Escritórios Regionais. Contudo, a implementação da estrutura revista que tinha sido aprovada pelo Conselho Executivo em Cartum, em Janeiro, foi adiada porque estava ligada à tarefa de cobrança de atrasados, que está a ser difícil para a Comissão. Depois da recolha dos fundos, o Departamento será imediatamente dotado de mais funcionários a fim de vencer os desafios actuais e futuros.

c. Operações

79. Em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo adoptada em Cartum, a Comissão preparou e submeteu a discussão interna e depois ao CRP, um documento sobre a situação da estrutura do orçamento e as modalidades de financiamento. Espera-se que o Conselho adopte as propostas durante as reuniões de Banjul. A Comissão considera que a implementação dessas propostas garante que o processo de elaboração do orçamento envolvendo a Comissão e os Estados Membros seja interactivo, criando e promovendo um sentido de partilha de responsabilidades. Entretanto, a Comissão iniciou um processo de sensibilização e formação interna de todos os funcionários com vista a inculcar a cultura de disciplina orçamental.

d. Contabilização dos Fundos de Manutenção da Paz

80. O volume dos fundos de manutenção da paz aumentou significativamente e a Comissão reconhece a necessidade de os submeter às normas oficiais de contabilidade, bem como a sua consolidação e declaração no seu balanço de receitas e despesas. Assim, a Unidade de Finanças do Departamento de Paz e Segurança será brevemente integrada no DPOFA com vista à racionalização dos procedimentos de contabilidade e de escurtinação dos fundos de manutenção da paz, .

e. Relatórios de Auditoria

81. O Departamento continua a ter imenso apoio do papel construtivo de supervisão e das recomendações da Direcção de Auditoria Interna e do Conselho de Auditores Externos. O Departamento continua a implementar essas recomendações dentro das suas limitações em matéria de recursos humanos e financeiros.

f. Revisão do Regulamento Financeiro

82. O projecto de Regulamento Financeiro proposto pela Firma Ernst & Young foi analisado pelos órgãos competentes e elogiado pelo CRP. Prevê-se que o Regulamento Financeiro seja adoptado pelo Conselho Executivo em Banjul, Gâmbia.

III. CONTRIBUIÇÕES DOS ESTADOS MEMBROS

83. Após os primeiros cinco meses do ano financeiro, a Comissão constatou que a cobrança dos atrasados e das contribuições fixadas aos Estados Membros foi abaixo das expectativas: a situação das receitas é

Atrasados

• Atrasados no início do ano	63.124.102,29 \$EU
• Receitas de Atrasados	9.052.862,90 \$EU
• Saldo em 7/6/2006	54.071.239,39 \$EU

Contribuições fixadas para o ano corrente

• Contribuições fixadas para 2006	69.389.496,00 \$EU
• Receitas do ano em curso	29.194.551,12 \$EU
• Saldo a reembolsar	40.194.944,88 \$EU
• Pagamentos adiantados	624.978,00 \$EU

Total das contribuições fixadas (Atrasados + contribuições do ano corrente)	94.266.184,27 \$EU
--	---------------------------

IV. DESPESAS

84. As contribuições até agora recebidas dos Estados Membros apenas cobrem as despesas com o pessoal e os custos de funcionamento essenciais e não fica nada para os programas, situação que teve consequências negativas na posição da liquidez da Comissão. Por conseguinte, talvez não seja capaz implementar a sua estrutura organizacional ou executar os seus planos anuais.

85. Até agora, a Comissão recebeu uma grande contribuição do Governo Federal da Nigéria, no montante de 10 milhões de Dólares para o Orçamento de Solidariedade. Agradeço este gesto oportuno e gostaria de lançar um apelo no sentido de haver mais contribuições que permitam à Comissão executar os programas aprovados.

86. A Comissão esperava que a situação das contribuições dos Estados Membros melhorassem significativamente a partir de 2006, com a adopção da nova tabela feita com base na capacidade contributiva dos Estados Membros. Contudo, a situação acima descrita, reflecte o contrário.

PAZ E SEGURANÇA

I. INTRODUÇÃO

87. O presente relatório abarca as actividades levadas a cabo pela Comissão no quadro da paz e da segurança desde Janeiro último. Ele debruça-se sobretudo na implementação e na construção da paz e segurança no continente, nos esforços que visam a prevenção e a resolução dos conflitos que o continente enfrenta, a reconstrução pós-conflitos e as iniciativas tomadas em relação ao terrorismo e ao desarmamento.

II. IMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA NO CONTINENTE

88. Durante o período em análise a Comissão envidou esforços no sentido de criar as condições de paz e segurança no Continente, sobretudo no que diz respeito ao Sistema de Alerta Prévio (SAPC) e Força Africana em Estado de Alerta (FAEA).

a) Sistema de Alerta Prévio a nível Continental (SAPC)

89. A Comissão continuou a envidar esforços no sentido de operacionalizar o SAPC previsto no Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS). Neste contexto, a Comissão organizou um Seminário Consultivo sobre Alerta Prévio, em finais de Abril de 2005, que contou com a participação de representantes das Comunidades Económicas Regionais (CERs) e outros intervenientes importantes. O Seminário centrou-se na revisão do projecto de Roteiro desenvolvido pela Comissão em Julho de 2005, com a assistência de alguns peritos. O Seminário Consultivo fez várias recomendações sobre as medidas a serem tomadas, incluindo a necessidade de trabalhar em estreita relação com as CERs no desenvolvimento de um quadro continental de recolha e análise de informação. Os participantes sublinharam a necessidade de, anualmente, serem realizadas reuniões sobre o Sistema de Alerta Prévio, facilitadas pela Comissão e acolhidas pelas CERs, numa base de rotatividade. A SADFC propôs-se acolher primeira reunião em finais de 2006.

90. Os próximos passos no desenvolvimento de Sistemas Continentais de Alerta Prévio (SCAP) incluirão a realização de uma reunião de peritos dos Estados Membros para analisarem e adoptarem o projecto de Roteiro. Entretanto, a Comissão tem continuado a envidar esforços no sentido de reforçar a sua “Sala de Operações” responsável pela recolha e análise de dados, com base num módulo apropriado indicador de alerta prévio”. Neste sentido, foram envidados esforços de colaboração na área de reforço de capacidades e formação com o Departamento da Nações Unidas para as Operações de Manutenção da Paz (UNDPKO) e outras instituições relevantes, através da formação do pessoal da “Sala de Operações da UA” e da partilha de experiências.

b) Força Africana em Estado de Alerta (FAEA)

91. Durante a Sessão de Cartum, o Conselho Executivo foi informado dos passos iniciais visando a implementação do Roteiro para a Operacionalização da FAEA, elaborado pela Comissão e as CERs/Regiões, em 2005. o Roteiro, que surge na sequência do Documento Quadro de Políticas adoptado pela Cimeira da UA em Julho de 2003 e que pedem a criação da FAEA, em duas fases, até Junho de 2010, estabeleceu a convocação de seminários para produzir os instrumentos de trabalho da FAEA sobre a Doutrina, Procedimentos Operativos Padrão (POPs), Comando, Controlo, Sistema de Comunicação e Informação (SCI), Formação e Avaliação e Logística. Os seminários foram organizados pelas CERs e Regiões designadas, entre 13 de Janeiro e 28 de Abril.

92. No que se refere à Doutrina das Operações de Apoio à Paz, foi elaborado um projecto preliminar de Doutrina que subsequentemente foi discutido pelos representantes de várias regiões. Na sequência, foi organizado um seminário preliminar, de 6 a 10 de Fevereiro de 2006, em Windhoek, Namíbia, durante o qual foi elaborado um segundo projecto de Doutrina, que constituiu a base para o Seminário sobre Doutrina, que teve lugar de 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, em Gaborone, Botswana.

93. O seminário sobre Formação e Avaliação, teve lugar em Luanda, Angola, de 7 a 13 de Março de 2006. O seminário analisou a política de formação da FAEA e os documentos sobre as suas normas de formação. Estes documentos foram elaborados num seminário prévio, realizado de 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2006. O seminário também elaborou alguns projectos de documentos sobre avaliação e validação, centros de excelência, publicações sobre formação e custos de formação que não tinham sido bem abordados durante o seminário preliminar.

94. Igualmente importante foi a primeira reunião entre a Divisão da UA de Operações de Apoio à Paz (DOAP) e a Associação dos Centros de Formação para Apoio à Paz em África (ACFAPA) que teve lugar a 13 de Março de 2006, em Luanda. Os representantes do Centro Internacional Kofi Annan de Formação para as Operações de Manutenção da Paz (KAIPTC), a Academia Militar (NWC) da Nigéria, bem como um representante da CEDEAO estiveram presentes. Esta reunião visava discutir as modalidades de colaboração e cooperação entre a UA/DOAP e ACFAPA, em termos de formação à FAEA, intercâmbio de informação através da criação de "sites" na Internet, acreditação de centros de formação e de excelência e avaliação, validação e coordenação da formação da FAEA. Em termos de medidas a serem tomadas, KAIPTC foi mandatado a levar a cabo uma análise das necessidades em matéria de formação para a FAEA e uma reunião para cálculo dos custos de formação, a ter lugar no fim deste ano, como um passo para a finalização dos produtos finais da política de formação e avaliação.

95. O seminário sobre logística da FAEA foi realizado em Mombassa, Quênia, de 27 a 31 de Março de 2006. Adoptou um projecto de manual e documento sobre logística para a FAEA. Existe, contudo, algum trabalho pendente que ainda precisa de ser concluído.

96. Na área dos SC³I, o seminário teve lugar de 5 a 12 de Abril de 2006, no Cairo, Egipto. O seminário introduziu alterações, consideradas necessárias, ao documento quadro. Em termos de medidas futuras, serão necessários conhecimentos técnicos e pessoal dedicado para desenvolver, ajustar e gerir o futuro ambiente dos C³IS. O uso de serviços externos para os vários projectos que terão que ser finalizados, serão então considerar.

97. O seminário sobre PPOs foi realizado em Abuja, Nigéria, de 24 a 28 de Abril de 2006. Este seminário teve lugar na sequência de um outro previamente realizado, em Abuja, de 20 a 24 de Março de 2006 e produziu a primeira versão dos PPOs para discussão. Não obstante o progresso consideráveis realizados, será necessário que se faça mais trabalho para refinar, a segunda versão dos PPOs.

98. Em geral, os produtos que foram formulados pelos seminários estão concluídos em cerca de 85%. Todos os seminários da FAEA foram realizados com sucesso, tendo cada um deles recebido cooperação total das CERs/Regiões, bem como do G8 e outros parceiros, no quadro do Plano Conjunto África/G8 para reforçar as capacidades de África, para levar a cabo operações de apoio à paz, adoptada em Evian, França, em Junho de 2003. Resta apenas a tradução nas línguas oficiais da UA e o formato para satisfazer as normas da documentação da UA. As brigadas regionais responsáveis foram incumbidas da sua finalização e apresentação dos documentos finais. A harmonização dos documentos deverá acontecer este ano, com início em Setembro de 2006.

99. Relativamente à formação de brigadas regionais registam-se agora progressos claros e tangíveis na maior parte das regiões nos seguintes aspectos:

- Estabelecimento de Elementos de Planificação - PNANLEMs (Austral, Oriental, Central e Ocidental);
- Estabelecimento do Comando da Brigada (Austral, Oriental, Central e Ocidental);
- Anúncio de militares e unidades (Austral, Oriental, Central, Ocidental, Norte);
- Identificação da localização de depósitos militares regionais (todas as regiões);

- Acordo e assinatura do quadro político que cria as brigadas da FAEA (todas as regiões);
- Acordo sobre os acordos de Sede onde quer que se encontrem as instalações da FAEA (alguns carecem de assinatura e verificação da UA).

100. Contudo, as regiões Norte e Centro da FAEA exigem um esforço sustentado para prestar assistência às brigadas. A Comissão deverá levar a cabo a verificação no terreno em todas as regiões antes de poderem ser consideradas para destacamento como brigadas regionais.

101. Em termos de medidas futuras, serão levadas a cabo as seguintes acções:

- uma reunião de harmonização que está prevista para Setembro de 2006, para assegurar a compatibilidade/conformidade dos produtos finais de todos os seminários;
- formulação de políticas para mais três áreas importantes que foram identificadas, nomeadamente finanças aspectos jurídicos, militares e médicos;
- o início do trabalho sobre as dimensões civis da FAEA (polícia e civis não fardados) que estão a faltar no Documento Quadro que cria a FAEA.

102. A Comissão pretende organizar uma série de reuniões que culminarão com uma reunião de Ministros da Defesa e da Segurança, com vista a rever os progressos realizados até agora na criação da FAEA, garantindo uma maior harmonização dos esforços envidados neste sentido e delinear o caminho a seguir.

III. DESENVOLVIMENTOS RELATIVOS AOS CONFLITOS E OUTRAS SITUAÇÕES

103. De uma maneira geral, o período em análise foi marcado por uma evolução oposta das diferentes crises e outras situações de conflito que o continente enfrenta. Por um lado, progressos foram registados em relação ao conflito no Darfur, com a assinatura do Acordo de Paz a 5 de Maio de 2006, o processo de reconciliação nas Comores, que alcançou uma etapa crucial com a realização de eleições presidenciais em Abril e Maio de 2006, que aplicou o princípio da presidência rotativa consagrado na Constituição do Arquipélago, bem como à situação na Cote d'Ivoire, onde, apesar dos atrasos consideráveis registados na execução de inúmeros aspectos importantes do processo de paz, foram registados progressos notáveis na busca de uma solução duradoura para a crise. Além disso, os esforços de reconstrução pós-conflito continuam na Libéria, na República Centro-Africana (RCA), no Sul do Sudão e no

Burundi, no sentido de consolidar a paz recentemente restabelecida; de igual modo o retorno à ordem constitucional prossegue na Mauritânia.

104. Por outro lado, a situação na Somália deteriorou-se consideravelmente, nomeadamente com os combates em Mogadíscio, fragilizando ainda mais os esforços visando promover a paz e a reconciliação. A situação no Chade conheceu uma evolução preocupante, nomeadamente com o ataque perpetrado contra a capital N'djamena por elementos armados, em Abril de 2006, enquanto as relações entre este país e o Sudão permanecem uma questão de grande preocupação. O impasse persiste no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, assim como no processo do Saara Ocidental.

a) Comores

105. Durante o período em análise, o processo de reconciliação nacional no Arquipélago conheceu desenvolvimentos positivos, materializados pela realização, em Abril e Maio de 2006, das eleições presidenciais. Neste contexto, convém recordar que a Constituição da União das Comores estipula, no seu Artigo 13º, que *“a Presidência é rotativa entre as ilhas. O Presidente e os Vice-presidentes são eleitos por sufrágio universal directo maioritário de uma volta, por um mandato de quatro (4) anos renovável no respeito pela rotatividade entre as ilhas. Uma eleição primária é organizada na ilha para a qual cabe a presidência e somente os três candidatos que tenham obtido o maior número de votos expressos podem apresentar-se à eleição presidencial...”* Nos termos deste princípio, as partes comorianas decidiram no facto que a presidência do Arquipélago deveria caber à ilha autónoma de Anjuan nas eleições previstas este ano. As datas do escrutínio foram, em seguida, fixadas como se segue pela Comissão nacional para as eleições nas Comores (CNEC): 16 de Abril, para as primárias em Anjuan e 14 de Maio, para o escrutínio a nível nacional.

106. Na sequência do pedido endereçado à Comissão da União Africana, a 11 de Outubro de 2005, pelo Presidente da União das Comores, e da solicitação unânime de todas as partes comorianas para que a UA garantisse a segurança do processo eleitoral nas Comores, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) analisou, a 21 de Março de 2006, durante a sua 47ª reunião, as disposições a serem tomadas com vista à observação e à supervisão das eleições presidenciais. O CPS autorizou, até 9 de Junho de 2006, sob a responsabilidade global de um Representante Especial, o envio de uma Missão da União Africana para o apoio às eleições nas Comores (AMISEC), composta por 462 elementos militares e elementos da polícia civil, com a África do Sul como nação quadro, assim como o pessoal de apoio necessário. Logo após, a Comissão da União Africana, em estreita coordenação com a África do Sul, tomou as disposições necessárias para o desdobramento da AMISEC, que incluiu essencialmente soldados sul-africanos, aos quais se juntaram elementos militares e da polícia civil vindos do Congo, Egipto, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Nigéria e Ruanda.

107. No que diz respeito às eleições primárias de 16 de Abril, em Anjuan, treze (13) candidatos participaram no escrutínio, no termo do qual os três candidatos com o maior número de votos foram autorizados a concorrer às eleições presidenciais a nível nacional, a 14 de Maio de 2006. Trata-se de Ahmed Abdallah Sambí, com 23,70% dos votos; Mohammed Djanfari, com 13,10% dos votos; e Ibrahim Halidi, com 10,37% dos votos.

108. No termo do escrutínio, a missão internacional de observação publicou, a 17 de Abril de 2006, um comunicado de imprensa através do qual sublinhou algumas irregularidades. Todavia, a mesma considerou que estas irregularidades não podiam pôr em causa a credibilidade do escrutínio. Neste contexto e na perspectiva das eleições a nível nacional, os membros da comunidade internacional presentes em Moroni recomendaram que algumas medidas específicas fossem tomadas, incluindo o reforço das capacidades dos órgãos comorianos encarregues da gestão das operações eleitorais, através da prestação de uma assistência apropriada.

109. Neste âmbito, a UA, em estreita colaboração com os seus parceiros da comunidade internacional nas Comores, tomou disposições especiais, com vista à organização normal das eleições presidenciais de 14 de Maio de 2006, nomeadamente através:

- Do reforço da AMISEC com o aumento de militares. Para este efeito, e a pedido da Comissão da União Africana, a África do Sul enviou para o Arquipélago, na véspera das eleições, 763 militares adicionais;
- Da assistência técnica aos órgãos comorianos encarregues da gestão das operações eleitorais com o envio de peritos eleitorais internacionais e a formação dos membros das assembleias de voto; e
- O envolvimento activo da sociedade civil comoriana nas operações de observação eleitoral.

110. Na sua avaliação do escrutínio a nível nacional, a missão internacional de observação considerou que as eleições presidenciais de 14 de Maio de 2006 foram livres, transparentes e credíveis, e que as suas condições de organização e de realização foram nitidamente satisfatórias em relação às primárias de 16 de Abril de 2006. Os resultados oficiais deste escrutínio declararam Ahmed Abdallah Sambí vencedor, com 57,85% dos votos. A investidura do novo Presidente teve lugar a 26 de Maio de 2006, em Moroni, na presença de delegações dos países vizinhos e de outros membros da comunidade internacional. A Comissão da União Africana fez-se representar pelo Vice-presidente.

111. O sucesso das eleições presidenciais nas Comores deveu-se, em grande parte, aos esforços envidados pela AMISEC, que desempenhou um papel determinante na garantia da segurança dessas eleições, assim como a presença de observadores internacionais enviados pelas organizações internacionais e os países a serem, indicados: União Africana, Organização Internacional da Francofonia (OIF), Comissão do Oceano Índico (COI), Liga dos Estados Árabes, França, EUA e Países Baixos. Convém saudar os países que contribuíram com tropas e elementos da polícia, em particular a África do Sul, nação quadro da AMISEC e país coordenador dos esforços dos países da região e da Troika da UA sobre as Comores, pelo seu empenho e os seus esforços. Convém igualmente agradecer os parceiros da UA no processo das Comores pela sua colaboração e o seu apoio, nomeadamente a União Europeia pelo seu apoio financeiro no desdobramento da AMISEC. As autoridades comorianas, os candidatos, assim como o povo comoriano devem também ser felicitados pelo seu elevado sentido de responsabilidade durante esta fase decisiva do processo de reconciliação nacional.

112. A União Africana e a Comissão continuarão a apoiar o processo de reconciliação nacional nas Comores. A comunidade internacional deve, por seu turno, fazer com que sejam honrados os compromissos assumidos durante a Conferência dos doadores a favor da União das Comores, realizada a 8 de Dezembro de 2005, nas Maurícias.

b) Somália

113. Durante o período em análise, a situação na Somália registou novos desenvolvimentos, sobretudo a grande deterioração da situação em Mogadíscio e áreas circundantes. Consequentemente, existirá obstáculos à reconciliação entre os intervenientes políticos e imensos desafios de segurança com que se debatem as Instituições Federais de Transição (IFTs) e, em particular, o Governo Federal de Transição (GFT).

114. Importa recordar aqui que, desde a sua formação, em Outubro de 2004, o GFT tem estado envolvido numa série de conflitos políticos internos. Com efeito, os progressos registados pelo GFT em termos de se estabelecer no país, foram impedidos pela recusa de vários altos oficiais em se a juntar ao resto do Governo, quando se fixou em Jowhar como sede provisória, até que as condições permitam a sua instalação na capital designada, Mogadíscio. O Presidente do Parlamento Federal de Transição (PFT) está entre esses altos funcionários que se recusam a ir a Jowhar mas que se transferiram para Mogadíscio. Devido ao seu estatuto de Chefe do Ramo Legislativo do Governo, assumiu um grande protagonismo e, em torno dele, gravitaram vários Membros do Parlamento, incluindo Ministros, como o Ministro da Segurança Interna, Mohamed Sudi e Omar Fillisg. Esta cisão demonstrou que os IFTs (GFT e PFT) não podiam funcionar como uma entidade coordenada de governação.

115. É desnecessário dizer que a situação precedente teve um impacto negativo na situação geral da Somália, bem como na maior parte dos parceiros internacionais cuja assistência e colaboração é essencial para a consolidação dos resultados da Conferência Nacional para a Reconciliação dos Somalis, que teve lugar em 2002-2004, no Quênia. De facto, a necessidade de um consenso mais amplo entre os IFTs, foi das questões que o Conselho de Segurança das Nações Unidas considerou urgente em termos de providenciar mais apoio aos esforços de paz na Somália, desde 1992. O impacto negativo nos parceiros internacionais – também significou que um dos veículos essenciais para a reconstrução da Somália – o Comité de coordenação e de Monitorização (CCM) – não pôde funcionar. Importa, contudo, acrescentar que existiam também algumas diferenças fundamentais na abordagem com a comunidade doadora, que também contribuiu para a paralisia do CCM.

116. Em princípios de Janeiro de 2006, o Presidente Abdullahi Yusuf Ahmed e o Presidente do PFT, Shariff Hassan, reuniram-se em Aden, Yemen, a convite do Presidente daquele país, que envidou amplos esforços antes das consultas entre os dois líderes. No dia 5 de Janeiro, os dois líderes assinaram um acordo que define os parâmetros da pacificação da capital e, entretanto, para a realização antecipada do PFT dentro do país, em local a ser designado, com vista a criar as condições para o normal funcionamento do Governo.

117. No dia 26 de Fevereiro, o PFT reuniu formalmente na cidade de Baidoa, na presença do Presidente Abdullahi Yusuf. Participaram na Sessão de abertura 211 Membros do Parlamento. O número é deveras impressionante se tivermos em conta o facto de o PFT ter 275 membros dos quais 10 morreram de causas naturais, desde a sua formação. Uma tão elevada participação de MPs indica, entre outras coisas, que os políticos acabaram por ficar psicologicamente exaustos das eternas provocações e guerras injustificadas que em última instância afectam as perspectivas de reconciliação e reconstrução do seu país. Para a maioria, a continuação do conflito era uma situação em que não havia vencedores. De salientar que a cidade de Baidoa e arredores até aquela data, esteve sob controle e influência de três líderes beligerantes e suas milícias. À luz do acordo celebrado entre os dois líderes nacionais, os três líderes da área (que são altos funcionários do Governo) acordaram retirar as suas milícias da cidade, desarmá-las e acantoná-las a 30Km da cidade de Baidoa. O Parlamento, na sua maioria esmagadora, votou por Baidoa, em vez de Jowhar, como Sede Provisória do Governo. Como resultado, o Escritório de Ligação da UA em Jowhar, que foi estabelecido aí para apoiar o processo de paz na Somália e que começou a funcionar antes do fim do ano passado, será transferido para Baidoa.

118. Desde a referida sessão de abertura, o PFT já formou comissões sectoriais que têm estado a funcionar em pleno. O PFT vai, entre outras coisas, discutir e, eventualmente com base nas perspectivas, adoptar o Plano Nacional de Segurança e Estabilidade (PNSE), que já foi aprovado pelo Conselho de Ministros. De um modo geral, o Parlamento está neste momento a analisar o que é necessário para estabelecer os pilares da governação. A criação de instituições nacionais de

segurança já foi iniciada. Estas serão controladas pelo Conselho Nacional de Segurança, que será o mais alto órgão de tomada de decisão sobre todas as questões relacionadas com a segurança nacional na Somália. Com o apoio dos doadores, foi também elaborado um plano para organismos administrativos de reforço de capacidades e os primeiros passos rumo à implementação já foram iniciados.

119. A criação de condições para um ambiente de segurança reforçada continua a ser uma questão prioritária e fundamental. Neste contexto, a Cimeira da IGAD que foi precedida por uma reunião do Conselho de Ministros, teve lugar em Março de 2006, em Nairobi. A IGAD, uma vez mais, reiterou a sua determinação de lançar a IGASOM. A questão do embargo de armas por parte das Nações Unidas foi alvo de uma ampla discussão e foi tomada decisão de confiar a questão do levantamento ou de uma cláusula sobre o embargo a um Painel composto pela IGAD/UA/GFT, com uma ordem formal que a IGASOM deve ser lançada, de acordo com as pertinentes decisões do CPS, pela Missão de Apoio à Paz da União Africana. Na sequência das decisões da Cimeira da IGAD, o Painel reuniu-se no dia 18 de Abril, em Nairobi, e aprovou um programa de acção, que culminará com uma abordagem ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para levantamento do embargo de armas, o fundo para a operação de apoio à paz e, em última instância, o destacamento de uma missão de apoio à paz, se possível, até meados de Julho. Neste sentido, deve-se recordar que, de acordo com a solicitação do CPS de Maio de 2005, relativa ao levantamento do embargo de armas, o Conselho de Segurança emitiu, em Julho de 2005, uma declaração a instar os IFTs a concluírem, o mais depressa possível, um plano nacional de segurança e estabilidade, no sentido de incluir um acordo de cessar-fogo abrangente e exequível, que culminará com o desarmamento final, esperando ainda que a UA e a IGAD irão elaborar um plano de missão detalhado, em estreita coordenação com o consenso amplo dos IFTs e em consonância com o NSSP.

120. Num desenvolvimento relacionado, o Grupo de Monitorização criado pela resolução 1519 (2003) sobre a situação na Somália, apresentou um relatório em princípios de Abril. O Grupo de Monitorização identificou o Governo Transitório Federal (GTF), as alianças da oposição baseadas em Mogadíscio, os militantes fundamentalistas, a elite de negócios, os grupos piratas e os sub-clãs feudais como os principais actores para os quais continuam a fluir armas, material militar e apoios financeiros, em violação ao embargo de armas. Na Resolução 1676 (2006) adoptada a 10 de Maio de 2006, o Conselho de Segurança sublinhou a obrigação de todos os Estados Membros cumprirem na íntegra o embargo de armas e exprimiu a intenção de analisar acções específicas para melhorar a implementação e a obediência às medidas impostas pela Resolução 733 (1992), e solicitou ao Secretário Geral a voltar a criar o Grupo de Monitorização para um período de seis meses.

121. Foi nestas circunstâncias que eclodiram combates em Mogadíscio entre a Aliança para a Restauração da Paz e Contra-Terrorismo (ARPC) e o sistema dos Tribunais da Sharia, uma entidade que, durante a última década, dirigiu não só os

tribunais mas também presta um sistema rudimentar de ensino e de serviços de saúde. A luta, que provou em centenas de mortos somalís, a maioria civis, iniciou a 18 de Fevereiro de 2006, entre dois líderes de milícias de clãs rivais, nomeadamente Haji Abukar Adani (um líder religioso entre os considerados “extremistas”) e Bashir Rage, um conhecido homem de negócios e senhor-da-guerra, sobre o controlo da estrada em direcção ao porto marítimo natural de El Ma'an, que não é só um objectivo estratégico mas também uma entidade económica altamente lucrativa. Logo depois, a ARPCT foi formada, composta por Ministros do Governo que se recusaram a ir para Jowhar, a então sede transitória do GTF, e recolocada em Mogadíscio, principalmente Mohammed Qanyare Afrah, Ministro da Segurança, Muse Sudi Yaolhow, Ministro do Comércio, e um grupo de homens de negócio. Entretanto, muitas das milícias que alegadamente estavam nos sistemas dos Tribunais da Sharia aliaram-se a Haji Abukar Adani e recomendaram os combates. No momento de finalização deste relatório, era claro que o ARPCT tinha perdido a batalha, uma vez que os Tribunais Islâmicos mantinham o controlo de Mogadíscio, com informações de apoios externos às partes envolvidas. Neste sentido, o Presidente Adbullahi Yusuf bem como o Primeiro Ministro Ali Mohamed Gedi mostraram-se preocupados com o apoio financeiro que está a ser prestado do exterior à chamada coligação anti-terrorismo.

122. Embora o impacto geral dos últimos desenvolvimentos em Mogadíscio esteja ainda por ser avaliado, a situação prevalecente destaca agora, mais do que nunca, a necessidade de um apoio concertado ao GTF para que possa impor a sua autoridade e conduzir o processo de restabelecimento da paz e segurança, incluindo a luta contra o terrorismo. Isto é o mais importante uma vez que os TFIs estão agora a trabalhar em estreita coordenação e a incidir nos principais aspectos do processo de reconciliação nacional. Neste sentido, é encorajador notar que finalmente foi alcançado num acordo sobre o mandato e procedimentos operacionais do CMC revistos, bem como sobre as iniciativas para a realização de uma Conferência de Doadores. Por sua vez, a Comissão, no momento da finalização deste relatório, estava a programar a realização, em cooperação com a IGAD, de uma reunião com a participação de todos os intervenientes para analisar a situação, à luz das anteriores decisões da IGAD e da UA, e acordar sobre a melhor via a seguir.

c) Etiópia – Eritreia

123. Durante o período em revista, a Comissão continuou a acompanhar de perto a evolução da situação entre a Eritreia e a Etiópia. A Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE) situação militar na área da Missão foi avaliada como sendo tensa mas estável.

124. No início de Janeiro, os Estados Unidos da América lançaram uma iniciativa diplomática, com vista a ultrapassar o impasse no processo de paz e de encorajar as partes a reatar o processo de demarcação da sua fronteira comum. Esta iniciativa seguiu-se aos apelos anteriores do Secretário Geral das Nações Unidas às Testemunhas dos Acordos de Argel de Junho e Dezembro de 2000 para

desempenharem uma função concertada com vista a apoiar os dois países na resolução do actual impasse.

125. A 22 de Fevereiro de 2006, as Testemunhas (nomeadamente Argélia, a União Africana, a União Europeia, os Estados Unidos, e as Nações Unidas) reuniram-se em Nova Iorque. Numa declaração emitida após a reunião, as Testemunhas afirmaram o seu total empenhamento na implementação dos Acordos de Argel, e saudaram e aprovaram a iniciativa dos Estados Unidos da América, em cooperação e com o apoio total das outras testemunhas, de resolver a actual situação de impasse no processo de paz, a fim de promover a estabilidade e as boas relações entre as partes e criar as bases para uma paz sustentável na região. Reconheceram o papel especial da UA e a sua importância para a instauração da confiança entre as partes no apoio de qualquer iniciativa no processo de demarcação.

126. As Testemunhas lembraram que tanto a Etiópia como a Eritreia se comprometeram em aceitar as decisões sobre a delimitação e demarcação adoptadas pela Comissão de Delimitação da Fronteira Etiópia – Eritreia (EEBC) como finais e obrigatórias, e manifestaram o desejo de cada Governo manter o seu compromisso e cooperar com a EEBC para a rápida implementação das suas decisões. As Testemunhas exortaram à EEBC a realizar uma reunião com as partes e analisar a necessidade de discussões técnicas com o apoio de um mediador neutro para apoiar o processo de demarcação. Exortaram veementemente às partes a participar na reunião da EEBC e a cooperar e aceitar todas as condições especificadas pela Comissão de forma a concluir com sucesso o processo de demarcação. As testemunhas anotaram ainda que o processo de demarcação da fronteira não poderia continuar se a UNMEE não tivesse liberdade de total circulação em toda a área de operação. Neste sentido, exortaram às partes no sentido de deixarem a UNMEE desempenhar as suas funções sem restrições garantindo a livre circulação do seu pessoal no desempenho das suas responsabilidades.

127. Na sua reunião realizada a 24 de Fevereiro de 2006, o Conselho de Segurança saudou a realização bem sucedida da reunião das Testemunhas dos Acordos de Argel e os seus esforços para a resolução do actual impasse entre a Eritreia e a Etiópia, de modo a promover a estabilidade entre as partes e criar as bases para uma paz efectiva na região. O Conselho de Segurança destacou que ambas as partes suportam a responsabilidade principal na implementação dos Acordos de Argel de forma plena, incondicional e rápida, e apelaram às partes para cooperar com a EEBC na implementação das suas decisões. O Conselho de Segurança exortou a EEBC a realizar uma reunião com as partes para preparar a renúncia da demarcação e exortam veementemente às duas partes a participar na reunião da EEBC e a cooperar e cumprir as condições especificadas pela EEBC, de modo a concluir, com sucesso, o processo de demarcação. O Conselho de Segurança exigiu que as partes deixem a UNMEE desempenhar as suas funções sem restrições e apoiem à Missão com o necessário acesso, assistência, apoio e protecção para o desempenho das suas

funções, incluindo o seu mandato de apoiar a EEBC na implementação rápida e ordeira da Decisão de Delimitação.

128. De 10 a 11 de Março, e a 17 de Maio de 2006, a EEBC realizou reuniões com as partes em Londres. Outra reunião do EEBC está programada para ter lugar em Haia, aos 15 de Junho de 2006. Embora até agora não haja significativos progressos, a participação das partes nas reuniões realizadas pela EEBC é encorajadora. A Comissão exorta-as a cooperar com a EEBC.

129. Entretanto, o Conselho de Segurança, na sua Resolução 1661 (2006) de 14 de Março de 2006, pediu às duas partes para observarem escrupulosamente a resolução 1640 (2005), em particular os parágrafos 1 e 5. De recordar que, nesses parágrafos, o Conselho de Segurança pedia ao Governo da Eritreia para revogar, imediatamente e sem condições, a sua decisão de impedir os voos dos helicópteros da UNMEE, bem como outras restrições impostas às operações da UNMEE, e facilitar à UNMEE o acesso, a assistência, o apoio e a protecção necessária para o desempenho das suas funções; e que a Etiópia devia aceitar total e imediatamente a decisão final e obrigatória da EEBC e tomar as medidas concretas para permitir a demarcação completa das fronteiras pela EEBC. A 15 de Maio de 2006, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução 1678 (2006), na qual exige que as partes observem completamente a resolução 1640 (2006), em particular os parágrafos 1 e 5, tal como fez na resolução 1670 (2006) de 13 de Abril de 2006, e decidiu que, no caso de ser determinado que as partes não cumpriram o estabelecido na reunião da EEBC de 17 de Maio de 2006, deve-se ajustar o mandato e o nível de militares da UNMEE.

130. A 31 de Maio de 2006, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução 1681 (2006), na qual, entre outros, alargava o mandato da UNMEE por um período de quatro meses até Setembro de 2006, e autorizou a reconfiguração da sua componente militar aprovando, o desdobramento na UNMEE de até 2300 militares, incluindo até 230 observadores militares, com o mandato existente. O Conselho de Segurança exigiu que as partes observassem na íntegra a Resolução 1640 (2003). Apelou às partes a cooperarem com a EEBC, de forma a reatar o processo de demarcação, destacou que elas têm a responsabilidade primária pela implementação dos Acordos de Argel e apelou novamente às partes para implementarem a decisão da EEBC e criar as condições necessárias para que a aceleração do processo de demarcação. O Conselho de Segurança pediu às partes para apoiarem a UNMEE facilitando o necessário acesso, assistência, apoio e protecção para o desempenho das suas funções, incluindo a sua tarefa que lhe foi incumbida de apoiar a EEBC na implementação rápida e ordeira da Decisão de Delimitação, e exigiu o levantamento imediato de qualquer restrição.

131. Concluindo, a UA, que desempenhou um papel crucial nos esforços que levaram à conclusão dos Acordos de Argel, tem interesse na conclusão imediata do

processo de demarcação e de promoção de uma paz e estabilidade duradouras entre a Eritreia e a Etiópia. A UA mantém-se disponível para continuar a trabalhar com as demais Testemunhas, para ajudar as partes a ultrapassar as actuais dificuldades e restaurar relações pacíficas e de cooperação recíproca.

d) Sudão

(i) Darfur

132. As Negociações de Paz Inter-Sudanesas sobre o Conflito de Darfur, que iniciaram em Adis Abeba, em Julho de 2004, culminaram com a assinatura do Acordo de Paz de Darfur (APD) entre o Governo do Sudão (GdS) e o Movimento de Libertação do Sudão/Exército (SLM/A) grupo liderado por Minni Arkou Minawi, a 5 de Maio de 2006, após seis rondas realizadas em Abuja, Nigéria. As negociações da 7ª Ronda duraram mais de 5 meses. Foram realizadas sob a liderança de Salim Ahmed Salim, Enviado Especial e Principal Mediador, apoiado por uma equipa de mediação da UA, um co-mediador (Chade), Facilitadores (Nigéria, Líbia e Eritreia), Parceiros Internacionais, quadros e peritos.

133. Durante a 7ª Ronda, as negociações foram complicadas por muitas dificuldades relativas, entre outras, à falta de confiança entre o Governo e os Movimentos Sudaneses – o SLM/A e o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM), bem como pelo diferimento e falta de capacidade negocial por parte de alguns dos representantes dos Movimentos, das três Comissões criadas para tratar da questão da partilha do poder, partilha das riquezas e medidas de segurança. A divisão que ocorreu nos Movimentos principalmente no SLM/A, com dois grupos liderados respectivamente por Abdulwahid El Nour e Minni Arkou Minawi, agravadas pelas divergências no próprio grupo de Abdulwahid, retardaram o processo negocial.

134. Apesar desses problemas, a Equipa de Mediação intensificou esforços para chegar à uma conclusão satisfatória das negociações. As negociações tiveram um impulso substancial a 8 de Abril de 2006, quando o Presidente da UA, o Presidente Dennis Sassou-Nguesso, com o envolvimento do Presidente Olusegun Obasanjo da República Federal da Nigéria, e na presença do Vice-Presidente Ali Osman Taha do Sudão e os Líderes dos Movimentos, realizaram a cabo consultas intensas para levar o processo adiante. Apesar de não se ter alcançado nenhum avanço significativo, o Vice-Presidente do Sudão decidiu ficar em Abuja por cerca de um mês, para negociações directas com os líderes dos Movimentos Sudaneses.

135. Estas iniciativas foram realizadas na data limite estipulada pelo Conselho de Paz e Segurança, a 10 de Março de 2006, para as negociações serem concluídas até ao final de Abril de 2006. A fim de cumprir com o prazo que foi aprovado pelo Conselho de Segurança das NU, o Mediador Principal apresentou o Projecto do APD às partes a 25 de Abril de 2006. O projecto foi um documento cuidadosamente

negociado e equilibrado, finalizado em estreita coordenação com os parceiros internacionais, que sempre acompanharam o processo.

136. O Governo do Sudão, apesar das suas reservas sobre algumas propostas apresentadas pelo Mediador Principal, manifestou-se disposto a assinar o APD. Entretanto, apesar dos fortes apelos de todos os parceiros às partes para assinar o APD, nenhum dos Movimentos aceitou fazê-lo.

137. O prazo foi prorrogado por duas vezes aproveitando a presença do actual Presidente da UA, o Presidente Dennis Sassou-Nguesso, e do Presidente da Comissão em Abuja, bem como da chegada de duas delegações de alto nível dos Estados Unidos e do Reino Unido, lideradas pelo Sub-Secretário de Estado dos Estados Unidos, Robert Zoellick, acompanhado pelo seu Sub-Secretário de Estado dos Estados Unidos para os Assuntos Africanos, Jendayi Frazer, e a Secretária do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, Hilary Benn. O último esforço empreendido pelo Mediador, apoiado pelos parceiros internacionais, foi com o objectivo de tentar satisfazer algumas das preocupações dos Movimentos, melhorando algumas das propostas já apresentadas.

138. Estes esforços geraram alguns resultados positivos como, eventualmente, Minni Minawi do SLM/A, que envidou esforços de última hora para conseguir que os outros dois Movimentos que integram o acordo de paz, assinem o APD. A cerimónia de Assinatura ocorreu a 5 de Maio de 2006. Durante a Cerimónia, uma facção do SLM/A de Abdulwahid liderado pelo seu Negociador Principal, Abdulrahman Musa, anunciou o seu desejo de assinar o acordo e endereçou uma carta ao Mediador Principal. Os Chefes de Estado exigiram à facção do SLM/A de Abdulwahid e o JEM a assinarem o documento durante o período de graça de 10 dias, que foi anunciado pelos Líderes no fim da Cerimónia de Assinatura.

139. Após a assinatura do APD, Abdulwahid El Nour afirmou estar disposto a manter-se ao lado do GoS e a UA, a fim de encontrarem uma solução antes da data limite de 15 de Maio. Consequentemente, um pequeno grupo da Mediação permaneceu em Abuja para explorar uma solução para a questão. A 10 de Maio, Abdulwahid El Nour escreveu ao Mediador Principal da UA, Salim Ahmed Salim, afirmando a sua disposição de assinar o APD, desde que fossem dadas algumas garantias e esclarecimentos, nomeadamente a preocupação relativamente aos 30 milhões de \$EU para a compensação que devem ser considerados como capital inicial e não como montante total e que o SLM deveria estar totalmente envolvido na monitorização de certos aspectos dos acordos de segurança, com particular referência para o desarmamento dos Janjaweed. A garantia exigida foi de que a UA devia reconhecer qualquer acordo adicional alcançado pelas partes como um suplemento ao APD.

140. Numa carta que endereçou a Abdulwahid El Nour a 12 de Maio de 2006, Salim Ahmed Salim, na sua qualidade de Mediador Principal, assegurou que as suas

clarificações específicas não eram incompatíveis com a letra e o espírito do APD e que podiam ser incluídas durante a implementação do acordo; afirmou igualmente que quaisquer medidas acordadas pelas partes durante a implementação deviam ser aceitáveis para a UA. Vários parceiros internacionais, incluindo o Sub-Secretário de Estado dos Estados Unidos para os Assuntos Africanos, Jendayi Frazer e a Secretária para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, Hilary Benn, telefonaram igualmente a Abdul Wahid para insta-lo a aceitar as garantias apresentadas pelo Dr. Salim e reiterar o seu apoio ao APD. Infelizmente, o Sr. Abdulwahid rejeitou essas garantias e recusa até à agora assinar o APD. Entretanto, continuou a negociar directamente com o GoS com vista a obter a revisão do APD para satisfazer as suas exigências. Essa tentativa não foi bem sucedida até ao momento. O GdS afirmou que muitas das exigências de Abdul Wahid já foram incluídas no APD.

141. Ao mesmo tempo, a UA procurou garantir que Abdulwahid cumpra as disposições do Cessar-fogo Global no APD. Aos 15 de Maio, o Sr. Abdulwahid escreveu ao Presidente da Comissão reafirmando o seu compromisso aos acordos de cessar-fogo existentes.

142. Por sua vez, o Conselho de Paz e Segurança reuniu-se a 15 de Maio de 2006 e aprovou o APD. Elogiou a coragem do GoS e os líderes dos Movimentos que rubricaram o APD, bem como os indivíduos e grupos que subsequentemente se identificaram com o acordo e pediram para ser considerados parceiros na sua implementação. Exigiu ainda a todas as partes envolvidas a respeitarem os seus compromissos e implementarem o acordo de boa fé e sem mais demora. O Conselho de Paz e Segurança lamenta profundamente que o grupo do SLM/A liderado por Abdulwahid El Nour e o Movimento para a Justiça e Igualdade (JEM) de Khalil Ibrahim, não tenham assinado o APD, apesar de todos os esforços envidados pela Mediação, pelos Líderes Africanos e pelos representantes dos parceiros da UA presentes em Abuja durante a fase final das Negociações de Paz, e posteriormente à assinatura do Acordo em 5 de Maio de 2006. Apelou a esses grupos para assinarem o APD até 31 de Maio de 2006, cujo não cumprimento poderá levar à tomada de medidas, incluindo sanções, a serem aplicadas contra os líderes e membros dos respectivos grupos. O Conselho de Paz e Segurança exigiu que todos os grupos em Darfur se comprometam imediatamente a cumprir as disposições do APD, em particular as relacionadas com o Cessar-fogo Global, bem como anteriores acordos importantes. Propôs-se rever regularmente, em estreita coordenação e consulta com o Conselho de Segurança das NU, a implementação do APD e tomar medidas fortes e efectivas contra qualquer indivíduo ou grupo em Darfur que violar o Acordo de Cessar-fogo e aqueles que tentarem impedir a implementação do APD, incluindo uma solicitação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para a restrição de viagens e congelamento de bens, conforme previsto na Resolução 1591 (2005).

143. Na sua Resolução 1679 (2006) adoptada a 16 de Maio de 2006, o Conselho de Segurança exortou as partes no APD a respeitarem os seus compromissos e implementar o acordo sem mais demora. O Conselho de Segurança apela às partes

que não rubricaram o acordo a fazê-lo imediatamente e a não agirem de forma a impedir a implementação do acordo, e manifestou a intenção de considerar a tomada de medidas fortes e efectivas, incluindo a resposta a uma solicitação da UA, tais como restrições de viagens e congelamento de bens contra qualquer indivíduo ou grupo que viole ou tente impedir a implementação do APD.

144. Depois da reunião do CPS, a Mediação da UA estabeleceu contactos com Abdulwahid, primeiro em Abuja, e depois em Nairobi, em coordenação com o Representante Especial das NU Pekka Haavisto, para insta-lo a assinar o Acordo. Durante todo o processo, a Mediação da UA e todos os parceiros insistiram que o APD não podia ser reaberto para re-negociação, enquanto que Abdulwahid continua a insistir na necessidade de um “Acordo Suplementar”. Foram igualmente realizados contactos com a JEM com vista à assinatura do APD.

145. É nesta circunstância que o Primeiro Vice-Presidente Sudanês Salva Kiir convidou Abdulwahid El Nour para uma reunião a ser realizada em Yeï, no Sul do Sudão, a 15 de Junho de 2006. A reunião, na qual Minni Minawi participou, tinha como objectivo resolver as restantes questões. A Mediação da UA, juntamente com o Representante Especial da UE e do Governo da Noruega, empreendeu grandes esforços para permitir a realização desta reunião. Sem alargar a data limite de 31 de Maio, a Comissão da UA estava preparada para garantir que o CPS fosse informado do resultado dessa reunião, antes de tomar qualquer medida com respeito ao SLM/A – de Abdulwahid. Por duas vezes, Abdulwahid El Nour atrasou a sua viagem para Yeï. A 2 de Junho, falou com o Primeiro Vice-Presidente e confirmou a aceitação do convite, mas horas depois mudou de decisão e cortou todos os contactos. Posteriormente, numa declaração à imprensa, o SLM/A de Abdulwahid anunciou o fim do seu compromisso com a UA e pediu às Nações Unidas para assumirem o Processo de Darfur para a resolução do conflito.

146. Contrariamente à expectativa geral, desde a assinatura do APD, houve uma significativa deterioração da situação de segurança e humanitária no terreno. Agora estão sendo lançadas campanhas de propaganda negativa e de distorção completa do APD por aqueles que estão contra o acordo, especialmente nos campos de deslocados localizados nas áreas controladas pelo grupo do SLM/A de Abdulwahid El Nour. Como é do conhecimento geral, , alguns dos recentes ataques foram dirigidos ao pessoal e infraestruturas da AMIS por alguns elementos nos campos de deslocados, que estão contra o acordo. Os ataques visavam claramente criar um clima de medo em Darfur, inviabilizar a implementação do APD, intimidar os darfurianos pacíficos e seguidores da lei e agravar a já precária situação humanitária em Darfur.

147. A outro nível, torna-se igualmente evidente que o JEM de Khalil Ibrahim e os líderes dissidentes do SLM/A Adam Shogar e Sharif Harir, que até recentemente, estavam sediadas em N'djamena, Chade, lançaram uma campanha anti-APD, para criar ressentimento contra o acordo e a corajosa decisão tomada por Minni Minawi

para assinar o APD. Pareceu que esses esforços visam desacreditar o Sr. Minawi entre a população de Darfur. É igualmente evidente que a ala militar do JEM recebeu nas últimas semanas mais apoio militar de fora do Sudão.

148. Para além das acções negativas dos Movimentos que se recusaram a assinar o APD, a AMIS, as Milícias Árabes que continuam a atacar civis inocentes e os seus bens nas aldeias de Dafur. Por exemplo, a 7 de Maio de 2006, homens armados, que se suspeita serem Janjaweed, atacaram Abugaragel e as aldeias circundantes, roubando gado e raptando algumas pessoas, incluindo mulheres inocentes. Os Janjaweed atacaram igualmente a vila de Labado, matando cerca de vinte pessoas. Ataques similares foram igualmente realizados a 14 de Maio de 2006 por milícias Árabes desconhecidas ao longo da estrada Menawashe-Shangil Tobaya, matando e violando mulheres; foram igualmente lançados ataques nas áreas de Graidia e Niteaga, no Sul de Darfur, entre 19 e 20 de Maio de 2006. Esses ataques resultaram no aumento do número de Deslocados, particularmente nas áreas de Graidia e Niteaga.

149. O mais recente ataque à patrulha da AMIS foi perpetrado a 26 de Maio de 2006, em Misteria no Oeste de Darfur por 12 homens da milícia armados, e durante o qual um funcionário da AMIS foi morto e outro gravemente ferido.

150. Na 51ª reunião de 15 de Maio de 2006, o CPS solicitou à Comissão, em coordenação com as partes e todos os outros intervenientes, para tomar todas as medidas necessárias à escrupulosa implementação e seguimento do APD, em conformidade com as Modalidades e Mecanismos nele previstas. O CPS realçou igualmente a urgente necessidade de se rever o actual mandato da AMIS e reforçá-lo, particularmente à luz das tarefas adicionais a serem realizadas pela Missão no quadro da implementação das disposições do APD relativas aos Acordos Geral de Cessar-fogo e Final de Segurança.

151. No quadro da implementação desta decisão, foram tomadas medidas para criar a equipa de implementação do APD na AMIS, sob a supervisão do Chefe da Missão. A Comissão acelerou esforços tendentes a desenvolver um novo conceito de operações (CONOPS) para garantir que a AMIS execute as tarefas que lhe foram atribuídas pelo APD. O CONOPS foi elaborado em estreita colaboração com as Nações Unidas e em consulta com outros intervenientes. A nova CONOPS irá implicar o ajustamento do mandato da AMIS com a inclusão de tarefas adicionais, entre outras, o aumento significativo dos seus efectivos e a reestruturação de sectores de comando.

152. Uma Conferência de anúncio de contribuições visando mobilizar os recursos necessários ao reforço e manutenção da AMIS está agendada para Bruxelas, a 7 de Julho próximo. A este respeito, foi elaborado um orçamento e um documento de logística sobre a AMIS, à luz dos novos CONOPS, a fim de serem apresentados à Conferência.

153. A 51ª reunião do CPS decidiu igualmente que, face à assinatura do DPA, devem ser tomadas medidas concretas para se efectuar a transição da operação de manutenção da paz da AMIS para a ONU. Para este efeito, o CPS exortou as Nações Unidas e o Governo de Unidade Nacional (GoNU) a efectuarem consultas em conformidade com as disposições do parágrafo 6 do seu comunicado de 10 de Março de 2006, e como acompanhamento do discurso proferido pelo Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 9 de Maio último, de forma a garantirem o arranque da operação da ONU em Darfur, o mais brevemente possível. Na sua Resolução 1679 (2006) de 16 de Maio de 2006, o Conselho de Segurança aprovou o Comunicado do CPS e convidou as partes no DPA a facilitarem e a trabalharem com a União Africana, as Nações Unidas, as organizações regionais e internacionais, bem como os Estados Membros, com vista a acelerarem a transição da AMIS para as Nações Unidas e, para o efeito, pediu o envio de uma missão conjunta União Africana/ONU de avaliação técnica. O Conselho de Segurança sublinhou a importância de o Secretário Geral deverá efectuar uma consulta conjunta com a União Africana, um contacto directo e permanente com o Conselho de Segurança, e em colaboração estreita com as partes no DPA, incluindo o GoNU, sobre as decisões relativas à transição da AMIS para as Nações Unidas.

154. É neste contexto, e após os trabalhos preparatórios que tiveram lugar em Adis Abeba, de 7 a 8 de Junho de 2006, que a missão conjunta UA/NU de avaliação técnica, chefiada pelo Sub-Secretário-geral das Nações Unidas para as Operações de Manutenção da Paz, Sr. Jean-Marie Guehenno, e o Comissário da UA para a Paz e Segurança, Sr. Said Djinnit, viajaram para o Sudão, a 9 de Junho, com dois objectivos: avaliar o tipo de requisitos necessários para reforçar a AMIS, de modo a permiti-la realizar as tarefas adicionais que lhe foram atribuídas no quadro do DPA e verificar tudo o que for necessário para a transição da AMIS para uma operação das Nações Unidas. A missão já concluiu a primeira fase da sua visita ao Sudão, que envolveu uma série de consultas com ministros e outros responsáveis do Governo, assim como outros intervenientes. Na altura da finalização deste relatório, a missão encontrava-se em Darfur para reuniões com os intervenientes. Depois dessa visita, a missão regressará a Cartum a fim de efectuar mais consultas com as autoridades sudanesas sobre o reforço da AMIS e preparação para uma possível transição da AMIS para uma operação da ONU, bem como outras áreas em que a ONU e a UA podem prestar apoio directo à implementação do DPA.

155. Convém notar igualmente que uma missão do Conselho de Segurança visitou o Sudão e a Sede da União Africana, durante o mês de Junho, para debater a situação em Darfur e a transição da operação da AMIS para as Nações Unidas.

156. Finalmente, uma homenagem deve ser prestada ao Presidente Olusegun Obasanjo da República Federal da Nigéria e ao Presidente do Congo, Presidente em Exercício da UA, pelos seus esforços altamente valiosos, que ajudaram a concluir com êxito as negociações de paz de Abuja. O Dr. Salim Ahmed Salim Enviado

Especial e Mediador Principal, e a sua equipa de mediação chefiada pelo Embaixador Sam Ibok, coadjuvado pelo Sr. Boubou Niang, bem como Ablesse Ouedraogo, Berhanu Dika e General Christophe Garba, que facilitaram as discussões nas Comissões criadas para abordar questões específicas, devem ser também felicitados pelo seu grande desempenho em todas as negociações. A Comissão também exprime o seu apreço ao co-mediador chadiano, aos facilitadores e observadores (Nigéria, Líbia, Eritreia e Egipto) e aos parceiros internacionais (Canadá, França, Países Baixos, Noruega, Reino Unido, EUA, EU, Liga dos Estados Árabes e ONU), pelo apoio que concederam à mediação da UA e às partes envolvidas.

(ii) Implementação do Acordo Geral de Paz (AGP)

157. Desde o último relatório submetido ao Conselho Executivo, o processo de implementação do Acordo Geral de Paz (CPA), assinado pelo Governo do Sudão (GoS) e o Movimento Armado de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A), a 10 de Janeiro de 2005, registou alguns progressos louváveis.

158. O Conselho deve recordar que o processo de implementação do AGP abrandou inicialmente devido a vários aspectos, entre os quais a morte do antigo primeiro Vice-presidente do Sudão e Presidente do SPLM/A, Dr. John Garang de Mabior, a 30 de Agosto de 2005. Seja como for ambas as partes mostraram-se reticentes em vencer os obstáculos incessantes e, por isso, continuaram a trabalhar conjuntamente com a finalidade de estabelecerem as instituições necessárias, como prevê o AGP. Comissões importantes, tais como a Comissão Política para o Cessar-fogo (CPC), a Comissão Nacional de Revisão da Constituição (NCRC), a Comissão de Avaliação (AEC), o Comité Ad Hoc sobre a Fronteira Norte/Sul, a Comissão Militar Conjunta (JDB), a Comissão Nacional do Petróleo (NPC), o Conselho Nacional de Coordenação do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (NCDDRC), a Comissão Nacional dos Serviços Judiciais (NJSC), e a Comissão de Controlo das Dotações Fiscais e Financeira (FFAMC), entre outros, foram formados e têm estado a reunir-se.

159. Uma das criações mais importantes do AGP é a AEC, que é presidida pelo Embaixador Tom Vraalsen da Noruega. A UA está representada nesse órgão, como observador, pelo Representante Especial no Sudão, Baba Gana Kingibe. O presidente da EAC realizou até ao momento reuniões importantes com as autoridades sudanesas, incluindo o Presidente Omar Hassan Al Bashir, o primeiro Vice-presidente Salva Kiir e o Segundo Vice-presidente Ali Osman Taha. A Comissão viajou igualmente para Juba, no Sul do Sudão.

160. Como o Conselho sabe, a CPC tem mandato para dirigir o processo de implementação dos acordos de cessar-fogo e de segurança. A CPC foi criada e reuniu-se pela primeira vez a 23 de Fevereiro de 2006. Durante essa reunião, acordou-se que, no futuro, a Comissão deverá reunir-se mensalmente. Durante a sua reunião, em Abril, a CPC decidiu acelerar o processo de formação de Unidades

Conjuntas Integradas (JIUs) e o Comité de Colaboração de outros Grupos Armados (OAG-CC). O OAG-CC é uma formação de duas partes, apoiados pela ONU , para incluir Outros Grupos Armados (OAG'S) no Sudão. Entretanto, a 29 de Dezembro de 2005, o Presidente Al Bashir emitiu um decreto que estabelece a JDB, que deverá coordenar as Forças Armadas do Sudão (SAF), e a SPLA e comandar JIUs, na sequência da aprovação da Acta das JIUs pela Assembleia Nacional, a 19 de Dezembro de 2005.

161. Por outro lado, existem outras Comissões importantes que deverão ser estabelecidas tanto pelo Governo de Unidade Nacional (GoUN), como pelo Governo do Sul do Sudão (GdSS). Em relação ao GoUN, as Comissões incluem a dos Direitos Humanos, da Função Pública Nacional, a Comissão das Questões Agrárias, a Comissão Eleitoral Nacional e a Comissão de Protecção dos Direitos dos cidadãos não-muçulmanos na Capital Nacional. O GdSS, por seu turno, deverá estabelecer entre outras, a Comissão dos Direitos Humanos, a Comissão Anti-Corrupção e a Comissão dos Serviços de Reabilitação.

162. A Assembleia Legislativa Nacional Provisória (INL) voltou a reunir-se em Cartum, a 2 de Abril de 2006, enquanto que a Assembleia Legislativa de Transição do Sul do Sudão (TCSL) voltou a reunir-se em Juba, a 10 de Abril de 2006. Estes dois órgãos discutiram, entre outras, sobre os orçamentos de 2006/2007 para o Sudão - o orçamento Federal e o orçamento do Sul do Sudão, respectivamente.

163. Um dos principais atribuições do CPA é o reconhecimento da necessidade de se legitimarem das medidas acordadas no CPA, adoptando leis eleitorais justas e a realização de eleições justas a todos os níveis do governo. Essas eleições deverão ser realizadas a meio do processo de implementação do CPA. As partes sudanesas, juntamente com as organizações da sociedade civil e peritos, estão envolvidas no processo de elaboração da Lei de Inscrição de Partidos Políticos. A lei eleitoral está também a ser preparada. Além disso, a Comissão de Recenseamento foi criada pelo Decreto Presidencial de 7 de Janeiro de 2006.

164. É importante recordar que as consultas sobre a nova moeda sudanesa tiveram início , logo após a assinatura do CPA, tendo sido acordada a impressão de uma nova moeda denominada "LIBRA", que deverá entrar em circulação durante o ano em curso e o Sul terá prioridade no processo de substituição.

165. O SPLM realizou a reunião inaugural do seu Bureau Político Provisório (IPB) em Rumbek Sul do Sudão, de 2 a 5 de Abril de 2006. As questões principais que o Bureau debateu, incluíram a transformação do SPLM numa organização política e a necessidade de a dotar de meios para fazer face às múltiplas transições. Neste sentido, o IPB reafirmou " a vocação nacional do SPLM e o seu compromisso em continuar a luta, através de meios políticos democráticos, para alcançar o seu objectivo de criação de um novo Sudão". O SPLM decidiu ainda que o GoUN devia dar uma atenção urgente e exclusiva à resolução pacífica dos conflitos em Darfur e na

região Leste do Sudão, de forma a que a paz seja abrangente, envolvendo todo o país.

166. De 27 a 29 de Maio de 2006, as partes que lideram o processo de implementação do CPA (O Partido do Congresso Nacional – NCP – e o SPLM) realizaram, uma Conferência em Cartum, pela primeira vez, como parceiras, e que contou com a participação dos mais altos dirigentes das partes, com o Presidente Omar Hassan Al Bashir a chefiar a delegação do NCP, enquanto que o primeiro Vice-presidente Salva Kiir chefiou a delegação do SPLM. A Conferência visava analisar os progressos realizados na implementação do CPA e explorar as formas de fazer avançar o processo, incluindo a resolução do impasse referido pela Comissão para a Fronteira de Abyei. As partes decidiram em explorar outras formas de resolver esta questão, incluindo a convocação dos membros da ABC para esclarecerem melhor a maneira como chegaram às suas conclusões. O Conselho lembra-se que o relatório da ABC mereceu o apoio do SPLM e foi rejeitado pelo NCP, porque este alega que o ABC ultrapassou os limites do seu mandato. Todavia, as duas partes prometeram continuar a trabalhar em conjunto, a fim de garantirem o êxito do CPA e a manutenção da unidade do Sudão.

167. A conclusão mais importante do diálogo Sul-Sul veio finalmente a registar-se a 8 de Janeiro de 2006, quando o primeiro Vice-presidente Salva Kiir e o líder das Forças Militares do Sul do Sudão (SSDF), Major-General Paulino Matip, assinarem a Declaração de Juba sobre a unidade e integração do SPLA e das SSDF. Porém, outros membros das SSDF, chefiados por Gordon Koang, recusaram-se a integrar o SPLA alegando, entre outras coisas, que se sentiam desconfortados com a retenção do nome “SPLA” para as forças armadas do Sul do Sudão.

168. Relativamente à situação de segurança, registaram-se algumas escaramuças em regiões como a dos Lakes State, Warrap State e o Norte de Bahr el Ghazal, onde há informações de que as comunidades locais não estão de acordo em questões como recursos naturais, pecuária, água e terras para a pastagem e a agricultura. Esses acontecimentos não só provocaram um impacto negativo na Declaração de Juba, como também em todo o processo do CPA. Para além disso, desde a assinatura do CPA, o Exército de Resistência do Senhor da Guerra (LRA), tem constituído uma ameaça à população do Sul do Sudão, e aos ugandeses que vivem na região norte, pois uma série de ataques foram reportados. Tanto o Governo do Uganda como o GdSS fizeram esforços para resolver esta questão e continuar a fazê-lo. Portanto, deve-se fazer tudo para resolver, o mais brevemente possível, a questão do LRA.

169. Durante o período em revista, a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) continuou a apoiar as partes sudanesas na implementação do CPA. Por outro lado, a primeira reunião do Grupo Sudanês patrocinada pelo Banco Mundial, as Nações Unidas e o FMI, teve lugar em Paris, de 9 a 10 de Março de 2006. Essa foi uma reunião de acompanhamento da Conferência de Doadores realizado em Oslo, no

ano passado, na sequência da assinatura do CPA. Embora a reunião, que contou com a participação da Comissão, tivesse reconhecido o facto de que o GdUN e o GoSS estavam a operar em condições extremamente difíceis, realçou a necessidade de haver transparência e cooperação entre os dois parceiros do CPA. Entretanto, a reunião salientou ainda a necessidade esforços permanentes no sentido de devolver a paz ao povo do Sudão e resolver o conflito em Darfur.

170. Na sua reunião, que decorreu em Sirte, Líbia, em Julho de 2005, à margem da Sessão do Conselho Executivo, o Comité Ministerial, para a Reconstrução Pós-conflito no Sudão decidiu efectuar uma visita ao Sudão. O Comité desejava obter informações práticas, em primeira mão, sobre o processo de implementação do CPA. A visita foi efectuada de 17 a 18 de Janeiro de 2006, e concedeu uma oportunidade para o Comité se reunir com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, a Equipa Conjunta de Transição Nacional (JNTT), a AEC e o GoSS. O Comité deverá reunir-se à margem da presente Sessão do Conselho Executivo, a fim de avaliar os progressos feitos no processo de implementação do CPA e decidir sobre a via a seguir, incluindo a necessidade dos Estados Membros prestarem assistência aos esforços de reconstrução pós-conflito e de consolidação da paz.

171. Em geral, a implementação do CPA tem registado progressos, mas são necessários mais esforços para que o processo seja bem sucedido e para que a unidade seja atraente para a população do Sul do Sudão, no fim do período de transição. A OUA e a comunidade internacional em geral, têm um papel a desempenhar neste âmbito, especialmente no sentido de levar as partes a respeitarem os seus compromissos no quadro do CPA.

e) Burundi

172. Como o Conselho sabe série de eleições organizadas no Burundi no Verão 2005 culminou com uma nova configuração política, marcada pela ascensão ao poder do antigo movimento rebelde CNDD-FDD e o estabelecimento de instituições nas quais todas as componentes da sociedade burundesa são representadas.

173. Desde então, o novo Governo empenhou-se numa política de reconstrução orientada para a redução da pobreza, assim como para a reconciliação nacional e a justiça. No plano sócio-económico, o Governo fez da educação a base da reconstrução abolindo, logo no início, as propinas escolares obrigatórias no ensino primário a partir do ano lectivo de 2005/2006. Outra medida diz respeito à gratuidade dos cujos dados de saúde para algumas categorias da população nos hospitais públicos. A isso se deve acrescentar a redução do preço dos produtos de base e de consumo corrente e o aumento de 15% dos salários dos funcionários.

174. No plano político, foram tomadas várias iniciativas que demonstraram a determinação do Governo em prosseguir os seus esforços. Trata-se da libertação provisória de 3.299 prisioneiros políticos entre os meses de Janeiro e Março de 2006

e do início do processo de estabelecimento da Comissão Verdade e Reconciliação, assim como de um tribunal especial, que devem julgar os crimes que assolaram o país durante 40 anos.

175. Com vista ao sucesso da sua política de reconstrução, o Governo lançou um apelo aos doadores a 28 de Fevereiro de 2006, data em que apresentou o seu “Programa de Emergência para 2006”, estimado em 168 milhões de dólares americanos. De facto, este programa cobre o primeiro ano do quadro estratégico trienal de luta contra a pobreza que será objecto de uma Mesa-Redonda prevista para o mês de Setembro de 2006. Os Burundeses foram igualmente solicitados a contribuir, num período de quatro meses, para um fundo de solidariedade nacional criado para, nomeadamente, fazer face à fome, que afecta em particular cinco províncias declaradas zonas sinistradas.

176. Além disso, recorde-se que a atitude do Palipehutu-FNL, que não aderiu ao processo de paz, constituiu uma preocupação tanto para as autoridades burundesas como para os países da região e os parceiros do Burundi. Neste contexto, sublinhe-se que, logo após a sua ascensão à frente do Estado, as novas autoridades burundesas estenderam a mão a este movimento armado, que começou por recusar.

177. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da sua Resolução 1653 (2006) de 27 de Janeiro de 2006, exigiu a todos os grupos armados que operam no Leste da RD Congo, entre os quais o Palipehutu-FNL, para deporem as armas e procederem imediata e voluntariamente e sem condições prévias, ao seu desarmamento, repatriamento e reinstalação. Paralelamente a essas pressões, os países da região, através principalmente da República Unida da Tanzânia, empreenderam esforços de persuasão, na sequência dos quais o Sr. Agathon Rwasa, chefe do movimento, anunciou a sua intenção de negociar com o Governo sem condições prévias. É neste contexto que a África do Sul, solicitada pela Iniciativa Regional para a Paz no Burundi, designou recentemente Charles Nqakula, Ministro da Segurança do Estado, como Mediador encarregue de facilitar as conversações entre as duas partes.

178. Desta forma e em conformidade com o anúncio feito na sequência da digressão do Ministro Charles Nqatula pela região, as negociações entre o Governo do Burundi e o Palipehutu-FNL iniciaram oficialmente a 29 de Maio de 2006, em Dar-es-Salaam, depois do Mediador, apoiado pelo Representante Especial da UA no Burundi e o Representante especial do Secretário-geral das Nações Unidas, assim como pelo Comité técnico regional composto por peritos do Uganda, da Tanzânia e da África do Sul, conseguiu ultrapassar as últimas dificuldades originadas pelo pedido do Palipehutu-FNL com vista a adiar as negociações. Neste contexto, foi acordado:

- Lançar formalmente o processo de negociações a 29 de Maio e, em seguida, constituir duas Comissões técnicas que tratarão,

respectivamente das questões de ordem política e de questões militares;

- Deixar as Comissões técnicas prepararem o terreno num quadro informal, com a assistência do Comité Técnico Regional composto por representantes do Uganda, África do Sul, Tanzânia, União Africana e ONU;
- Começar as negociações num quadro formal, Segunda-feira, 5 de Junho de 2006; e
- Realizar uma sessão plenária, Sábado, 10 de Junho de 2006.

179. No fim dos trabalhos, será convocada uma Cimeira regional para a assinatura de um Acordo entre o Governo e o Palipehutu-FNL.

180. No decorrer da sua 52ª reunião, realizada a 29 de Maio de 2006, o CPS foi informado da evolução da situação no Burundi e dos esforços envidados, com vista a consolidar a paz neste país. A reunião congratulou-se com o lançamento das conversações de paz entre o Governo do Burundi e o Palipehutu-FNL. O CPS exprimiu o seu apoio a essas conversações, formulando votos de que culminem dentro em breve com um acordo que vai consolidar os processos de paz e de reconciliação no Burundi. O CPS decidiu analisar a situação no Burundi com base num relatório que será submetido pela Comissão da União Africana. Entretanto, não é demais recordar, mais uma vez, à comunidade internacional, incluindo os Estados-membros com possibilidades, que prestem a assistência necessária para a reconstrução do Burundi e a consolidação da paz e da reconciliação neste país.

f) República Democrática do Congo (RDC)

181. O período em análise foi dominada pelos preparativos do processo eleitoral que vai coroar a transição em curso neste país, desde 30 de Junho de 2003. Desta forma, na sequência da promulgação da Constituição da Terceira República, a 18 de Janeiro de 2006, a lei eleitoral foi adoptada pelas duas Câmaras do Parlamento, a 18 de Fevereiro de 2006, e promulgada a 9 de Março de 2006. A Comissão Eleitoral Independente (CEI) publicou, no mesmo dia, o calendário provisório das eleições, que previa a entrega das listas de candidaturas às eleições legislativas e presidenciais entre os dias 10 e 23 de Março de 2006 enquanto que a primeira volta da eleição presidencial e das legislativas deveriam ter lugar a 18 de Junho de 2006.

182. Em seguida, e a pedido de vários partidos políticos, a data limite de entrega das candidaturas foi adiada para 2 de Abril de 2006. No termo deste prazo, 73 candidaturas foram registadas pela CEI para as presidenciais (candidaturas apoiadas por partidos políticos e candidaturas independentes) e mais de 10.000 para as

eleições legislativas, para 500 assentos. Todos os partidos políticos “significativos”, com excepção da União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), entregaram processos de candidatura. O Supremo Tribunal aprovou 33 candidatos para a eleição presidencial e 9.632 candidatos para as legislativas. O registo das candidaturas para as provinciais visando preencher os 632 assentos encerrou a 31 de Maio de 2006.

183. A 30 de Abril de 2006, a CEI publicou o calendário definitivo das eleições, tendo fixado o dia 30 de Julho para a primeira volta das presidenciais, e as legislativa numa única volta. A campanha eleitoral terá início a 29 de Junho e terminará a 28 de Julho. A África do Sul comprometeu-se a fornecer os boletins de voto. A data do escrutínio para a segunda volta das presidenciais e para as eleições provinciais será anunciada posteriormente.

184. Os progressos realizados no processo eleitoral foram possíveis graças à determinação do Povo Congolês de dispor de instituições democráticas, à vontade dos actores de transição de cumprirem a missão que lhes foi confiada pelo Acordo Geral e incluso resultante do Diálogo Inter-congolês, bem como ao apoio das Nações Unidas e da Comunidade Internacional em geral. Uma determinação semelhante é necessária para vencer os vários desafios que se colocam antes da conclusão do processo.

185. Na área da segurança, o cessar-fogo globalmente respeitado pelas principais partes beligerantes permanece muito frágil, sobretudo em algumas províncias. No Norte do Katanga, as milícias armadas (Mai-Mai) continuam em atacando as populações civis e comentando violações dos direitos humanos assim como a exploração ilegal dos recursos naturais. Apesar das operações conjuntas, regularmente realizadas contra as milícias pelas Forças Armadas da RDC (FARDC) e pela Missão da Organização das Nações Unidas no Congo (MONUC), a segurança ainda não foi completamente restabelecida em Ituri. Nas regiões de Kivu, as represálias frequentemente levadas a cabo por grupos armados estrangeiros contra populações civis, em reacção às operações conjuntas FARDC/MONUC e soldados dissidentes, principalmente da 8ª Região Militar, constituem uma ameaça para a paz e a segurança nesta zona sensível do País. Enfim, é importante notar a presença contínua de grupos armados do Ruanda, Burundi e Uganda no Leste da RDC.

186. Neste contexto, convém sublinhar que, durante a sua 50ª Reunião realizada a 28 de Abril de 2006, o CPS foi informado do desenrolar e os resultados da Missão de Reconhecimento Militar que se deslocou à RDC, ao Ruanda, ao Uganda e ao Burundi, de 12 de Novembro a 3 de Dezembro de 2005, no quadro do acompanhamento da Decisão relativa ao Desarmamento Forçado e Neutralização das ex-FAR/Interahamwé e outros grupos armados no Leste da RDC, adoptada durante a sua 23ª reunião realizada em Libreville, a 10 de Janeiro de 2005. Os membros do Conselho procederam a uma troca de pontos de vista sobre os resultados da Missão de Reconhecimento e decidiram prosseguir as consultas sobre as recomendações da

Missão e realizar uma reunião mais tarde ao nível apropriado, para finalizar os seus debates.

187. É neste quadro que decorrerão as eleições gerais na RDC. Com vista a vencer os desafios e ganhar a aposta, o Governo do Congo e a Comunidade Internacional exprimiram a sua determinação de acelerar o processo de formação de 18 brigadas das FARDC e da Polícia Nacional, de modo a estarem operacionais antes das eleições. É igualmente com a preocupação de assegurar o bom desenrolar das eleições, tanto na sua preparação como no seu desempenho que a MONUC colocou toda a sua logística à disposição da CEI, para cumprir os prazos fixados. Para a garantia do processo eleitoral antes, durante e depois da votação, a Organização das Nações Unidas solicitou e obteve o acordo da União Europeia para o envio de efectivos europeus à RDC. O envio dessa força, denominada EUFOR-RDC, foi autorizado através da Resolução 1671 (2006), de 25 de Abril de 2006, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

188. No âmbito do apoio à dinâmica em curso no país, o Presidente da Comissão efectuou uma visita de trabalho a Kinshasa, de 17 a 19 de Abril de 2006. Nessa ocasião, reuniu-se com os principais actores congolese do processo de paz assim como representantes da Comunidade Internacional em Kinshasa, reunidos no seio do Comité Internacional de Acompanhamento de Transição (CIAT). O Presidente da Comissão exprimiu a todos os interlocutores o apoio político da União Africana ao processo eleitoral e a necessidade de as Partes Congolese continuarem a trabalhar em estreita colaboração para concluir o actual processo.

189. Foi também no mesmo quadro que o CPS analisou a situação na RDC, aquando da sua 54ª Reunião, realizada a 2 de Junho de 2006. Nessa ocasião, o CPS solicitou à Comissão para, entre outras coisas, acelerar os preparativos em curso, com vista ao envio atempado de uma importante missão civil de observação eleitoral da UA. Por outro lado, o CPS autorizou o envio, se necessário, de uma missão de observadores militares, sob a égide da UA e em coordenação com a Comissão, a fim de contribuir para a criação de um ambiente favorável à realização das eleições. Além disso, é importante notar que a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a SADC prontificaram-se a dar o seu apoio ao processo.

g) Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

190. Durante o período em análise, o Secretariado Conjunto NU/UA responsável pela facilitação da realização da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, em concertação com os Coordenadores Nacionais (CN), realizou várias actividades visando manter a dinâmica dos preparativos da 2ª Cimeira, a ter lugar em Novembro de 2006, em Nairobi. Deste modo, foram organizadas várias reuniões para finalizar os projectos e os protocolos prioritários para cada um dos quatro temas da Conferência, a saber: paz e segurança; democracia e boa governação; desenvolvimento económico e integração regional; questões sociais e

humanitárias; e mobilizar as partes interessadas em torno dos objectivos da Conferência.

191. A 3ª reunião do Comité Regional Interministerial (CRI), realizada em Bangui, República Centro Africana (RCA), de 20 a 22 de Fevereiro de 2006, permitiu a finalização e a adopção do projecto do Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento, os projectos e os protocolos prioritários sobre os quatro temas da Conferência e o projecto de nota relativo ao Mecanismo Institucional de Acompanhamento da Conferência. Quanto às outras reuniões, elas permitiram ao Secretariado Conjunto sensibilizar as Comunidades Económicas Regionais (CERs) bem como os representantes do sector privado, das Organizações da Sociedade Civil, da Juventude e das mulheres sobre o Pacto e a suas componentes e discutir as modalidades do seu envolvimento na implementação deste instrumento.

192. O CRI adoptou quatro programas de acção compostos por dez projectos de protocolos e trinta e três projectos, dos quais sete projectos e um protocolo sob o tema “Paz e Segurança”, quatro projectos e cinco protocolos subordinados ao tema “Democracia e Boa Governação”, um protocolo e quinze projectos sobre “Desenvolvimento económico e integração regional”; e finalmente três protocolos e sete projectos sob o tema “Assuntos sociais e questões humanitárias”. O CRI decidiu que o Mecanismo Regional de Acompanhamento da Conferência (MRA) seja designado por “Mecanismo Regional de Acompanhamento” e que o “Secretariado da Conferência” seja dirigido por um Secretário Executivo. O CRI decidiu também que o Fundo Especial de Reconstrução e Desenvolvimento (FERD) seja instalado no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Os outros órgãos do MRA são: a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, que se reunirá de dois em dois anos e com uma presidência rotativa; o Comité Ministerial, que fará as suas reuniões duas vezes por ano, o Secretariado da Conferência e o Mecanismo de Coordenação Nacional.

193. No quadro das reuniões de mobilização dos diferentes actores e parceiros, a Comissão acolheu a reunião das Comunidades Económicas Regionais (CER's) activas nos onze países da região, alargada aos onze CN, a 11 de Abril de 2006, em seguida a reunião dos CN, a 12 de Abril de 2006. A reunião das CER's tinha como objectivo, entre outros, harmonizar os respectivos mecanismos regionais com os mais alargados da Conferência, forjar uma compreensão comum sobre o conteúdo do Pacto, acordar sobre o papel das CER's na implementação do Pacto, fazer uma reflexão sobre as estratégias e os mecanismos de cooperação entre as CERs e o Secretariado da Conferência, assim como sobre as estratégias de mobilização dos recursos necessários à implementação do Pacto. É importante recordar que o Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento, que será adoptado em Nairobi, será constituído pela Declaração de Dar-es-Salaam, programa de acção que incluem projectos e protocolos e pelo Mecanismo Regional de Acompanhamento, instrumentos que foram adoptados pelo CRI durante a sua reunião realizada em Bangui, em Fevereiro de 2006.

194. No decurso da reunião realizada em Nairobi, a 15 de Maio de 2006, para finalizar os debates relativos à distribuição de responsabilidades às CER's no tocante à execução e acompanhamento dos projectos e sobre as modalidades de criação do Mecanismo Regional de Acompanhamento, os CN, aprofundaram as discussões sobre o período de transição e a eventual criação do Secretariado da Conferência antes da Cimeira. Com efeito, deve-se ter em conta o apelo lançado, a 29 de Março de 2006, pelo Conselho de Segurança ao Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para apoiar o estabelecimento do Secretariado da Conferência, antes da Cimeira. Os CN discutiram igualmente sobre a designação do Secretário Executivo e o país que acolherá o Secretariado.

195. Quanto à questão relativa ao estabelecimento do Secretariado da Conferência, os CN sublinharam que suscitaria problemas de ordem jurídica e política se ocorrer antes Cimeira de Nairobi ou antes de uma decisão oficial prévia dos Chefes de Estado e de Governo. A este respeito, recomendaram que se aproveitasse a ocasião da Conferência da UA, que terá lugar em Banjul, para a realização de uma Mini-cimeira dos Países da Região. Por outro lado, ficou acordada a abertura de um período de transição imediatamente depois da Cimeira de Nairobi, durante o qual será feita a transferência de responsabilidade entre as Nações Unidas e o Secretariado da Conferência. A criação do Secretariado Regional e a eliminação gradual do Secretariado Conjunto NU/UA efectuar-se-ão no quadro do Protocolo do Acordo entre o Secretariado Conjunto e os Países da região. O Protocolo será elaborado pelo Secretariado Conjunto NU/UA.

196. Assim, o processo preparatório da Conferência culminará com a última etapa, que é a Cimeira de Nairobi, que, adoptará o Pacto de Ligação entre os onze países membros do processo, quer a título individual ou na totalidade da Região nas áreas importantes dos quatro temas da Conferência. Os progressos realizados não teriam sido possíveis sem o apoio político, diplomático, técnico e financeiro dos parceiros de desenvolvimento, reunidos no seio do Grupo dos Amigos da Região. A implementação do Pacto vai exigir não somente a mobilização da Comunidade Internacional, mas também e sobretudo o firme cometimento dos Países da Região. Neste contexto, a sua contribuição para o Fundo Especial de Reconstrução e Desenvolvimento, criado pela Declaração de Dar-es-Salaam será crucial. Além disso, as diligências para a ratificação do Pacto serão um sinal importante e a expressão da vontade das Partes de materializar a visão expressa na Declaração de Dar-es-Salaam.

197. As presentes sessões da UA em Banjul abrem aos países membros do processo a oportunidade de fazer consultas e trocas de opiniões sobre as modalidades mais eficazes de darem as suas contribuições para o Fundo. Devem também aproveitar a ocasião destas reuniões para fixar a data exacta da realização da Cimeira de Nairobi, bem como o país que deverá acolher o Secretariado da Conferência.

h) República Centro Africana (RCA)

198. A situação na República Centro Africana (RCA) conhece uma evolução encorajadora, não obstante as dificuldades de ordem financeira e de segurança que persistem no terreno. A Comissão permanece atenta e continua a envolver-se nos esforços que visam a consolidação dos avanços registados.

199. Na sequência da missão de informação sobre a situação de segurança e humanitária na Região, que foi enviada pela Comissão à RCA, ao Chade e às Comores, de 25 de Outubro a 8 de Novembro de 2005, o CPS reuniu-se a 29 de Dezembro de 2005 para analisar a situação, à luz do relatório preparado para o efeito. No comunicado tornado público no final da reunião, o CPS declarou-se preocupado pela persistência da falta de segurança no Norte da RCA e pela consequente deslocação das populações para o Sul do Chade. Neste contexto, o CPS congratulou-se com a assistência prestada aos refugiados da RCA no Chade, os esforços feitos pelos países da região, pela Força Multinacional da Comunidade Económica e Monetária da África Central (FOMUC) assim como pelas Nações Unidas, através do seu Escritório na RCA (BONUCA), com vista a fazer face à falta de segurança e contribuir para a criação das condições necessárias para a recuperação sócio-económica da RCA e a consolidação da paz e estabilidade naquele país. O Conselho encorajou igualmente o Presidente da Comissão para, em colaboração com as instituições competentes, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), enviar uma missão multidisciplinar a Bangui, com o objectivo de identificar as necessidades urgentes da RCA e estudar o tipo de assistência que os Estados Membros e os parceiros da UA poderão trazer para o país.

200. No quadro do acompanhamento da Decisão de 29 de Dezembro de 2005, o CPS realizou uma reunião pública na RCA, a 30 de Março de 2006. Durante a reunião, os representantes do Governo da RCA, da CEMAC/FOMUC e do BONUCA fizeram intervenções para sensibilizar os Estados Membros e os parceiros da UA sobre a situação prevalecente naquele país, tanto ao nível da segurança como no plano social, económico e político e sobre as necessidades mais urgentes do país. Relativamente à missão multidisciplinar, cujo envio foi recomendado pelo CPS, ela deslocou-se à RCA, de 3 a 15 de Abril de 2006. Dirigida pelo antigo Primeiro-Ministro da República do Senegal, Mamadou Lamine Loum, a missão integrava Peritos do BAD, da CEA e Funcionários da Comissão. O relatório da Missão será sem dúvidas, submetido ao CPS para os devidos efeitos.

201. Por outro lado, e na sequência do pedido do Secretariado Executivo da CEMAC, a Comissão apoiou, junto da UE, a renovação do financiamento da Força Multinacional da CEMAC, num valor de 7,5 milhões de Euros para um período de 12 meses, (de Julho de 2006 a Junho de 2007), no âmbito do Fundo para a Paz em África, criada pela UE, a pedido da UA, para ajudar o financiamento das operações de

apoio à paz, conduzidas sob a égide da UA. A fim de proceder à avaliação dos resultados do financiamento anterior de 8 milhões de Euros (Operações da FOMUC II, cobrindo o período de Julho de 2005 a Junho de 2006) e analisar os objectivos do novo financiamento, uma Missão Conjunta UA/UE deslocou-se a Bangui, de 3 a 7 de Abril de 2006. É importante sublinhar que entre Dezembro de 2005 e Março de 2006, a situação no Norte do País conheceu um recrudescimento de ataques e as consequentes deslocações das populações para o Sul do Chade. Deve ser feita referência ao ataque à Cidade de Paoua, por homens armados não identificados, e às operações de limpeza do Exército que se seguiram. Essas operações foram alvo de várias interpretações e suscitaram grandes controvérsias no seio da classe política.

202. No plano económico e financeiro, prosseguem os debates iniciados, desde 2004, com doadores bilaterais e multilaterais. Uma Missão Conjunta FMI, Banco Mundial, BAD e União Europeia deslocou-se ao país, de 29 de Abril a 6 de Maio de 2006 (depois de outra visita efectuada em Novembro de 2005), com o objectivo de proceder à análise dos resultados alcançados no âmbito do programa económico e financeiro apoiado pelo programa de ajuda de emergência pós-conflito. A missão concluiu que foram registados progressos na implementação de reformas económicas e financeiras, mas não fez nenhuma referência à necessidade de dar seguimento a essas reformas e alcançar resultados mais satisfatórios, de modo a chegar à assinatura de um Acordo no quadro do Fundo para a Redução da Pobreza e para o Crescimento (FRPC).

203. De uma maneira geral, a RCA continua a acumular atrasados. O apuramento desses atrasados constitui o grande factor em torno do qual gravitam os debates. Com efeito, o FMI afirmou que não poderá conceder uma ajuda financeira à RCA, no âmbito da FRPC, enquanto não for encontrada uma solução para os atrasados. A missão multidisciplinar da UA constatou que estão em curso discussões com o Banco Mundial e o BAD para a definição de uma estratégia de apuramento dos atrasados, que deverá ser apoiada por todos os doadores multilaterais e bilaterais. A Missão verificou também que, da análise feita à lei de finanças de 2006, existe um défice de 27,1 biliões de Francos CFA, que deve ser assumido, sob pena de o país acumular novos atrasados.

204. A 2 de Maio de 2006, o Presidente François Bozizé enviou uma carta ao Presidente da Comissão para exprimir a sua gratidão pelos esforços feitos pela UA para ajudar o seu país e, em particular, solicitar o apoio da UA para a conclusão de um Acordo com o FMI, no âmbito da FRPC. A Comissão tomará todas as medidas de acompanhamento necessárias, incluindo a implementação das recomendações formuladas pela missão multidisciplinar. Entretanto, a Comunidade Internacional tem o dever de ajudar a RCA a consolidar a paz e a estabilidade recuperadas no País.

i) Chade e Relações entre este País e o Sudão

205. Durante o período em análise, a situação no Chade conheceu vários desenvolvimentos que causam preocupação. O Conselho lembra-se que, a 18 de Dezembro de 2005, a cidade chadiana de Adré, junto da fronteira com o Sudão, foi atacada por homens armados. O Governo do Chade acusou, então, o Sudão de ter apoiado os autores do ataque e de tentar desestabilizar o seu país. Alguns dias mais tarde, o Governo do Chade declarou estar em “estado de guerra” com o Sudão. Por seu turno, o Sudão rejeitou as acusações, tendo afirmado que o Chade efectuou, por várias vezes, incursões no seu território e violou o seu espaço aéreo.

206. Preocupado com a tensão entre os dois países, o Presidente da Comissão enviou de 21 a 26 de Dezembro de 2005, uma Missão a Ndjamena e Cartum, dirigida pelo Representante Especial da UA no Sudão e Chefe da AMIS, Babe Gana Kingibe. A Missão tinha como objectivo proceder à recolha de todos os elementos necessários e analisar, com os dois Governos, os meios de fazer baixar a tensão e garantir o rápido regresso à normalidade na sua fronteira comum.

207. A 29 de Dezembro de 2005, o CPS foi informado sobre a situação. A 4 de Janeiro de 2006, a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CEMAC, reunida em Sessão Extraordinária em Ndjamena, adoptou uma Declaração, na qual condenou veementemente qualquer tentativa de desestabilização do Chade, tendo solicitado ao CPS para analisar, com muita atenção e urgência, a grave situação que prevalecia na fronteira entre o Chade e o Sudão.

208. Foi neste contexto que o Líder da Líbia, Coronel Muammar Al-Gaddafi, tomou várias iniciativas que culminaram com o Acordo de Tripoli, de 8 de Fevereiro de 2006, relativo à resolução do diferendo entre a República do Chade e a República do Sudão. O Acordo é complementado por uma Declaração, denominada de Tripoli sobre a situação entre a República do Chade e a República do Sudão. Durante a sua 46ª reunião, realizada a 10 de Março de 2006, o CPS adoptou a Declaração e o Acordo de Tripoli, tendo exortado os Governos do Chade e do Sudão a implementarem na íntegra os compromissos assumidos. O CPS solicitou igualmente à Comissão para tomar todas as medidas necessárias e prestar toda a assistência possível, com vista a contribuir para a implementação da Declaração e do Acordo de Tripoli. Em seguida, a Comissão submeteu propostas ao CPS relativas às modalidades do apoio que a UA poderá prestar no terreno para facilitar a aplicação do Acordo de Tripoli. Na sua Decisão de 21 de Março de 2006, o CPS solicitou à Comissão para continuar a estudar todas as opções possíveis para apoiar a implementação do Acordo de Tripoli, incluindo um apoio da AMIS, tendo em conta as actuais capacidades da Missão, particularmente no plano logístico e financeiro, os aspectos jurídicos da questão bem como os pontos de vista dos países que contribuem com tropas e apresentar-lhe um relatório, o mais breve possível, de modo a permitir a tomada de uma decisão sobre a

matéria. Na altura da finalização do presente relatório, a Comissão preparava-se para submeter o relatório solicitado ao CPS.

209. Entretanto, na noite de 14 para 15 de Março de 2006, houve uma tentativa de golpe de Estado em N'Djamena. O Presidente da Comissão condenou este golpe, reiterando nessa ocasião, a rejeição pela UA, de toda a tentativa de tomada de poder pela força. Lançou igualmente um apelo urgente aos actores políticos Chadianos, a fim de usarem do diálogo com vista a resolver os seus diferendos. A 13 de Abril de 2006, uma coluna de homens armados da Frente Unida para Mudança (FUM), coligação de vários movimentos político-militares, equipada de veículos e armas pesadas, atacou a capital N'Djamena e a cidade de d'Adré. O Governo chadiano acusou novamente o Sudão de ter preparado estes ataques e decidiu romper as relações diplomáticas e económicas e encerrar as fronteiras com este país. O Governo Chadiano decidiu igualmente retirar os mediadores chadianos das negociações inter-sudanesas sobre o Darfour, que se estavam realizando em Abuja, Nigéria.

210. O CPS reuniu-se no mesmo dia e, condenou este ataque como sendo uma tentativa inaceitável de derrubar o Governo actual através de meios anticonstitucionais, assim como as incursões dos elementos armados nos acampamentos dos refugiados sudaneses no Chade. O CPS realçou a necessidade de o Governo chadiano iniciar, com urgência, um diálogo com todas as forças políticas do país, com vista a encontrar uma solução consensual para as dificuldades com que o Chade se confronta neste momento, incluindo a consolidação do processo democrático no país, encorajando neste sentido, o Presidente da Comissão a fazer tudo a fim de facilitar este diálogo.

211. Seguidamente, uma missão da Comissão deslocou-se a N'Djamena de 21 a 27 de Abril de 2006, com vista a recolher informações necessárias para o acompanhamento adequado da decisão do CPS. Nesta ocasião, as autoridades Chadianas reiteraram as suas acusações quanto ao envolvimento do Sudão nos ataques de 13 de Abril de 2006. Apresentaram armas e munições, veículos e diversos documentos confiscados durante os ataques, como prova do apoio do Governo sudanês aos rebeldes Chadianos.

212. A visita da missão teve lugar num contexto marcado pela eleição presidencial, cuja data estava fixada para 3 de Maio de 2006. Por isso, esta questão é constantemente mencionada durante os debates realizados com a missão. O Governo, o Movimento Patriótico de Salvação (MPS, partido no poder) e uma parte das organizações e associações da sociedade civil apelaram para que as eleições fossem realizadas na data prevista, a fim de permitir a continuidade das instituições do Estado e evitar um vazio jurídico, que seria prejudicial à paz e à estabilidade, considerando que o diálogo com as forças políticas só poderia ser realizado após o escrutínio. Por seu turno, a oposição e uma parte das organizações da sociedade civil pediram a suspensão do processo eleitoral, a abertura do diálogo com o conjunto das

forças políticas do país, incluindo os movimentos político-militares, a fim de reunir melhores condições para a realização de eleições, cujos resultados seriam aceites por todos. A eleição presidencial teve lugar a 3 de Maio de 2006. A 14 de Maio de 2006, a Comissão eleitoral publicou os resultados provisórios, indicando que o Presidente Idriss Déby tinha ganho o escrutínio. Esta vitória foi confirmada em seguida pelo Tribunal Constitucional Chadiano.

213. A Missão da UA que esteve no Chade, visitou o Sudão de 2 a 7 de Junho de 2006, a fim de recolher o depoimento deste país, sobre as acusações feitas pelo Chade. Durante os encontros com a missão, as autoridades sudanesas desmentiram as acusações Chadianas e afirmaram que o Chade acolhia e armava elementos rebeldes hostis ao Acordo de paz sobre o Darfur e minando, portanto, a paz nesta região.

214. O relatório da missão, que abarcava os debates tanto no Chade e Sudão como também as outras actividades empreendidas no terreno, será em seguida submetido ao CPS, para análise e seguimento necessário. Por seu lado, a Comissão desejava uma vez mais, lançar um apelo aos dois países para se absterem de qualquer acto susceptível de agravar a situação e envidar esforços com vista à normalização rápida das suas relações, baseadas no Acordo de Trípoli. A Comissão desejava igualmente realçar a urgência do diálogo político entre as partes Chadianas, bem como a sua disponibilidade de ajudar neste sentido.

J) Côte d'Ivoire

215. O período que se seguiu à Sessão do Conselho Executivo de Cartum foi marcado por uma evolução globalmente encorajadora da situação, apesar dos atrasos consideráveis acusados na execução do roteiro, submetido ao Primeiro Ministro pelo Grupo de Trabalho Internacional (GTI), a 14 de Janeiro e adoptado pelo Governo Ivoirense durante o Seminário realizado em Yamoussoukro, em Fevereiro de 2006.

216. O Conselho recorda-se que, no quadro da implementação da Decisão da 40ª Reunião do CPS, realizada a 6 de Outubro de 2005, e da Resolução 1633 (2005) adoptada pelo Conselho de Segurança a 21 de Outubro de 2005, Charles Konan Banny, antigo Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), foi nomeado para o posto de Primeiro Ministro a 4 de Dezembro de 2005. No fim de um périplo que o levou ao Niger, Nigéria, África do Sul e Congo, para discussões com os dirigentes desses países e, após consultas exaustivas com as partes Ivoirenses, o Primeiro Ministro formou o seu Governo, a 28 de Dezembro de 2005.

217. Logo depois da sua entrada em funções, o Primeiro Ministro afirmou a sua vontade e disponibilidade em trabalhar em estreita colaboração com o Chefe de Estado, e realçou a necessidade de haver uma trégua social, para criar um ambiente favorável à organização das eleições. Foi neste espírito, que um seminário do

Governo sobre o roteiro para a saída da crise, foi organizado por sua iniciativa em Yamoussoukro, de 9 a 11 de Fevereiro de 2006. Este seminário permitiu ao Governo apropriar-se do Roteiro e iniciar um certo número de medidas visando o reforço do processo de paz.

218. Seguidamente, o Primeiro Ministro iniciou o seu encontro, em Yamoussoukro, a 28 de Fevereiro de 2005, com os principais responsáveis políticos da Côte d'Ivoire, a saber, o Presidente Laurent Gbagbo, Henri Konan Bédié do PDCI- RDA, Alassane Dramane Ouattara do RDR e Guillaume Soro das Forças Novas. Este encontro permitiu obter resultados encorajadores, nomeadamente o compromisso para a aplicação integral dos acordos incluindo a realização das eleições dentro dos prazos previstos; o convite lançado ao Chefe de Estado e ao Primeiro Ministro para se concertarem a fim de evitar conflitos eventuais de interpretação da Constituição e da Resolução de 1633; a decisão da retomada imediata do diálogo entre os Estados-maiores das Forças de Defesa e de Segurança de Côte d'Ivoire (FDSCI) e as Forças Armadas das Forças Novas (FAFN), relativo ao desmantelamento das milícias e, o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) ; o aval para a realização simultânea das operações de identificação e recenseamento eleitoral; o apoio às medidas tomadas pelo governo para o acesso equitativo de todos à RTI; A constatação da necessidade de se reunir frequentemente para troca de pontos de vista sobre o processo de paz, assegurando um clima político apaziguado; e a aceitação de arbitragem do Alto Representante para as eleições, relativo à Mesa da Comissão Eleitoral Independente (CEI). A reunião de Yamoussoukro permitiu acalmar o clima político facilitando o regresso à Abidjan , a 14 de Março de 2006, do Secretário Geral das Forças Novas , Guillaume Soro, para retomar o seu lugar no Governo, depois de uma ausência de 16 meses.

219. A Sessão do Conselho Executivo em Cartum foi realizada num contexto marcado pelos incidentes que tiveram lugar em Abidjan após a decisão da 3ª reunião do GTI, a 15 de Janeiro de 2006, sobre o fim do mandato da Assembleia Nacional. O presidente Olusegun Obasanjo, na altura Presidente em exercício da UA, esteve na capital Ivoirense a 18 de Janeiro de 2006, a fim de ajudar a resolver a crise . Nesta ocasião, ele tinha convidado o Presidente da República e o Primeiro Ministro a prosseguirem os debates, com vista a conseguir uma solução política.

220. A 27 de Janeiro de 2006, o porta-voz da Presidência da República leu um comunicado no qual o Presidente Gbagbo informava a Nação, que a Assembleia Nacional continuaria em função conservando todos os seus poderes. O Grupo dos Parlamentares do Movimento para a Democracia e a Paz reagrupando as partes da oposição, decidiu boicotar as reuniões da Assembleia Nacional. Apesar da Declaração do Secretário Geral das Nações Unidas realçando a necessidade de se evitar qualquer acção unilateral, evocada pela Quarta Reunião do GTI, realizada a 17 de Fevereiro , a Assembleia Nacional reuniu-se a partir de 9 de Fevereiro de 2006, na ausência da maioria dos deputados da oposição. Apesar da palavra de ordem de boicote da oposição, a Assembleia Nacional continuou a reunir-se e o seu Presidente

modificou o Regulamento Interno, a 1 de Junho de 2006, para reforçar as sanções contra os ausentes.

221. Por outro lado, a questão relativa à organização das operações de desarmamento e de identificação esteve no centro de uma polémica entre as partes e as organizações do movimento presidencial, por um lado, e a oposição, por outro. O campo presidencial argumentava que o desarmamento era uma exigência primordial, enquanto que as Forças Novas reclamavam a identificação, antes de deporem as armas. Depois das consultas levadas a cabo pelo Presidente Denis Sassou-Nguesso, Presidente em exercício da UA, durante a sua visita à Côte d'Ivoire, de 6 a 8 de Abril de 2006, foi acordado que, sob a égide do Governo e do Primeiro Ministro, os dois processos de desarmamento e de identificação seriam iniciados concomitantemente e sem tardar.

222. Entretanto, o General Gaston Ouassénan Koné foi nomeado Coordenador do Programa Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (PNDDR). Nessa qualidade, empreendeu uma visita à parte Ocidental do país, durante a qual manteve contactos com as diferentes milícias presentes na região, a fim de as sensibilizar para o respectivo desmantelamento. Além disso, a 18 de Maio de 2006, o projecto piloto de audiências populares iniciou-se em 7 zonas. A isto acrescentam-se as disposições tomadas pelas Forças de Defesa e de Segurança de Côte d'Ivoire (FDSCI) e os FAFN com vista a iniciar, o mais depressa possível, o programa DDR através do pré-reagrupamento dos combatentes.

223. No plano da segurança, apesar do ataque lançado por um grupo armado contra os dois campos militares de Akouédo, em Abidjan, a 2 de Janeiro de 2006, ter falhado, suscitou um sentimento de insegurança na população e de desconfiança no seio da classe política e de todas as partes ivoirenses. Da mesma forma, as manifestações organizadas pelos jovens patriotas, a 16 a 19 de Janeiro de 2006, após o comunicado do GTI induziram a uma grave deterioração da situação de segurança tanto em Abidjan como em algumas localidades no interior do país. Na parte ocidental do país, particularmente, o pessoal das Nações Unidas, os organismos humanitários e os acantonamentos das forças da ONUCI foram alvos de violentos ataques. A partida do pessoal humanitário e a evacuação para o exterior da Côte d'Ivoire de cerca de 400 funcionários da ONU criaram um vazio que prejudicou consideravelmente cerca de 14000 refugiados, deslocados e membros de minorias étnicas, dependentes das actividades dos organismos das Nações Unidas e de outros organismos humanitários. Desde meados de Março, a ONUCI recomeçou o desdobramento das suas forças na parte ocidental da Côte d'Ivoire.

224. Durante o período em análise, a situação humanitária permaneceu precária e muito preocupante: a escola, a saúde, a água e o saneamento suscitaram constantemente grande preocupação. Convém realçar igualmente as numerosas violações dos direitos humanos registados nas duas zonas.

225. Aquando da 52ª reunião realizada a 29 de Maio de 2006, a CPS felicitou-se com a colaboração contínua entre o Chefe de Estado e o Primeiro Ministro e encorajou-os a prosseguirem os seus esforços com vista a criar as condições necessárias para a realização de eleições livres, justas e transparentes o mais tardar até 31 de Outubro de 2006. O Conselho como o GTI na altura da sua 7ª Reunião realizada a 19 de Maio de 2006, expressou a sua profunda preocupação face aos atrasos consideráveis verificados na execução do roteiro. Neste contexto o Conselho exigiu que as partes ivoirenses cooperem estreitamente com o Governo e a Força de Manutenção das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (ONUCI), com vista a garantir que os processos DDR e de identificação sejam conduzidos com determinação e se estendam a todo o território, imediatamente após a conclusão do projecto piloto de audiências populares e de pré-reagrupamento de combatentes, e que as operações de reabilitação dos locais para o DDR, bem como a intensificação da administração e da restauração da autoridade do Estado sejam realizadas com eficácia.

226. Por outro lado, o Conselho solicitou às autoridades ivoirenses que os autores dos apelos ao ódio e à violência, bem como das violações dos direitos do homem sejam identificados e punidos e que a independência e a neutralidade da Rádio-Televisão Ivoirense (RTI) sejam garantidas e que a RTI possa difundir para todo o território nacional. O Conselho solicitou igualmente à Comissão de Sanções do Conselho de Segurança para tomar as medidas apropriadas contra as pessoas que criam ou gostariam de criar obstáculos à implementação do processo de paz. Por outro lado, o CPS solicitou imediatamente ao Conselho de Segurança para dar um seguimento rápido e positivo, às propostas do Secretário-geral das Nações Unidas sobre o reforço dos efectivos da ONUCI.

227. Se é verdade que se registaram progressos significativos desde Outubro passado, ainda há muitos desafios a enfrentar a fim de se concretizar o processo de paz. Foi a este respeito que a CPS, na altura da sua reunião acima mencionada solicitou ao GTI para lhe submeter uma avaliação geral da situação e do estado de evolução do processo de paz e fazer recomendações sobre a forma de acelerar a implementação do roteiro, com vista a permitir a realização de eleições livres, transparentes e justas, o mais tardar até 31 de Outubro de 2006. Essa avaliação permitirá ao CPS pronunciar-se sobre o seguimento do processo e decidir sobre as medidas a serem tomadas com vista à realização dos esforços actuais dentro dos prazos estabelecidos.

k) Libéria

228. A Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, desde a sua eleição, iniciou a tarefa árdua de rejuvenescer e impulsionar o processo de desenvolvimento da Libéria. Depois de cerca de duas décadas de má gestão governativa, de guerra civil e de colapso económico, o Estado da Libéria está a dar os primeiros passos no longo caminho da recuperação e do desenvolvimento sustentável. O novo governo prometeu que a Libéria jamais voltará a ser considerada o epicentro dos conflitos na África Ocidental,

mas o bastião de desenvolvimento e de progresso na sub-região e em todo o continente.

229. Para este efeito, a estratégia do governo para a reconstrução e o desenvolvimento será orientada pelo Comité de Reconstrução e Desenvolvimento da Libéria (LRDC), sob a direcção da Presidente, e baseado em quatro pilares, nomeadamente:

- Expansão da paz e de segurança;
- Revitalização da actividade económica;
- Reconstrução das infra-estruturas e prestação de serviços básicos;
- Reforço da governação e do estado de direito.

230. Prevê-se que o LRDC e os seus pilares sejam os ingredientes do Documento da Estratégia de Redução da Pobreza do Governo Provisório, que inclui a estratégia a médio prazo para a reconstrução e o desenvolvimento do país. Para isso, a questão da boa gestão fiscal e económica é fundamental. Por isso, é óbvio que deve haver progressos contínuo na materialização do Programa de Assistência à Gestão Governativa e Económica (GEMAP), face à necessidade de uma melhor gestão económica na Libéria, cuja solução passa pelo emprego de esforços imediatos e constantes. O GEMAP já deu origem a uma maior cobrança de receitas para o Governo e, por outro lado, as acções levadas a cabo pelo sistema multilateral, designadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, vão no sentido de ajudar o país a estabelecer o sistema apropriado e a capacidade necessária para preparar o orçamento, executá-lo e informar sobre os progressos realizados, garantindo a transparência e o sentido de responsabilidade.

231. Não obstante, o novo Governo enfrenta enormes desafios, particularmente em relação à segurança e à estabilidade. No quadro das disposições do Acordo Geral de Paz de Acra (CPA), de agosto de 2003, as Forças Armadas da Libéria (AFL), a Polícia Nacional Liberiana e outros órgãos da Segurança do Estado foram reformados, reorganizados, desmobilizados e desactivados, respectivamente. Os exercícios foram realizados numa situação em que esses homens tinham salários em atraso, da responsabilidade da antiga administração. O desafio que se coloca é que o Governo, apesar dos esforços enormes que tem vindo a fazer para pagar os salários em atraso, tem sido incapaz de o fazer na sua totalidade, e isso coloca actualmente um outro desafio, que é o problema da segurança. Felizmente, a eficácia da Missão da ONU na Libéria tem permitido conter qualquer ameaça.

232. Outro grande desafio é o permanente regime de sanções. O Presidente do Comité de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Embaixadora Margathe Loj, efectuou uma missão de monitorização ao país, em Abril de 2006, para conhecer a situação no terreno em relação à necessidade ou não de manter o regime de sanções aplicado a Libéria. O consenso geral foi de que as sanções devem

continuar, se forem relacionadas com o embargo de armas. Contudo, manifestou-se preocupação por persistirem sanções respeitantes à exploração da madeira e dos diamantes. O consenso obtido foi que o Comité devia considerar seriamente a possibilidade de levantar as sanções aplicadas à madeira devido aos progressos significativos que estão a ser feitos na criação de condições sanitárias na indústria da madeira, enquanto que, em relação aos diamantes, isso dependerá, em grande medida, da conformidade com o processo de Kimberly.

233. O Governo da Libéria, como foi referido, está presentemente a enfrentar uma série de desafios que se prendem com a escassez de recursos. Por conseguinte, é necessário que os Estados Membros e os parceiros internacionais da Libéria venham ajudar o governo neste momento crucial. A Libéria precisa de ajuda urgente e de uma nova injeção de capital para fazer com que ela seja capaz de resolver os problemas de desenvolvimento e oferecer a paz ao seu povo, no mais curto espaço de tempo. Assim, a Comissão solicita ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que levante o mais brevemente possível, as sanções ligadas à exploração da madeira e dos diamantes, como forma de resolver o problema da escassez de recursos. A Comissão, por seu turno, continuará atenta à situação da Libéria e a ajudar o país nos seus esforços de reconstrução pós-conflito, através do seu Escritório de Ligação em Monróvia e do Representante Especial, Ramtane Lamamra.

I) Mauritânia

234. No quadro da implementação do mandato que a CPS deu à Comissão durante a sua 37ª reunião realizada a 8 de Setembro de 2005 e consagrada à análise da situação na República Islâmica da Mauritânia, a UA manteve contactos regulares com as autoridades mauritanianas através do envio de missões políticas e técnicas. É assim que o Embaixador Vijay Singh Makhan, Enviado Especial, deslocou-se à Mauritânia várias vezes e mantém-se activamente envolvido nas diferentes etapas de transição em curso neste país. Durante o mês de Janeiro de 2006, a Comissão enviou um perito eleitoral à Mauritânia para assistir a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI). Recentemente, no início do mês de Junho, a UA enviou mais dois peritos à Mauritânia a fim de prestar assessoria às partes mauritanianas na área de financiamento de partidos políticos e a participação de mulheres nas listas eleitorais.

235. Convém recordar que, em resposta às preocupações da Comunidade Internacional em geral e da UA em particular, as autoridades mauritanianas decidiram reduzir o período de transição de 24 para 19 meses (Agosto de 2005 a Março de 2007). As eleições terão início a 25 de Junho de 2006, por referendo constitucional, e terminarão a 11 ou 25 de Março de 2007, dependendo do caso de haver uma segunda volta ou não, para as eleições presidenciais. Convém sublinhar que após o pedido das autoridades mauritanianas relativo ao envio de missões de observação da UA às diferentes eleições previstas no quadro do processo eleitoral, a Comissão decidiu, excepcionalmente, enviar uma pequena equipa de observação

para o referendo constitucional que terá lugar a 25 de Junho, dado o seu carácter particular, porque marcará o arranque do processo que permitirá o regresso à ordem constitucional na Mauritânia.

236. O respeito do calendário tal como adoptado pelas partes mauritanianas implica a mobilização dos meios necessários para o financiamento do processo eleitoral e o desenvolvimento da transição. Do montante correspondente ao orçamento global do processo eleitoral no valor de 20.463.717 dólares americanos correspondentes ao orçamento global do processo eleitoral, ainda havia cerca de 7.192.864 dólares americanos por mobilizar no início deste ano. É neste contexto que o Governo mauritaniano, com o apoio da UA, organizou uma Mesa Redonda de Doadores para o financiamento do processo eleitoral em Nouakchott, a 25 de Abril de 2006. Os Estados Membros e os parceiros da UA, assim como os parceiros bilaterais e multilaterais da Mauritânia foram convidados à Mesa Redonda e nela participaram: o Senegal, representado pelo seu Ministro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros; a Gâmbia, representada pelo seu Ministro da Administração do Território; o Gabão, representado pelo Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros que assumia na altura, a presidência mensal rotativa da CPS, uma delegação da República Árabe Saharaoui Democrática, bem como a Líbia, o Egipto, a Argélia e a Tunísia, representados pelos seus respectivos embaixadores em Nouakchott. Quanto aos parceiros bilaterais, os Estados Unidos da América, a Alemanha, a França, o Japão e a Espanha fizeram-se representar na reunião. Convém sublinhar também a participação das Nações Unidas, da Organização Internacional da Francofonia (OIF), da Liga dos Estados Árabes (LEA) e da União Europeia (UE). A Mesa Redonda permitiu angariar 3.300.000 dólares americanos. Com efeito, falta ainda mobilizar um pouco mais de metade do envelope global para garantir o financiamento do processo eleitoral.

237. Neste contexto, a Comissão apela à solidariedade dos Estados Membros e dos Parceiros da UA para que envidem esforços no sentido de ajudarem as autoridades mauritanianas a concluir o processo eleitoral, nas melhores condições possíveis. Por outro lado, a Comissão encoraja as partes mauritanianas e outros intervenientes envolvidos a continuarem a trabalhar em conjunto com vista à reposição da ordem constitucional, à continuidade e ao aprofundamento do diálogo e da concertação entre todos os intervenientes envolvidos, assim como da consolidação da democracia e do Estado de Direito.

m) Saara Ocidental

238. Durante o período em análise, a UA continuou a monitorizar a situação no Saara Ocidental e a prestar apoio à Missão das Nações Unidas no Saara Ocidental (MINURSO), através do Gabinete da União Africana na MINURSO, chefiado pelo Representante Sénior Yilma Tadesse. O Conselho deve recordar que, no último Verão o Secretário Geral das NU nomeou um novo Enviado Pessoal, na pessoa do Embaixador Peter Van Walsum. Após a sua nomeação, o Enviado Pessoal levou a

cabo uma missão de estudo na região, reunindo-se com o Rei Mohamed VI de Marrocos e com os Presidentes Mohamed Abdelaziz da RASD. Reuniu-se igualmente com o Presidente Abdelaziz Bouteflika da Argélia e Ely Ould Mohamed Vall da Mauritânia. O Enviado Pessoal reuniu-se com outros intervenientes da comunidade internacional, e fez uma visita à Comissão, durante a qual trocou pontos de vista sobre a situação com o Presidente da Comissão.

239. O confronto entre as forças marroquinas e os pró-independentistas e activistas dos direitos humanos saarauís continua no Saara Ocidental, apesar de intermitentes. São persistentes os apelos à Comunidade Internacional para se pôr fim às violações dos direitos humanos, bem como ao respeito dos direitos de auto-determinação dos povos do Saara Ocidental. A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas enviou uma delegação ao Saara Ocidental e aos campos de refugiados de Tindouf, para averiguar as alegações de violação dos direitos humanos e propôr medidas que permitam às NU abordar melhor as preocupações neste sentido.

240. Depois do relatório sobre o Saara Ocidental apresentado pelo Secretário Geral das NU a 19 de Abril de 2006, o Conselho de Segurança adoptou, a 28 de Abril de 2006, a Resolução 1675 (2006), na qual reafirma o seu compromisso em apoiar as partes para alcançar uma solução política justa, duradoura e aceite mutuamente, que venha a proporcionar a autodeterminação dos povos do Saara Ocidental no contexto das medidas compatíveis com os Princípios e Disposições da Carta das Nações Unidas. Entretanto, o Conselho de Segurança alargou o mandato da MINURSO até 31 de Outubro de 2006, para apoiar os esforços visando a resolução justa e duradoura do conflito.

241. A Comissão continua preocupada com o contínuo impasse no processo de paz e consequente frustração crescente do povo do Saara Ocidental. Esta situação merece especial a atenção da Comunidade Internacional, que deve agir urgente e de forma decisiva para permitir ao povo do Saara Ocidental exercer o seu direito de autodeterminação em conformidade com a legalidade internacional e as pertinentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

IV. RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO (RDPC)

242. Na sua Sessão em Cartum, o Conselho Executivo foi informado sobre o processo da elaboração de um Quadro RDPC conforme orientado pela decisão EX.CL/171(VIII) adoptada em Sirte, Líbia, em Julho de 2005, e que solicitava à Comissão a delinear um Quadro com base nas principais disposições do Protocolo CPS e consequentemente da experiência adquirida no continente. No cumprimento do mandato concedido pelo Conselho Executivo, foi realizada de 4 a 5 de Setembro de 2005, uma Sessão à Porta Fechada e Troca de Ideias dos Membros do CPS e outros Representantes Permanentes dos Estados Membros, em Durban, África do Sul, que analisou o projecto do RDPC apresentado pela Comissão. Posteriormente, a 39ª Reunião do CPS, realizada aos 30 de Setembro de 2005, aprovou o relatório da

Sessão à Porta Fechada e Troca de Ideias, bem como da proposta da Comissão para a realização de uma Reunião das Comunidades Económicas Regionais (CERs) e parceiros internacionais. A reunião realizou-se em Adis Abeba de 6 a 7 de Fevereiro deste ano. De 8 a 9 de Junho de 2006, a Comissão realizou uma reunião de Peritos do Governo para análise do Documento Quadro do RDPC, antes de o apresentar ao Conselho executivo para aprovação.

V. QUESTÕES DAS CRIANÇAS SOLDADO

243. Em Julho de 2005, a Comissão elaborou uma proposta de projecto para a desmobilização, desarmamento e reintegração das crianças soldado. A proposta foi posteriormente seguida por um plano de trabalho que cobria o período de Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007 e identificando objectivos claros, pontos de referência, actividades e os seus custos estimados. Da proposta e do plano de trabalho, o Governo Japonês forneceu dois milhões de dólares americanos para a implementação do projecto da ex-criança soldado. A partir daí, foi elaborado um plano de trabalho actualizado e tenciona-se iniciar com as actividades brevemente.

VI. ARMAS LIGEIRAS E DE PEQUENO PORTE

244. Durante o período em análise, a Comissão envolveu-se na preparação para a Conferência das Nações Unidas para análise dos progressos no Programa de Acção da UN para a Prevenção, Combate e Erradicação do Comércio Ilícito de Armas de Ligeiras e de Pequeno Porte em Todos os seus Aspectos e a promoção da Posição Comum Africana para este fim. A Comissão participou activamente no Comité Preparatório para esta Conferência, que foi realizada em Nova York em Janeiro de 2006. Deve-se recordar que, em Dezembro de 2005, a UA realizou uma reunião de Peritos Governamentais, em Windhoek, Namíbia, para preparar uma Posição Comum Africana a ser apresentada na Conferência de Revisão. Na 8ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Cartum, em Janeiro de 2006, apelou-se aos Estados Membros à defender esta Posição Comum.

245. No momento da redacção deste relatório, a Comissão preparava-se para participar na Conferência de Revisão, e para certificar que os interesses africanos relativos ao comércio ilícito de armas de pequeno porte e armas ligeiras seja tidos em conta. A Conferência de Revisão deverá ter lugar na mesma altura que a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 2006. A Comissão publicou igualmente um Compêndio de todos os Documentos Africanos que tenham há ver com armas de pequeno porte e armas ligeiras, tanto ao nível continental como regional, para divulgar os esforços africanos neste sentido. Esta publicação deverá ser lançada durante a Conferência de Revisão das NU.

VII. TRATADO DE PELINDABA

246. Durante a Sessão do Conselho Executivo em Cartum, foi apresentada uma informação sobre o estado de ratificação do Tratado de Pelindaba (O tratado que estabelece África como uma Zona Livre de Armas Nucleares). O Tratado, que foi aberto para assinatura aos 12 de Abril de 1996, não entrou em vigor porque, até à data, somente vinte (20) países africanos apresentaram os seus instrumentos de ratificação à Comissão da UA, ao passo que são necessários vinte e oito (28) instrumentos de ratificação. A decisão adoptada em Cartum exorta os Estados Membros que ainda não a assinaram ou ratificaram o tratado a fazê-lo, para que o Tratado entre em vigor durante o décimo aniversário da sua abertura para assinatura, e solicitou à Comissão a fazer o acompanhamento do assunto com os Estados Membros.

247. Como acompanhamento à decisão do Conselho Executivo e anteriores resoluções da OUA, o CPS realizou uma reunião aberta sobre o Tratado de Pelindaba aos 31 de Maio de 2006 em Adis Abeba. A reunião, presidida pelo Sr. Oluyemi Adeniji, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria, emitiu um Comunicado solicitando o Presidente da Comissão a tomar todos os passos necessários, incluindo a nomeação de um Enviado Especial, para que de forma célere entre em vigor o Tratado, a assinatura e ratificação por todos os envolvidos nos três Protocolos anexos ao Tratado. A Comissão está em processo de levar a cabo todas as medidas necessárias de acompanhamento para permitir a rápida entrada em vigor do Tratado.

VIII. TERRORISMO

248. Na sua última sessão, o Conselho Executivo aprovou tanto a estrutura do Centro Africano para o Estudo e Pesquisa sobre o Terrorismo (CAEPT) e o orçamento para as suas operações. Desde então, várias iniciativas foram empreendidas tendentes à operacionalização por completo do CAEPT. Em Fevereiro de 2006, uma equipa da Comissão, composta por funcionários dos Departamentos de Paz e Segurança, dos Recursos Humanos e Administração, e de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade, visitaram o Centro numa missão de avaliação, após a qual foi elaborado um programa para levar a cabo a operacionalização completa do Centro e para certificar que o CAEPT funcione de acordo com as Regras e Regulamentos da Comissão. Dez (10) posições, que foram consideradas importantes para a fase de início do CAEPT seja bem sucedida, foram identificadas e divulgadas. Entre elas constava a posição do Director do Centro, que foi nomeado recentemente. As outras posições estão ainda em fase de serem preenchidas.

249. Simultaneamente à esses processos administrativos, o CAEPT foi igualmente activo no cumprimento do seu mandato. Na primeira metade do ano 2006, o Centro organizou um seminário sobre a neutralização de explosivos, de 12 a 14 de Abril de

2006. A segunda reunião dos pontos focais nacionais e regionais foi igualmente realizada de 18 a 20 de Maio de 2006. Esta reunião adoptou documentos considerados importantes para o funcionamento correcto do Centro, nomeadamente um Código de Conduta que regula a relação entre os Pontos Focais e o CAEPT e o Modelo de Avaliação de Ameaça para os Pontos Focais, que será usado para determinar o estado das ameaças nos seus respectivos Estados e regiões.

IX. UNREC

250. Durante a Sessão do Conselho Executivo em Cartum, foi apresentada uma informação sobre o estado do Centro Regional das Nações Unidas para a Paz e o Desarmamento em África. Na decisão adoptada sobre o assunto, o Conselho Executivo solicitou à Comissão a examinar a proposta do Togo, que apelou à Comissão e aos Estados Membros para apoiar o Centro e fazer recomendações sobre a sua sustentabilidade. O Conselho Executivo exortou igualmente aos Estados Membros a fazerem contribuições voluntárias ao Centro para manter as suas operações, esperando as recomendações da Comissão e a adopção de uma decisão pelos órgãos de políticas da União.

251. Para este fim, a Comissão enviou comunicações para todos os Estados Membros, exortando-os a prestar apoios financeiros ao Centro, enquanto continuavam as discussões com as autoridades Togolesas e com as Nações Unidas, para garantir recursos adequados para o apoio às actividades do Centro. Por sua vez, o Secretariado das Nações Unidas criou um mecanismo consultivo dos estados interessados em examinar a situação do Centro e para desenvolver um plano para revitalizar as suas actividades e reorientá-las para melhor servir as necessidades do continente. De momento, e de modo a facilitar a sua actual dificuldade financeira, a Comissão está a analisar a melhor forma de apoiar o centro, incluindo a prestação de apoio financeiro a partir do orçamento regular da UA.

ASSUNTOS POLÍTICOS, DEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES HUMANITÁRIAS

252. A consolidação do processo democrático iniciado no continente, a promoção da boa governação e dos direitos do homem constituíram os principais eixos das actividades levadas a cabo pela Comissão durante o período em análise.

253. Ao nível da consolidação do processo democrático, realizou-se o debate iniciado sobre a revisão da Declaração de Lomé relativa às Mudanças Anti-constitucionais, com vista ao seu reforço. Neste sentido foram formuladas propostas que estão inscritas no quadro dos compromissos assumidos no projecto de Carta sobre Democracia, Eleições e Boa Governação. Apraz-me realçar o firme empenhamento em prol da democracia reiterado pelos Estados Membros durante as reuniões organizadas pela Comissão sobre a referida Carta.

254. O Mecanismo Africano da Revisão pelos Pares continua a recolher assinaturas. Neste momento, 26 países já fazem parte do Mecanismo e encorajamos os Estados que ainda não são, que o façam.

255. Além disso, uma série de eleições tiveram lugar no continente. Em conformidade com as normas em vigor, a União enviou observadores, para onde foi convidada. De uma forma geral, estas eleições foram realizadas em condições normais, mesmo se num ou noutro país, elas tenham sido precedidas de situações conflituosas.

256. Foram envidados esforços, em estreita colaboração com os parceiros, a fim de promover a ratificação da Convenção sobre a luta contra a corrupção, com vista a sua entrada em vigor. Convém, a este respeito, lamentar o facto de até hoje, poucos Estados terem aderido à mesma e que o número de ratificações necessárias para a sua entrada em vigor não tinha sido atingido. Um apelo é lançado aos Estados-membros para que ratifiquem a Convenção o mais depressa possível.

257. No que diz respeito à governação, a Comissão dedicou-se igualmente a implementar a Declaração de Adis Abeba, adoptada pela 5ª Conferência Pan-africana dos Ministros responsáveis pela Função Pública, em colaboração com o Secretariado da NEPAD e a Presidência da Conferência que é assegurada pela África do Sul.

258. Finalmente uma série de actividades foram levadas a cabo tanto no plano humanitário como no quadro da promoção e do respeito pelos Direitos Humanos no continente e que envolveriam, em certa medida, os actores que trabalham no terreno e os representantes da sociedade civil. Foi concedida uma atenção particular ao reforço da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, em conformidade com as decisões pertinentes do Conselho e da Conferência.

I. DEMOCRATIZAÇÃO E OBSERVAÇÃO DE ELEIÇÕES

A. OBSERVAÇÃO DE ELEIÇÕES NOS ESTADOS MEMBROS

259. Durante o período em análise, a Comissão enviou missões de observação para o Uganda, Chade e Comores.

260. No fim da eleição presidencial de 23 de Fevereiro de 2006 no Uganda, o Sr. Yoweri Museveni, candidato do Movimento Nacional de Resistência foi reeleito Presidente da República com 59,28% de votos.

261. No Chade, a eleição presidencial teve lugar a 3 de Maio de 2006. O presidente Idriss Déby Itno, do Movimento Patriótico de Salvação foi reeleito com 77,5% de votos.

262. Nas Comores, entre os três candidatos das eleições primárias de Anjouan, o Sr. Abdallah Sambi obteve 73,72% de votos em Mohéli, 45,70% em Anjouan e 64,50 % em Ngazidja (Grande Comores). Em conformidade com as disposições da nova constituição da União das Comores, a presidência rotativa cabe a um cidadão de Anjouan.

B. ACTIVIDADES LIGADAS À DEMOCRATIZAÇÃO

263. Em conformidade com as Decisões EX/CL/Dec.31(III) e EC/CL/Dec.124(V) adoptadas pelo Conselho Executivo em Maputo, Moçambique, em Julho de 2003 e em Adis Abeba, Etiópia, em Julho de 2004 respectivamente, a Comissão convocou uma série de reuniões de peritos independentes, peritos governamentais e Ministros, a fim de analisarem o projecto da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação.

264. Durante estas reuniões, os Peritos e os Ministros analisaram igualmente um relatório sobre a revisão da Declaração de Lomé sobre as mudanças anticonstitucionais de governo em África, que a Comissão tinha preparado nos termos do Comunicado publicado a 24 de Julho de 2003, pelo Órgão Central do Mecanismo da OUA para Prevenção, Gestão, e Resolução de Conflitos, no qual solicitou à Comissão para « proceder a uma análise aprofundada da Declaração de Lomé, à luz dos desenvolvimentos ocorridos desde a sua adopção, em Julho de 2000, e apresente-lhe, para posterior análise, pelas instâncias competentes da UA, propostas concretas visando o reforço da eficácia da declaração, incluindo a rejeição de toda a participação, nomeadamente como candidatos, dos autores de um golpe de Estado, ou qualquer outra forma de mudança anticonstitucional de Governo, nas eleições organizadas com vista a restabelecer a ordem constitucional»

265. No fim dessas diferentes reuniões realizadas em Adis Abeba, em Abril e Maio de 2006 e em Brazaville, em Junho de 2006, o projecto de Carta foi finalizado e submetido ao Conselho Executivo para análise e adopção.

266. Por outro lado, no quadro da implementação das disposições da Declaração de Durban de Julho de 2002 sobre os princípios que regem as eleições democráticas em África, a Comissão realizou dois estudos: um de viabilidade sobre a criação de uma Unidade de Apoio à Democracia e Assistência Eleitoral, e um estudo de viabilidade sobre o estabelecimento de um Fundo de Apoio à Democracia e de Assistência Eleitoral.

267. Estes dois estudos foram submetidos a uma reunião de avaliação crítica, por peritos independentes, que teve lugar em Adis Abeba, de 2 a 4 de Maio de 2006. Em seguida submetidos a análise dos peritos governamentais para validação durante outra reunião que teve lugar em Brazaville, a 5 de Junho de 2006.

268. As versões actualizadas dos dois estudos , o Relatório da reunião dos peritos governamentais e os respectivos projectos de Decisões serão submetidos ao Conselho.

C. RESULTADOS E DESEMPENHOS

269. Os processos eleitorais decorreram nos Estados-Membros acima mencionados sem problemas. O envio de Missões de Observação a esses países revela, uma vez mais, a vontade e o compromisso da Comissão de fazer os possíveis para que os processos eleitorais nos Estados-Membros decorram em ambiente de paz e concórdia nacional, factores essenciais de um desenvolvimento económico e social harmonioso.

270. A Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e Governação, uma vez adoptada e em vigor, constituirá um instrumento suplementar indispensável para a consolidação do Estado de Direito, da Democracia e a boa Governação nos Estados-Membros.

D. QUESTÕES PNEDENTES

271. Um estudo sobre a avaliação da acção de observação eleitoral pela União Africana acaba de ser lançado. Este estudo deverá permitir à Organização aproveitar de todas as lições e experiências passadas, com vista a melhorar, no futuro, as suas actividades de observação de eleições . Por outro lado, inicia-se em breve a preparação de um Manual para Observadores de eleições. Finalmente, prevê-se para o segundo trimestre do ano em curso , a realização de um encontro pan-africano das Instituições eleitorais nacionais, visando troca de experiências sobre alguns aspectos da gestão dos processos e observação eleitorais .

E. PESPECTIVAS

272. A Comissão desempenha e continuará a desempenhar o papel que lhe cabe na promoção da democracia e das eleições democráticas no continente. A criação de uma Unidade e de um Fundo de Apoio para a Democracia e de Assistência Eleitoral, contribuirá certamente para reforçar as capacidades da Comissão nesta área. Finalmente, a adopção do projecto de Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação dotará a organização de um instrumento jurídico que permitirá a consolidação do empenhamento dos Estados-Membros na democracia no continente.

2. GOVERNAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

273. No quadro da implementação da Decisão Ex.CL/Dec.243(VIII), a Comissão participou na reunião do Comité Director da Conferência Pan-africana dos Ministros e responsáveis pela Função Pública que teve lugar a 10 de Março de 2006, em Joanesburgo, África do sul e que analisou as questões ligadas ao financiamento das actividades a serem levadas a cabo a título do ano 2006

274. Por outro lado, a Comissão, o Secretariado da NEPAD e o Ministério Sul Africano da Função Pública reuniram-se a 10 e 11 de Abril de 2006, a fim de harmonizarem o seu plano de trabalho na área da Governação e administração pública, bem como sobre as questões ligadas à luta contra a corrupção. O Plano de Trabalho harmonizado foi apresentado à reunião da Mesa da 5ª Conferência Pan-africana em Abuja, que teve lugar no fim do mês de Abril de 2006, na Nigéria.

275. A 23 de Junho de 2006, a Comissão celebrou o dia da Função Pública. Para o efeito, foi concebido, um programa, em estreita colaboração com a presidência da Conferência Pan-africana e o Secretariado da NEPAD, que incluía uma série de manifestações tanto na Sede da União como nos Estados-Membros que foram devidamente sensibilizados neste sentido. Nesta ocasião, enderecei uma mensagem aos Estados-Membros.

3. DIREITOS HUMANOS EM ÁFRICA

276. Desde a apresentação do meu último relatório à Cimeira de Cartum, em Janeiro de 2006, a Comissão da União Africana continuou a implementar a Declaração de Kigali sobre os Direitos Humanos. A actualização desta Declaração foi também reforçada pela Visão, Missão e Plano Estratégico de quatro anos da União Africana, que inclui o desenvolvimento da capacidade de desempenho dos Estados Membros, das comissões nacionais independentes de direitos humanos, defensores de direitos humanos, organizações da sociedade civil e meios de comunicação social.

277. Durante o período em análise, a Comissão da União Africana realizou as seguintes actividades relacionadas com os direitos humanos:

3.1. Seminário sobre direitos humanos para países em conflito ou que emergem de conflito

278. Em colaboração com o Governo da República da Sierra Leone, organizou um seminário sobre a promoção de direitos humanos, cultura de paz e respeito pelas constituições nos países em conflito ou que emergem de conflito, em Freetown, Sierra Leone, em Fevereiro de 2006. O seminário contou com a participação de Representantes dos Estados Membros, instituições nacionais de direitos humanos, organizações internacionais e regionais, incluindo organizações da sociedade civil. O seminário saudou os esforços de várias organizações locais, regionais e internacionais, incluindo a União Africana, em abordar os conflitos armados que têm impacto negativo no desenvolvimento do continente. O seminário sublinhou a necessidade do respeito pelos direitos humanos, boa governação e constituições, a fim de se garantir a paz, a segurança e a estabilidade no continente. Apelou também à União Africana no sentido de prosseguir os seus esforços pela paz e realização de programas de reconstrução pós-conflito no continente, e garantir que o respeito pelos direitos humanos esteja no centro dessas iniciativas.

3.2. Centro de Recursos para a Democracia, Governação e Direitos Humanos

279. Através do seu Centro de Recursos para a Democracia, Governação e Direitos Humanos, a Comissão da União Africana continua a fornecer informação em primeira mão no domínio da governação, democracia e direitos humanos a diversos utilizadores, incluindo representantes dos Estados Membros e das organizações da sociedade civil. A Comissão continuou a divulgar o Centro e a dotá-lo de recursos humanos, internet e publicações, de modo a responder às necessidades de um número cada vez maior de utilizadores. A Comissão reconhece os esforços de todos os seus parceiros que têm contribuído para o seu desenvolvimento.

3.3. Comemoração do Genocídio do Rwanda

280. No dia 7 de Abril de 2006, a Comissão da União Africana, em colaboração com as autoridades da República do Rwanda, comemorou o 12º Aniversário do Genocídio do Rwanda, na sua Sede. O evento incluiu uma retrospectiva do genocídio de 100 dias, um documentário do genocídio, um debate em que participaram oradores do Tribunal de Gacaca e do Tribunal Penal Internacional para o Rwanda e culminou com a assinatura de um livro contendo as declarações das NU sobre o genocídio. O evento contou com a participação de representantes do Corpo Diplomático, Agências das Nações Unidas, Organizações da Sociedade Civil e a Comunidade Religiosa. No evento participaram também membros da comunidade Rwandesa na Etiópia, membros da Comissão da União Africana e dos órgãos da UA.

3.4. Promoção do Trabalho dos Defensores dos Direitos Humanos

281. No meu último relatório, indiquei que a Comissão da União Africana tencionava lançar, em 2006, a primeira edição do Prémio Nelson Mandela instituído pela União Africana para os Defensores dos Direitos Humanos. O Prémio visa dar maior protecção, visibilidade e legitimidade aos defensores dos direitos humanos em África para que possam, de uma forma mais efectiva, levar a cabo o trabalho dos direitos humanos e, ao fazê-lo, alargar o âmbito no qual os defensores dos direitos humanos sejam capazes de exercer o seu direito de defender os direitos humanos.

282. Gostaria de manifestar o nosso apreço a todos os Estados Membros, organizações da sociedade civil, instituições nacionais dos direitos humanos e outros parceiros pelo seu valioso papel que contribuiu para tornar este Prémio uma realidade.

3.5. Apoio à Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

283. A Comissão da União Africana continuou a apoiar, como prioridade, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Neste contexto, a Comissão da União Africana, em colaboração com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, organizou uma Sessão de Reflexão sobre o Reforço da Comissão Africana e uma reunião entre os órgãos da UA sobre a promoção e protecção dos direitos humanos, em Maio de 2006, em Banjul, na Gâmbia.

284. A reunião anotou que, se por um lado a Comissão Africana continua a fazer progresso na promoção e protecção dos direitos humanos no continente, ela enfrenta desafios administrativos e financeiros que devem ser resolvidos com urgência para que ela possa desempenhar cabalmente o seu mandato. A consulta com os órgãos da UA demonstrou a necessidade de maior cooperação entre os referidos órgãos, e em particular com a Comissão Africana, com vista a melhorar as suas relações e a reforçar a capacidade e o papel do CADHP. A reunião sublinhou que a Comissão Africana é um órgão da União Africana e ao mesmo tempo realçou a necessidade de reforçar a sua independência. As reuniões contaram com a participação de representantes da Comissão da União Africana, Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, Comité dos Representantes Permanentes, Parlamento Pan-Africano, ECOSOCC, Conselho de Paz e Segurança, peritos independentes, organizações da sociedade civil e instituições nacionais dos direitos humanos.

285. A Comissão da União Africana facilitou a realização da 39ª Sessão da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos tendo igualmente, participado na Sessão. A Comissão da União Africana continua a prestar o seu apoio com vista a aumentar os recursos e reforçar a sua capacidade.

286. A Comissão da União Africana também trabalhou em estreita colaboração com a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos na comemoração do 25º Aniversário da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, com vista a promoção da Carta e protecção dos direitos humanos a nível do continente.

3.6. Segunda Conferência das Instituições Nacionais de Direitos Humanos da União Africana

287. A Comissão da União Africana organizou a Segunda Conferência das Instituições Nacionais de Direitos Humanos da União Africana, em Maio de 2006, em Banjul, Gâmbia. A Conferência decorreu na sequência do compromisso assumido pela União Africana de reforçar os sistemas nacionais, como forma de desenvolver uma cultura de direitos humanos no Continente africano, particularmente com vista a reforçar a promoção e protecção dos direitos humanos a nível nacional.

288. A Conferência tomou nota dos progressos desenvolvidos pelas instituições nacionais dos direitos humanos, incluindo os programas sobre os direitos

económicos, sociais e culturais e a abordagem de defesa das reformas legislativas e do desenvolvimento, com base nos direitos humanos. Saudou a criação de instituições nacionais dos direitos humanos por alguns Estados Membros e encorajou aqueles que ainda não fizeram a fazê-lo com urgência; e a dotá-las dos recursos financeiros adequados e outros recursos necessários ao seu normal funcionamento e garantir a sua independência em conformidade com a Declaração de Kigali sobre os Direitos Humanos. Foi também saudada a organização da Conferência à margem da 39ª Sessão Ordinária da Comissão Africana, uma vez que ela reforçou a cooperação entre a Comissão Africana e as instituições nacionais de direitos humanos, à semelhança do que acontece no Fórum das ONGs que tradicionalmente ocorre na véspera da Sessão.

4. PLANOS FUTUROS

289. As actividades da Comissão da União Africana relacionadas com os direitos humanos, previstas para o próximo semestre, incluem um seminário sobre a Realização dos Direitos da Mulher através da Educação sobre os Direitos Humanos, relatórios temáticos sobre Liberdade de Imprensa e Pena de Morte, Reforço de Capacidades em matéria de Direitos Humanos para os Funcionários da UA, Comemoração dos Dias Africano e Internacional dos Direitos Humanos e Reforço do Centro de Recursos para Democracia, Governação e Direitos Humanos.

5. DIVISÃO DOS ASSUNTOS HUMANITÁRIOS, REFUGIADOS E DESLOCADOS

290. Durante a última Sessão do Conselho Executivo que teve lugar em Cartum, Sudão, em Janeiro de 2006, foi submetido um relatório sobre a situação dos refugiados, retornados e deslocados em África. Desde então, a Comissão da União Africana continuou a seguir de perto os desenvolvimentos, visto que os Estados Membros enfrentam vários desafios na busca de soluções duradouras para o problema de deslocação forçada e, até certa medida, o das calamidades naturais. Por outro lado, os desafios são agravados pela situação de fadiga dos doadores. Assim, gostaria de expressar a minha gratidão aos países de acolhimento que continuam a oferecer hospitalidade aos milhões de refugiados e deslocados. Gostaria também de apelar, uma vez mais, à comunidade internacional no sentido de apoiar os esforços dos países que acolhem refugiados e deslocados, prestando-lhes a ajuda necessária.

291. Por seu lado, a Comissão continuará a procurar formas de melhorar o bem-estar das vítimas de deslocação forçada através da identificação de novas e inovadoras soluções africanas, em colaboração com os nossos parceiros tradicionais, nomeadamente o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Programa Alimentar Mundial (PAM), a Organização Internacional das Migrações (OIM), e Organizações Não-governamentais (ONGs), incluindo as ONGs africanas.

292. Durante o período em análise, a Comissão registou importantes desenvolvimentos na área da deslocação forçada. Vários refugiados e deslocados que tinham estado no exílio durante vários anos, em particular nas regiões Ocidental, Oriental e Austral, optaram por regressar aos seus países de origem, em segurança e dignidade. Na África Oriental, como uma das formas de apoio a programas para retornados e considerando que o ACNUR se debate com dificuldades em termos de mobilização de recursos suficientes para o Programa de Repatriamento para o Sul do Sudão, a União Africana contribuiu com 100.000,00 \$EU para as operações do ACNUR no Sul do Sudão, uma componente importante para a implementação do aspecto humanitário do Acordo de Paz. Este gesto aconteceu em Março de 2006, durante o Apelo Suplementar Conjunto da UA/ACNUR, aos Doadores, para o Programa de Regresso e Reinserção, no Sul do Sudão, de 400.000 Refugiados Sudaneses e 4.000.000 de deslocados internos provenientes de Cartum e dos Estados da Kassala no Sudão. Os fundos serão aplicados essencialmente na construção de infra-estruturas para o ensino pós-secundário no Sul do Sudão, o que contribui para a implementação da Decisão do Conselho EX.CL/Dec. 240 (VII) adoptada em Cartum, Sudão, em Janeiro de 2006, de que a Comissão devia desenvolver uma política que faculte o ensino secundário às vítimas de deslocação forçada.

293. Na África Ocidental, a Libéria registou em Abril de 2006, o regresso de mais de 300.000 deslocados internos às suas áreas de origem. Estas pessoas tinham estado a viver em condições semelhantes às dos refugiados durante mais de dez anos. Contudo, subsiste ainda o desafio da sua reintegração sustentável a longo prazo. Na mesma região, a Comissão continuou a acompanhar de perto os desenvolvimentos relacionados com a situação na Côte d'Ivoire e na Mauritânia.

294. Preocupa-me o facto de, embora a situação humanitária ter, de certo modo, melhorado nos últimos meses, existirem alguns desenvolvimentos negativos que afectam o bem-estar das populações em geral, e dos deslocados internos, em particular. No norte de África, por exemplo, mais de 50.000 refugiados saarauís foram muito afectados pelas cheias nos campos de refugiados em Tindouf, na Argélia. Alguns dos sete países da IGAD também sofreram, por causa das cheias, enquanto que muitos países da África Austral enfrentaram a insegurança alimentar.

295. Preocupa-me ainda o aumento da situação de insegurança geral e a difícil situação humanitária ao longo da fronteira do Chade e do Sudão e, por isso, envie missões a ambos os países. Um dos principais problemas apontados pelas missões foi a situação de segurança que tem agravado o sofrimento das vítimas de deslocação forçada e que terá também um impacto negativo na situação humanitária dos países vizinhos. Causa-me angústia a informação de que as partes no conflito de Darfur estão a recrutar crianças, à força, violando as cláusulas de protecção da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança. Durante o período em análise, a Comissão ficou chocada com alegações segundo as quais mulheres e raparigas

deslocadas foram vítimas de exploração sexual em Darfur por alguns membros da componente civil e militar do AMIS no Sudão. Reagimos imediatamente, constituindo um Comité Internacional para investigar estas graves alegações contra os membros das nossas forças de manutenção da paz. Tal como no passado, gostaria de reiterar, uma vez mais, que a União Africana tem tolerância zero para qualquer forma de violência sexual e com base no género contra pessoas que foram mandatadas para proteger as populações. Os implicados e responsáveis por essa conduta condenável, serão severamente castigados.

296. Os Estados Membros estão a enfrentar novos desafios na abordagem da deslocação forçada, e isto requer esforços concertados de todos os Estados Membros e outros intervenientes. Neste contexto, gostaria de recordar que o Conselho solicitou à Comissão, na sua Decisão EX.CL/Dec.179 (VI), “a convocação de uma Conferência Ministerial sobre Refugiados, Retornados e Deslocados, em 2006, no Burkina Faso, em colaboração com o Sub-Comité do CRP da UA sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internamente, e com outros parceiros relevantes”. Por outro lado, noutra Decisão EX.CL/Dec.240 (VIII), os Estados Membros foram convidados a participar activamente com vista ao sucesso da Conferência Ministerial. Subsequentemente, foi criado um Grupo de Trabalho na Sede da UA, em Adis Abeba, para preparar a Conferência Ministerial, que foi composta por alguns membros do Sub-Comité do CRP sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internamente e Representantes dos nossos parceiros e a Comissão. O Grupo de Trabalho conseguiu cumprir a sua tarefa antes da Conferência Ministerial.

297. Apraz-me informar que, devido aos preparativos intensivos feitos pelas autoridades do Burkina Faso e o Grupo de Trabalho do Sub-Comité do CRP sobre Refugiados, a Conferência Ministerial contou com uma participação satisfatória e gostaria de aproveitar esta oportunidade para felicitar o Burkina Faso por ter acolhido este evento.

298. O resultado mais importante da Conferência foi a Declaração da Conferência Ministerial sobre Refugiados, Retornados, e Deslocados Internamente em África que teve lugar em 2006, em Ouagadougou, e que deliberou sobre o quadro legal para a protecção e assistência aos Deslocados Internos, uma política de acesso ao Ensino secundário para refugiados e deslocados internos, reafirmação do princípio de repatriamento voluntário com segurança e dignidade e medidas que garantam a sua sustentabilidade, reforço a protecção dos refugiados ao abrigo da Convenção da OUA de 1969 que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África, em particular a manutenção do carácter civil e humanitário dos campos de refugiados e a promoção da reinstalação inter-africana, acesso à assistência para refugiados e deslocados internos e uma estratégia de mobilização de recursos para as vítimas de deslocação forçada em África. A Declaração será apresentada a este Conselho e à Cimeira para aprovação e, em seguida, a Comissão fará o acompanhamento da sua implementação. Não devem ser poupados esforços na busca de soluções duradouras para os problemas das vítimas de deslocação forçada.

299. Por outro lado, o Conselho Executivo na sua Decisão EX.CL/Dec.127 (V) de Julho de 2005, solicitou à Comissão para “colaborar com os parceiros de cooperação relevantes e outros intervenientes no sentido de garantir que os deslocados internos sejam contempladas com um quadro legal para assegurar a sua necessária protecção e assistência”. Noutra Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.240 (VII) de Janeiro de 2006, a comissão foi ainda solicitada a “formular uma política que facilite o acesso dos refugados e deslocados internos à educação, incluindo o nível secundário”. Para o efeito, a Comissão realizou duas reuniões de peritos durante os meses de Abril e Maio de 2006: a Reunião de Peritos Independentes da UA para o desenvolvimento de um Projecto de Política sobre o Acesso ao Ensino secundário para as Vítimas de Deslocação Forçada em África e a Reunião de Peritos sobre o Quadro Legal para os Deslocados Internos. Os resultados das reuniões foram apresentados à Conferência Ministerial em Junho de 2006, no Burkina Faso e serão submetidos a este Conselho para acompanhamento.

300. No quadro da Comissão, do programa para os assuntos humanitários esta participou em várias reuniões que foram organizadas pelos parceiros da UA, nomeadamente a Conferência Regional da IGAD sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internos, que teve lugar em Fevereiro, em Nairobi, Quénia. O principal objectivo da Conferência foi apresentar uma política/estratégia regional e responder aos desafios da protecção e assistência às populações afectadas pela deslocação. Tendo em conta o número assustador de 11 milhões de vítimas de deslocação forçada, podemos concluir que a Conferência foi muito importante. A Comissão vai desempenhar o seu papel contribuindo efectivamente para a implementação das recomendações e da Declaração saída da Conferência.

301. Por outro lado, é triste constatar que desde a adopção da Decisão 11 do Conselho, sobre a Livre Circulação em África, em 2005, a Comissão foi incapaz de convocar o Comité de Peritos, devido à falta de resposta dos Estados Membros. A Comissão continuará a envidar esforços para garantir que esta decisão seja implementada na íntegra e que os ideais da UA sejam materializados. A Comissão continua a procurar a orientação dos Estados Membros sobre a forma de proceder à implementação desta decisão importante.

302. Para além destas reuniões, em Junho de 2006, a Comissão efectuou algumas missões ao Quénia, Chade e Sudão e fez uma avaliação da actual situação humanitária naqueles países.

303. Por último, não há dúvida que foram realizados progressos significativos no domínio da deslocação forçada. Contudo, os desafios são muitos e carecem dos esforços concertados dos Estados Membros e do apoio da comunidade internacional. Gostaria de recordar ao Conselho que, todos os anos, a 20 de Junho, celebra-se o Dia Mundial do Refugiado. Este ano o tema foi “Esperança”. Vamos, por conseguinte,

dar esperança aos milhões de vítimas da deslocação forçada no nosso Continente de que eles podem regressar às suas terras de origem em segurança e dignidade.

COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

304. A União Africana reconhece a importância da cooperação Afro-Árabe em prol dos dois povos que são interdependentes e fundamentalmente ligados devido aos actuais imperativos e desafios geográficos e históricos e aos desafios da globalização, conflitos e terrorismo.

305. Conforme ficou acordado em Cairo, Egipto, onde teve lugar a primeira Cimeira Afro-Árabe em Março de 1977, a Cimeira deveria ter lugar de três em três anos enquanto que o Conselho de Ministros seria realizado, de dezoito em dezoito meses. Contudo, nem a Cimeira nem a reunião do Conselho de Ministros tiveram lugar, desde 1977.

306. Gostaria de recordar que, na sequência do acordo alcançado nas discussões de alto nível que mantive com o Secretário Geral da LEA, à margem da 17ª Cimeira Árabe em Argel, Argélia, em Março de 2005, a UA e a Liga dos Estados Árabes (LEA) realizaram uma reunião consultiva entre os Secretariados da UA/LEA, de 10 a 12 de Maio de 2005, em Adis Abeba, Etiópia. A reunião teve por objectivo analisar os resultados e as conclusões das várias reuniões visando a revitalização da cooperação Afro-Árabe e a apresentação de recomendações concretas para consideração dos órgãos políticos das duas organizações. A Reunião Consultiva UA/LEA sublinhou a necessidade de se rever os acordos de Cairo e adoptar directivas precisas para a Cooperação Afro-Árabe, continuando a levar a cabo a implementação dos actuais programas e projectos. Para esse efeito, a reunião recomendou que se organizasse nos próximos tempos a 2ª Cimeira Afro-Árabe. A reunião também propôs a criação de um Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe similar ao TICAD e ao Fórum China-África, e um mecanismo institucional, sob os auspícios do Instituto Cultural Afro-Árabe de Estudos Estratégicos.

307. A Comissão da União Africana e a Liga dos Estados Árabes retomaram consultas para a preparação da Segunda Cimeira Afro-Árabe, que, possivelmente terá lugar em 2007, por ocasião do 30º Aniversário da Cimeira de Cairo. No quadro deste processo, a Comissão e a Liga dos Estados Árabes vão proceder à avaliação exaustiva da Cooperação Afro-Árabe para identificar as principais realizações e fracassos e analisar os aspectos positivos e negativos, as oportunidades e ameaças à Cooperação Afro-Árabe. O resultado da avaliação vai permitir à União Africana e à Liga dos Estados Árabes aproveitar as lições do passado e formular uma nova visão e missão, bem como definir um Projecto de Plano de Acção coerente, com mecanismos sólidos de implementação, financiamento, coordenação e acompanhamento. Os documentos serão aprovados a vários níveis antes de serem apresentados à consideração da 2ª Cimeira.

308. Até à Segunda Cimeira, serão implementados os seguintes programas ordinários e provisórios:

- i) Organização da 7ª Edição da Feira Comercial Afro-Árabe (AATF);
- ii) Programas regulares do Instituto Cultural Afro-Árabe (AACI);
- iii) Criação de um Mecanismo Institucional de Estudos Estratégicos Afro-Árabes.

309. Portanto, a orientação do Conselho sobre este assunto é necessária.

RECURSOS HUMANOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. PROGRAMA DA JUVENTUDE

Carta da Juventude Pan-Africana

310. Com o apoio do FNUAP, a Comissão desenvolveu um projecto de Carta da Juventude Pan-Africana, em resposta ao relatório sobre a situação da juventude em África. A Carta visa dotar a juventude africana de um quadro jurídico e político no qual os Estados Membros e a própria juventude possam explorar o seu potencial para o desenvolvimento de África, tomando em consideração as necessidades da juventude.

311. A Carta foi enviada a todos os Estados Membros para comentários e foi discutida em duas reuniões da juventude e peritos de África, que teve lugar em Adis Abeba, em Janeiro e Maio de 2006, respectivamente. Um relatório e um projecto de Declaração Ministerial resultantes da reunião da juventude em Maio de 2006, foram apresentados à Primeira Conferência de Ministros da UA responsáveis pela Juventude, de 26 a 28 de Maio de 2006.

312. A Primeira Conferência de Ministros da UA responsáveis pela Juventude considerou e adoptou a Carta e aprovou uma Declaração que os vincula à sua implementação e a prestar todo o apoio necessário às organizações juvenis nos seus países. O Relatório Ministerial, a Carta, a Declaração dos Ministros e o Projecto de Decisão serão submetidos à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, em Julho de 2006, para aprovação.

Formação da Federação da Juventude

313. Durante a reunião do Fórum da Juventude e de Peritos, realizada em Janeiro de 2006, constatou-se que existiam deficiências nos serviços prestados às organizações juvenis pelos organismos existentes que se relacionam com a juventude dentro da União Africana. Constatou-se ainda que como a UA estava a realizar a transformação institucional (da OUA para a UA) com vista a alcançar a nova

visão africana, era também necessário instituir mudanças para permitir a União da Juventude Pan-Africana resolver as novas necessidades da juventude africana.

314. A reunião solicitou à Comissão da UA para, com urgência, a levar a cabo uma avaliação da União da Juventude Pan-Africana (UJP), necessária à formulação de uma estratégia para reorganizar a UJP de modo a que ela se enquadre no papel previsto para uma Federação da Juventude Africana.

315. A Federação da Juventude Pan-Africana deverá melhorar a qualidade de parceria entre a Juventude Africana e a Comissão da UA, com vista a desenvolver uma estratégia de comunicação para as organizações juvenis africanas a todos os níveis, e garantir a divulgação e implementação efectiva da Carta da Juventude aos níveis nacional e regional.

316. Foi recordado que a União da Juventude Pan-Africana (UJP) existiu durante muitos anos como organização Pan-Africana, criada para coordenar as organizações juvenis africanas e facilitar a comunicação entre os organismos regionais e nacionais. Neste contexto, era necessário uma avaliação, com vista a apurar os aspectos positivos e negativos da UJP, à luz das novas e emergentes necessidades da juventude africana.

317. Na execução da avaliação da UJP a Comissão da UA determinou que a estrutura e os objectivos da UJP deviam ser sólidos e similares ao documento de base da Federação proposta. Contudo, apurou-se ainda que a UJP carece de uma estratégia de comunicação apropriada e que enfrenta sérias dificuldades financeiras. Foi então elaborada uma recomendação, com vista a revitalizar a UJP e elaborou-se uma estratégia para esse fim.

318. O Fórum da Juventude Pan-Africana e a Conferência Ministerial de Maio de 2006, examinaram e adoptaram a proposta de estratégia de revitalização da UJP através da disponibilização de meios apropriados que lhe permitem atingir os seus objectivos, sobretudo no que se refere à implementação da Carta.

Reforço de Capacidades e Formação Técnica e Profissional

319. A Comissão da UA iniciou um estudo sobre a situação do Ensino e Formação Técnica e Profissional (EFTP) nos Estados Membros, através das Embaixadas em Adis Abeba. A resposta dos Estados Membros, que chegam lentamente, serão compiladas e analisadas para esclarecer as necessidades e capacidades dos diferentes países.

320. Com base nos resultados do estudo, será elaborada uma estratégia continental, com o apoio de parceiros como a UNESCO e a GTZ. A estratégia será submetida ao Comité Técnico para análise durante o segundo semestre de 2006.

Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito (RDPC)

321. As populações jovens, que são vulneráveis devido à sua situação de falta de conhecimentos técnicos, desemprego ou falta de habilitações, foram durante muito tempo usadas como instrumentos para criar e gerir conflitos, como desordeiros ou soldados. A Comissão formulou propostas para proporcionar aos jovens em situações de pós-conflito ou de outras dificuldades, meios de sobrevivência alternativos, para a sua auto-realização e para contribuir para os sistemas sócio-económicos dos seus países. As propostas incluem a educação formal, a educação alternativa e a formação técnica e desenvolvimento de competências.

322. Durante o segundo semestre de 2006, a Comissão iniciará o processo de elaboração de currículos e materiais didácticos, e a formação dos prestadores de serviço, com o apoio da GTZ. O objectivo será formar uma juventude dotada de capacidades de empreendedoras e práticas para a reconstrução pós-conflito.

Gestão das Instituições Especializadas da UA

Centro Internacional de Educação de Raparigas e Mulheres em África (CIEFFA)

323. A Sexta Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptou o orçamento para 2006, que inclui o apoio financeiro no valor de 500.000,00 \$EU para o CIEFFA de acordo com a indicação do Presidente.

324. Conforme solicitado, o Coordenador do CIEFFA forneceu à Comissão da União Africana o programa de orçamento com os detalhes das actividades a serem desenvolvidas. Os documentos fornecidos estão a ser examinados para determinar se são compatíveis com o Plano Estratégico da UA, antes de serem afectados. No entanto, actualmente parece haver um problema relativamente a disponibilidade de fundos para as actividades do programa no Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia.

União Pan-Africana da Juventude (UPJ)

325. Conforme mencionado nos parágrafos anteriores, a estratégia para a revitalização da União Pan-Africana da Juventude (UPJ) foi discutida e adoptada pelo Fórum da Juventude e pela Conferência Ministerial. Um Memorando de Entendimento (MdE) deverá ser brevemente elaborado entre a UPJ e a Comissão, para determinar o papel de cada parte no processo de reforço de capacidades para permitir ao UPJ levar a cabo o seu mandato.

2. EDUCAÇÃO

Introdução

326. A África entrou para o Milénio com um déficit na Educação a todos os níveis, formal e informal. Apesar de se ter dedicado uma década de Educação em África (1997 – 2006) há ainda muito a fazer para se alcançar os níveis desejados de acesso à educação, melhorar a qualidade e a importância, e garantir a igualdade no sistema de educação.

327. Reconhecendo o estado da educação em África, a Sexta Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, adoptou a decisão de lançar a Segunda Década da Educação em África (2006 – 2015) e o Quadro de Acção aprovado pela Conferência dos Ministros da Educação.

328. Para a Segunda Década da Educação em África foram adoptadas as seguintes áreas de abordagem:

- Sistemas de Informação e Gestão Educativa;
- Qualidade da Educação;
- Educação para Raparigas e Mulheres, e manutenção dos rapazes na escola;
- Ciência e Tecnologia;
- Educação Superior;
- Educação de Crianças e Jovens Vulneráveis e Educação em Situações Díficeis.

329. A Segunda Década da Educação em África irá permitir a cobertura de todo o programa de actividades educativas da Comissão por algum tempo, assegurando a dinâmica contínua e o acompanhamento da sua implementação. Irá contribuir igualmente para a harmonização das actividades da União Africana ligados à educação e servir de base para um envolvimento mais harmonizado com os parceiros.

Segunda Década da Educação para África

330. A Conferência de Ministros da Educação, na sua reunião extraordinária em Janeiro de 2006, estabeleceu Grupos de Trabalho da UA que se reuniram de 5 – 8 de Junho de 2006, em Joanesburgo, África do Sul, para desenvolver um Plano de Acção para a Segunda Década de Educação em África, sob supervisão da Mesa da Conferência. A Comissão da UA deseja agradecer o apoio financeiro e técnico da República da África do Sul, do Banco Mundial e da UNESCO.

331. A elaboração tardia do Plano de Acção foi a principal desvantagem da Primeira Década da Educação em África. Nesta altura, pretende-se que a Segunda Década da Educação em África seja lançada na mesma altura que o seu Plano de Acção. Por esta razão, a República de Moçambique confirmou o proposta de acolher uma Conferência Extraordinária dos Ministros da Educação em Maputo, de 5 a 8 de Setembro.

332. Prevê-se que as Comunidades Económicas Regionais venham a desempenhar uma função importante na implementação da Segunda Década da Educação em África. Portanto, a Comissão da UA irá realizar uma reunião com as CERs a 30 de Junho em Banjul, para discutir as questões de colaboração e reforço de capacidades nesta matéria.

333. A Comissão da UA está igualmente a desenvolver uma estratégia de publicidade para a Segunda Década da Educação.

Ensino Superior

334. Os desafios que a África enfrenta, conforme anotados no Quadro Estratégico da União Africana de 2004 – 2007, não podem ser abordados sem uma cultura académica e de pesquisa forte que, promova a inovação tecnológica, a invenção e a produção e conhecimentos. O ensino superior está no centro deste imperativo, visto ser o motor para a formação de recursos humanos de alta qualidade, disponibilizando produtos de pesquisa para o desenvolvimento em todos os sectores e para alargar as fronteiras do conhecimento.

335. Entretanto, o Ensino Superior não se destacou na Agenda Africana de desenvolvimento por várias razões. A importância que os parceiros internacionais e os doadores atribuem ao ensino o ensino básico e a duvidosa conclusão de que o Ensino Superior não contribui para o desenvolvimento, foram os principais factores para a diminuição do apoio público concedido ao sector em África.

336. O reconhecimento da importância do ensino superior em África será tido em conta na Segunda Década da Educação em África como uma das seis áreas de abordagem. A Comissão procurará formalizar as relações de trabalho com a Associação das Universidades Africanas, para apoiar na gestão da implementação do referido Plano de Acção.

337. Durante o período em revista, o documento da Comissão intitulado “Revitalização de Ensino Superior em África: Um Relatório Síntese” foi analisado pela segunda reunião de peritos. A reunião foi realizada em Accra em Fevereiro de 2006, com o apoio da Associação das Universidades Africanas (AAU) e o patrocínio financeiro do Departamento do Reno Unido para Desenvolvimento Internacional (DIFID).

338. O plano de revitalização do Ensino Superior abordará um grande leque de questões, incluindo a reforma de políticas, liderança e gestão, infraestruturas, qualidade e importância e ligações inter-sectoriais.

339. Para apoiar a implementação do Plano de Acção, deverá ser criado um Grupo de Peritos Permanentes da União Africana em matéria de Ensino Superior, para aconselhar e apoiar os programas de Ensino Superior da Comissão da UA.

Gestão de Instituições Especializadas

340. Para apoiar na implementação do seu programa de actividades na área de Educação, a Comissão da União Africana está a renovar as suas relações fromais de trabalho com a Associação das Universidades Africanas (AAU) e com o Instituto Pan-Africano de Educação (IPED).

Associação das Universidades Africanas (AAU)

341. A AAU teve o Estatuto de Observador na OUA durante quarenta anos. Entretanto, as relações de trabalho diminuíram durante o período de transição da OUA para a UA. Deste modo, a AAU apresentou de novo os seus documentos e artigos estatutários para que a Comissão possa re-analisar o seu estatuto.

342. A filiação da AAU é feita pela selecção das universidades e outras instituições de ensino superior terciária de toda a África e em todas as regiões da UA. Deste modo, está bem colocada para ser um parceiro de implementação na área do ensino superior.

343. Assim, a Comissão irá, acelerar os procedimentos para o estabelecimento de novas relações de trabalho com a AAU, especialmente à luz do renovado interesse da União Africana no Ensino Superior como meio importante para a realização da sua visão de integração, prosperidade e na economia global do saber.

Instituto Pan-Africano da Educação

344. O IPED foi uma instituição especializada da OUA desde 1988, quando era conhecida por BASE. O IPED voltou a apresentar os seus relatórios de auditoria e planos de actividades à Comissão da UA para agilizar o processo de restabelecimento das relações de trabalho com a última.

345. O Departamento discutiu com o IPED, a possibilidade do seu estabelecimento como um Observatório Pan-Africano da Educação, que será uma instituição importante para a implementação da Segunda Década da Educação em África.

346. Será necessário reestruturar e reforçar as capacidades do IPED, de forma a poder assumir a responsabilidade do acompanhamento da implementação da

Segunda Década, especialmente na área de sistemas de gestão da informação na área da educação.

3. O PROJECTO DE BIOSEGURANÇA DA UA

347. O Projecto de Biosegurança da UA intitulado “ Apoio da UA em Questões de Biosegurança” é o resultado da cooperação entre a UA e o Ministério Federal Alemão da Cooperação Económica e Desenvolvimento. O projecto de três anos visa dotar a Comissão da UA das competências necessárias e dos instrumentos efectivos para apoiar os seus Estados Membros na utilização da Lei Quadro da UA sobre Segurança em Biotecnologia e implementar o Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança. Em Dezembro de 2005, foi realizado um seminário de planificação para actualizar o Plano de Acção do projecto.

348. Neste projecto, a Comissão irá desenvolver uma Estratégia da UA sobre Biosegurança, estabelecer o intercâmbio contínuo de informação entre a UA e os Estados Membros, e levar a cabo opções estratégicas para reforçar as capacidades existentes nos Estados Membros e nas CERs.

349. Durante o período em revista, e no quadro do Projecto da Biosegurança, a Comissão realizou as seguintes tarefas:

- Criação da Unidade de Biosegurança da UA no Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia;
- Organização da Reunião Preparatória dos Delegados Africanos de 11 a 12 de Março de 2006, em Curitiba, Brasil, a fim de preparar os Delegados Africanos para a Terceira Reunião das Partes ao Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança;
- Identificação de peritos de renome para formar o Comité Consultivo Técnico da UA sobre Biosegurança, que será lançado oficialmente durante o segundo semestre de 2006;
- Preparativos para a formulação de uma Estratégia Africana sobre Biosegurança, e para a revisão da Lei Quadro da UA sobre Segurança em Biotecnologia.

350. O actual desafio que o projecto enfrenta é que, apesar do financiamento do Projecto ter estado disponível há mais de um ano, a Comissão ainda não equipou os escritórios para a Unidade de Biosegurança da UA.

351. A Comissão deseja agradecer o apoio financeiro e técnico concedido pela GTZ.

4. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

352. Durante o período em revista, a Comissão organizou a primeira Conferência da UA dos Ministros responsáveis pelas Tecnologias de Informação e de Comunicação, que teve lugar no Cairo, Egipto, em Abril de 2006. A Comissão agradece o apoio do Governo da República Árabe do Egipto que contribuiu para o sucesso dessa reunião.

353. A Mesa foi composta pelos seguintes Estados Membros:

- | | |
|-----------------------|---------------|
| – Presidente: | Egipto |
| – 1º Vice-presidente: | Gâmbia |
| – 2º Vice-presidente: | Quênia |
| – 3º Vice-presidente: | África do Sul |
| – Relator: | Burundi |

354. A reunião aprovou o estabelecimento de uma Conferência estatutária dos Ministros Africanos responsáveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. A Comissão irá comunicar na devida altura a data e o local da próxima reunião da Conferência Ministerial, incluindo as reuniões da Mesa e do Comité Director.

355. Tendo em conta a rápida evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (ICT), a Conferência sugeriu que fosse realizada uma Conferência Ministerial todos os anos, em vez de uma de dois em dois anos como é a prática da UA. A reunião decidiu que para garantir continuidade na eleição de novos membros da estrutura da Conferência Ministerial, um membro da Mesa Ministerial cessante e um Comité Directivo cessantes devem ser incluídos na Mesa como membros de direito.

356. A República Árabe do Egipto propôs a criação de um fórum electrónico para os Ministros Africanos responsáveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. A Conferência solicitou a criação de pontos focais para tratar de todas as questões tecnológicas nas estruturas governamentais dos Estados Membros.

ASSUNTOS SOCIAIS

SAÚDE, NUTRIÇÃO, MIGRAÇÃO E POPULAÇÃO

Saúde

357. Na área da saúde, a Comissão da UA está a preparar documentos de referência para a Sessão Especial da Conferência dos Ministros Africanos da Saúde dedicada à saúde reprodutiva que será realizada em Maputo, Moçambique, em Setembro de 2006. A Comissão está igualmente a finalizar um Programa-Quadro para

o Reforço dos Sistemas de Saúde em Situações de Conflito e o Plano de Produção de Medicamentos em África previsto na Decisão 55 da Conferência de Janeiro de 2005.

358. A Gripe das Aves Altamente Patogénica (HPAI) é agora uma pandemia na Ásia, tendo criado um nicho ecológico nas aves. O vírus H5N1 causador da mortífera gripe das aves infectou aves na Ásia, na Europa e, mais recentemente, em África. Mais de 206 pessoas a nível mundial contraíram a HPAI e metade delas morreram. A doença apresenta-se como um maior desafio para África do que para qualquer outra parte do mundo, uma vez que a região não está devidamente preparada.

359. Oito países da União Africana anunciaram casos de gripe das aves, nomeadamente, a Nigéria, o Egipto, o Níger, os Camarões, o Burkina Faso, a Côte d'Ivoire, o Sudão e Djibouti. Destes, o Egipto e Djibouti notificaram casos humanos, com o Egipto a registar igualmente algumas vítimas.

360. No quadro da preparação para a ameaça da gripe das aves, a Comissão da União Africana, em colaboração com a OMS, realizaram uma reunião sobre a capacidade de fazer face e dar resposta à HPAI, que teve lugar em Janeiro de 2006 em Brazzaville, Congo e que reuniu peritos dos sectores de saúde animal humana. Apesar da prioridade continuar a ser a contenção da pandemia no sector animal, o plano de emergência e resposta para o sector da saúde humana inclui o armazenamento de Tamiflu e o reforço dos sistemas de segurança. Os Estados Membros foram solicitados a criar planos para fazer face a situações de emergência. Por seu lado, a Comissão da União Africana está a negociar com a União Europeia para o apoio necessários no caso de uma pandemia humana. Durante a Conferência dos Ministros Africanos da Saúde em Gaborone, Botswana, esta questão foi discutida e foi recomendado que a OMS deve assistir os países a armazenar medicamentos adequados para o tratamento da gripe das aves e as infecções respiratórias associadas.

361. A Comissão da União Africana gostaria de agradecer a Organização Mundial da Saúde por ter fornecido rapidamente stocks de Tamiflu aos países afectados para mitigar a situação.

362. Para garantir uma adequada capacidade de resposta, a Comissão exortou aos Estados Membros a solicitar urgentemente aos Conselhos de Controlo Médico e às Autoridades Nacionais Reguladoras o registo do Tamiflu, que é conhecido como sendo o melhor medicamento disponível para o tratamento do vírus. Outro medicamento, o Relenza, provou igualmente ser eficaz. A eficácia destes dois medicamentos, entretanto, depende da sua administração dentro de 48 horas, após o início de sintomas que necessitam de um rápido diagnóstico e tratamento adequado. Esta é uma questão que os sistemas de saúde em África terão de tratar.

363. Para facilitar um Plano de Emergência e de Resposta, gostaria de sublinhar que as populações de África devem permanecer vigilantes e informar as autoridades

sanitárias sobre quaisquer casos suspeitos da doença. Recomenda-se ainda que sejam introduzidos controlos fronteiriços e restrições de viagens para as áreas afectadas e devem ser evitadas importações de aves das áreas afectadas enquanto permanecer a ameaça.

364. Para os avicultores, recomenda-se que se mantenham em operações fechadas para minimizar o risco de transmissão a partir de aves selvagens. Os Governos devem prestar aconselhamento e apoio técnico a estes avicultores para minimizar as perdas económicas relacionadas com a pandemia.

Saúde Reprodutiva

365. Na área da saúde reprodutiva, a Comissão tem o prazer de informar que o Quadro da Política Continental para a Promoção dos Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva em África, que foi adoptada pela Conferência dos Ministros Africanos da Saúde no Botswana em Outubro de 2005, foi devidamente aprovado pela Conferência da União Africana e que estão em curso os preparativos para a Sessão Especial dos Ministros da Saúde dedicada à Saúde Reprodutiva. No campo da nutrição, a Comissão tem a honra de informar que a Estratégia Nutricional Regional Africana Revista, adoptada pelos Ministros da Saúde durante a Conferência dos Ministros Africanos da Saúde realizada no Botswana, em Outubro de 2005, foi igualmente devidamente aprovada pela Conferência da União Africana. A Comissão está agora em vias de criar uma Equipa de Trabalho sobre a Nutrição cujos Termos de Referência estão em fase de finalização. O documento está a ser preparado para impressão e será distribuído aos Estados Membros, aguardando pela Reunião de Peritos agendada de 17 a 22 de Dezembro de 2006.

Migração

366. No que respeita à migração e desenvolvimento, a Comissão, em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.264 sobre a Migração e Desenvolvimento (VIII), que foi adoptada durante a Cimeira de Cartum em Janeiro de 2006, realizou uma Reunião de Peritos sobre Migração e Desenvolvimento em Argel, Argélia a convite do Governo da Argélia de 3 a 5 de Abril de 2006. Mais de 42 países participaram na Reunião e as discussões foram animadas e construtivas. Estiveram igualmente representadas várias Organizações e Instituições Internacionais e Não-Governamentais, nomeadamente a OIT, OIM, ALO, ONUSIDA, PNUD, UNICEF, ICMPO, ARLAC, OATUU, Vaticano, CICV, Organização Pan-Africana da Juventude e FAO. Participaram igualmente as seguintes organizações que trabalham no campo da migração na diáspora: Federação Africana de Mulheres Empresárias (AFWE), Fundação para a Democracia em África e Fundação Africana para o Desenvolvimento (AFFORD).

367. No final da reunião, os delegados adoptaram um Projecto de Posição Comum Africana sobre Migração e Desenvolvimento, que cobre várias áreas incluindo

Migração e Desenvolvimento, Recursos Humanos e Fuga de Cérebros, Remessas de Fundos, Comércio, Migração e Paz, Segurança e Estabilidade, Migração e Direitos Humanos, Género, Iniciativas Regionais e Acesso aos Serviços Sociais, para mencionar algumas.

368. O Projecto de Posição Comum Africana sobre Migração e Desenvolvimento contém igualmente um conjunto de recomendações aos níveis Nacional, continental e internacional, que visam tratar de questões de migração e desenvolvimento. Os delegados adoptaram igualmente o Relatório da reunião de Peritos que, entre outras coisas, mandou a Troika Africana a tratar da questão da migração e desenvolvimento com a Troika Europeia, durante a sua reunião em Viena, Áustria, a 8 de Maio de 2006.

População

369. Na área da população, a Comissão da União Africana está a preparar o Relatório sobre o Estado da População Africana em 2006, que será lançado em 11 de Julho de 2006, no quadro das actividades que marcarão o Dia Mundial da População. O Projecto de Relatório já foi revisto pela Mesa da Comissão Africana da População durante a sua reunião realizada em Nairobi, em Abril de 2006, e está agora na fase final de preparação.

A LUTA CONTRA O VIH/SIDA, A TUBERCULOSE E A MALÁRIA

370. Durante o período em revista, o VIH/SIDA, a Tuberculose (TB) e a Malária, as três causas mais comuns de morbilidade e mortalidade em África, mantiveram-se no topo da agenda da UA, terem como uma estreita colaboração com os Parceiros de Desenvolvimento. O principal desafio continua a ser a extrema escassez de recursos humanos. As actividades levadas a cabo foram no quadro de, e culminaram com a revisão do 5º ano de implementação das Declarações e Planos de Acção de Abuja de 2000/2001 sobre a Malária, o VIH/SIDA, a Tuberculose e Outras Doenças Infecciosas Conexas. O combate dessas doenças é sinónimo do combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sócio-económico e para isso, foram realizadas as seguintes actividades:

- i) Disseminação do Quadro Estratégico da AIDS Watch África (AWA) através do Presidente da AWA aos Chefes de Estado e de Governo da AWA; para análise e implementação. Neste sentido, será organizada uma Reunião dos Conselheiros Presidenciais da AWA ou Presidentes dos Conselhos Nacionais do SIDA (NACs), da AWA. De igual modo, deve ser aproveitada qualquer oportunidade disponível para sensibilização por parte dos Líderes da AWA em vários fóruns, incluindo as Cimeiras do G8 e outros fóruns como a Assembleia Geral das NU.

- ii) Em Fevereiro de 2006, a Comissão da UA participou no Seminário sobre o VIH/SIDA e os Militares, realizado em Windhoek, Namíbia, e organizado pelo Centro de Resolução de Conflitos (CCR) e o Ministro da Defesa da Namíbia, como Presidente dos Militares da SADC. É muito importante ter os Militares como alvo de uma atenção especial na luta contra o VIH/SIDA, pois que os Militares encontram-se em alto risco de contrair o VIH. O acesso ao tratamento, cuidados e apoios é um desafio uma vez que o paciente pode estar a viver fora do seu meio familiar. Se não houver maior consciencialização, os Militares podem disseminar o VIH nas suas comunidades permanentes ou temporárias. Esta questão deveria ser igualmente abordada nas Missões de Manutenção de Paz. É nesta óptica que os Militares ou os Capacetes Azuis figuram como grupos vulneráveis/alvo no Plano estratégico da Comissão da UA e no Quadro Estratégico da AWA.
- iii) Após o estabelecimento do Comité Director Global para a Aceleração do Acesso Universal à Prevenção, Tratamento, Cuidados e Apoio” pela Cimeira Mundial de 2005, a Comissão da UA, em colaboração com a ONUSIDA e a OMS, coordenaram consultas a nível nacional que culminaram com a Reunião Consultiva Continental sobre o tema em Brazzaville, Congo, de 6 a 8 de Março de 2006. As delegações governamentais, em estreita colaboração com as Organizações da Sociedade Civil e Parceiros de Desenvolvimento, adoptaram o Compromisso de Brazzaville sobre “Aceleração do Acesso Universal à Prevenção, Tratamento, Cuidado e Apoio ao VIH/SIDA em África até 2010”, que foi apresentado ao Comité Director Global (GTT) juntamente com as contribuições de outros países. O relatório do GTT foi apresentado à Sessão Especial da Assembleia Geral das NU sobre o SIDA, em Junho de 2006.
- iv) É evidente agora que a malária tem a ver com questões género que devem ser abordadas para que possam ser tomadas medidas. Por exemplo, as mulheres grávidas estão em risco de contrair a Malária, juntamente com as crianças com menos de 5 anos. As mulheres tendem igualmente a ser prestam cuidados de saúde ao passo que os homens e que detêm o poder económico. Tendo em conta estes e outros factos associados, a UA participou no Seminário sobre a Malária e o Género em Arusha, Tanzânia (13 a 15 de Março de 2006), organizado pela ONG Suécia (Kvinnoforum), a Iniciativa Multilateral sobre a Malária (MIM) e na Parceria de Regressão da Malária, com o objectivo de capacitar os actores nacionais para intensificar a sensibilização e o apoio às comunidades. Relativamente ao controlo da Malária, a MIM está a patrocinar um Investigador para reforçar a limitada capacidade humana da UA por um ano.

- v) A 11 de Abril de 2006, a UA, em colaboração com a OMS, ONU/SIDA, ECA, UNICEF e outras Agências das NU, organizaram um programa no Centro de Conferências da UA para o lançamento de “2006 como Ano de Prevenção do VIH/SIDA”, conforme foi declarado pela Resolução do Escritório Regional da OMS para África. Participaram no Programa, entre outras pessoas, Sua Excelência o Primeiro Ministro da Etiópia, o Presidente da Comissão da UA, Funcionários da OMS e da ONUSIDA e o Corpo Diplomático. Esta campanha visa concentrar esforços na Prevenção do VIH/SIDA como a única via certa para vencer a pandemia, já que até agora não há prova de cura ou uma vacina eficaz. Será dada especial atenção aos jovens e outros grupos em risco de novas infecções. Solicita-se aos Estados Membros que continuem a levar a cabo a campanha e acelerem esforços para a prevenção do VIH/SIDA em todas as comunidades.
- vi) A Comissão da UA participou no Programa Etíope de Comemoração do Dia de Luta contra a Malária em África (25 de Abril de 2006) com o tema “Get Your ACT Together” e o lema: “Acesso Universal ao Tratamento Eficaz da Malária é um Direito Humano”. O tema teve o duplo significado de exortar para acções colectivas, bem como para a promoção do acesso ao tratamento efectivo com a Terapia Combinada a base de Artemisina (ACT). Não é demais repetir que o Combate à Malária é tarefa de toda a comunidade. Mais ainda, a Comissão da UA está a apoiar os esforços da juventude para a mobilização de fundos e aquisição de mosquiteiros para mulheres grávidas, particularmente as portadoras do VIH/SIDA.
- vii) Todas as actividades acima mencionadas culminaram na Cimeira Especial sobre o VIH/SIDA, TB e Malária, que foi realizada em Abuja, Nigéria, de 2 a 4 de Maio de 2006, sobre o tema: “Acesso Universal aos Serviços do VIH/SIDA, Tuberculose e Malária até ao ano 2010”. Será apresentado um relatório sobre os resultados da Cimeira Especial como um ponto separado da Agenda à Conferência da UA.

TRABALHO, EMPREGO E MIGRAÇÃO

371. A Comissão da UA tenciona realizar actividades no quadro do acompanhamento da Cimeira Extraordinária de Ouagadougou sobre Emprego e Redução da Pobreza, com propostas concretas a serem implementadas durante 2006, com o apoio conjunto do Governo da Suécia e da Noruega e em estreita cooperação com a OIT, UNECA, CERs e os Estados Membros.

372. Serão organizados cinco (5) seminários regionais sobre políticas integradas de emprego nas cinco (5) regiões da UA. Os objectivos dos seminários serão o reforço de capacidades da Comissão da UA na sensibilização para a criação de um sistema viável, descentralizados e integrados de promoção de emprego em África; apoio aos

Estados Membros na formulação e promoção de políticas, estratégias e planos de acção para o desenvolvimento de sistemas de emprego integrados; harmonizar as políticas, estratégias e programas existentes nos Estados Membros com vista à promoção de sistemas e capacidades de promoção de emprego; para monitorizar e avaliar políticas e programas integrados de emprego, e compilar e disseminar as melhores práticas aos níveis nacional, regional e continental. O projecto sobre Políticas e Programas Integrados de Promoção do Emprego em África é totalmente financiado pelos Governos da Suécia e da Noruega.

373. De acordo com o Quadro de implementação da Cimeira Extraordinária sobre o Emprego e a Redução da Pobreza, foi apresentado o Primeiro Relatório Bienal à 4ª Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais, que foi realizada no Cairo (Egipto) de 22 – 26 de Abril de 2006.

374. A Quarta Sessão Ordinária da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais teve lugar no Cairo, de 22 a 26 de Abril de 2006. A reunião de peritos analisou diferentes questões, que foram adoptadas pelos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais. As referidas questões incluem o Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre a implementação dos resultados da Cimeira Extraordinária sobre Emprego e Redução da Pobreza em África; o Projecto de Quadro de Políticas Sociais para África; o Relatório sobre a situação da Criação de um Conselho Consultivo para a Terceira Idade; o Relatório do Presidente da Comissão da UA sobre as Actividades do Grupo Africano em Genebra.

BEM-ESTAR SOCIAL

SOBREVIVÊNCIA, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

375. “Colocar a Criança em Primeiro Lugar” continua a ter um espaço de destaque nos Programas da Comissão da União Africana. O Departamento de Assuntos Sociais continuou as suas actividades de divulgação da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança e responder aos desafios que as crianças enfrentam no continente africano. É animador constatar que até à presente data, 38 Estados Membros ratificaram a Carta. Contudo, é necessário fazer mais pressas para que todos os Estados Membros da UA adiram à Carta. Neste sentido, lanço mais uma vez um apelo a todos os Estados Membros que ainda não o fizeram para que ratifiquem urgentemente a Carta.

376. Em conformidade com a Decisão da Cimeira com a referência AU/Dec.75(V), adoptada em Julho de 2005, sobre a “Aceleração de Acções ligadas à Sobrevivência e ao Desenvolvimento da Criança em África para cumprir os ODMs”, em particular o ODM 4 referente à redução da mortalidade e morbilidade infantis, a Comissão da UA está a trabalhar em estreita coordenação com o UNICEF e a OMS para formular um roteiro que permita a realização desse objectivo. Quanto à questão das crianças órfãs

e vulneráveis, prosseguiu a colaboração entre o UNICEF e a Comissão da UA, tendo esta última participado activamente em reuniões regionais convocadas pelo UNICEF para estudar a questão. O Plano Estratégico e o Plano de Acção da UA sobre o VIH/SIDA também prevê estratégias de resposta à questão das crianças infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA, especialmente as crianças órfãs e vulneráveis. A Comissão da UA também participou na Conferência sobre Violência contra Crianças, organizada pelo Fórum Africano de Políticas sobre a Criança, em Maio de 2006.

PRÉMIO DA UA PARA DEFENSORES DA CRIANÇA EM ÁFRICA

377. Com vista a promover os direitos e o bem-estar da criança Africana, a Comissão da UA decidiu atribuir o primeiro Prémio da UA para Defensores da Criança em África. O prémio é uma forma de reconhecer as iniciativas tomadas por indivíduos ou organizações na promoção dos direitos da criança, e seu empenhamento em elevar os níveis de vida das crianças nas suas comunidades. O prémio servirá também de instrumento para encorajar outros indivíduos e organizações com capacidade para tomar iniciativas exemplares similares com vista a melhorar o bem-estar e as condições sociais das crianças africanas. O vencedor receberá o prémio durante a 7.^a Sessão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2006.

POSIÇÃO COMUM AFRICANA SOBRE AS CRIANÇAS – ÁFRICA FAVORÁVEL ÀS CRIANÇAS

378. Cabe aqui referir que a Posição Comum Africana sobre as Crianças, que constitui uma Declaração e um Plano de Acção, foi a contribuição de África para a Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU realizada em 2002. O Plano de Acção prevê um conjunto de directivas com vista à realização de uma “África Favorável às Crianças” e um quadro de actuação coordenada, global e concertada para que os governos e outros intervenientes identifiquem acções prioritárias a levar a cabo em prol do bem-estar das crianças em África. EM conformidade com o mandato do Plano de Acção, a Comissão está a tomar as devidas providências para que a reunião de avaliação intercalar tenha lugar durante a segunda metade de 2006, para avaliar o nível de implementação da Posição Comum e traçar o caminho a seguir. Apela-se aos Estados Membros para que apresentem relatórios à Comissão da UA sobre os progressos alcançados na implementação do Plano de Acção. A reunião de avaliação a meio percurso será também um fórum para preparar a posição de África a ser apresentada à Sessão Extraordinária da ONU sobre as Crianças, que terá lugar em 2007.

DIA DA CRIANÇA AFRICANA

379. Com vista a marcar o dia da Criança Africana a 16 de Junho deste ano, sob o tema “Direito à Protecção: Paremos a Violência contra as Crianças”, a Comissão da UA emitiu um Comunicado de Imprensa sobre o tema. Foi também distribuído aos Estados Membros, para leitura naquele dia, uma declaração do Presidente da Comissão, incidindo sobre a Mutilação Genital Feminina como uma forma de violência contra a criança do sexo feminino.

COMITÉ AFRICANO DE PERITOS PARA OS DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA

380. Cabe referir que o Comité Africano de Peritos para os Direitos e o Bem-Estar da Criança (ACERWC) foi criado em 2001 a fim de acompanhar a implementação das disposições consagradas na Carta Africana. O décimo primeiro membro do ACERWC, que foi eleito durante a Cimeira de Cartum em Janeiro de 2006, será empossado durante a próxima reunião do Comité na segunda metade do ano em curso. Na realização do seu mandato, o Comité adoptou modalidades para tratamento dos relatórios dos estados partes, tendo também concebido um Plano de Acção para o período 2005-2009. Convém sublinhar que apenas três países (Egipto, Maurícias e Ruanda) apresentaram até agora os seus relatórios ao Comité. Lança-se, por isso, um apelo aos Estados Membros com relatórios em atraso para que os apresentem ao Comité. Será apresentado um relatório pormenorizado sobre as actividades do Comité ao Conselho Executivo.

PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR DA TERCEIRA IDADE

381. Conforme indicado na última sessão do Conselho Executivo, a Comissão tem estado concentrada na implementação do Quadro de Políticas e no Plano de Acção da UA sobre a Terceira Idade, que foram adoptados durante a Cimeira de Durban em 2002, para vencer os desafios enfrentados pelos idosos. Conforme prevê o Plano de Acção, uma proposta sobre a criação de um Conselho Consultivo para acompanhar a implementação do Plano de Acção foi apresentada à 4.^a Sessão da Comissão da UA para o Trabalho e os Assuntos Sociais. Recomendou-se que as implicações financeiras fossem identificadas e fosse estabelecido um calendário preciso para a criação do Conselho Consultivo. Também foi solicitado aos Estados Membros para criarem Conselhos Consultivos Nacionais a fim de dar atenção ao drama das pessoas da terceira idade a nível nacional.

382. Cabe informar que em Março de 2006, a Comissão da UA, em colaboração com o Governo da República da Zâmbia e a HelpAge International, organizou uma Conferência Regional Intergovernamental sobre a Protecção Social em África. O

resultado do evento foi a adopção de um Apelo a Acção que, entre outras questões, recomendou a institucionalização de uma conferência bienal sobre a protecção social, sob os auspícios da União Africana.

DÉCADA AFRICANA DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (1999-2009)

383. Cabe referir que o Instituto Africano de Reabilitação recebeu mandato para superintender a implementação da Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência. No entanto, a limitada capacidade humana e financeira daquele Instituto influenciou de forma negativa a implementação dos Objectivos e do Plano de Acção da Década. Com vista a fortalecer as capacidades institucionais e operacionais do Instituto, e revitalizá-lo para permitir que o mesmo possa atingir os seus objectivos, o Governo da República do Congo organizou um Seminário de Orientação Estratégico, em Fevereiro do ano em curso, que culminou com a adopção de recomendações sobre as várias questões levantadas e que foram apresentadas à 17.^a Reunião do Conselho Directivo do Instituto, que teve lugar no Níger em Março de 2006. Convém frisar que para atingir os objectivos da Década, é necessário que o Instituto Africano de Reabilitação receba todo o apoio técnico e financeiro de que precisa. De facto, há necessidade de se proceder à revisão do mandato do Instituto e melhorar a sua capacidade, a fim de o tornar mais eficaz na superação dos desafios enfrentados pelos portadores de deficiência.

CENTRO AFRICANO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA E FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL (ACARTSOD)

384. Cabe referir que o Centro Africano de Investigação Aplicada e Formação em Desenvolvimento Social (ACARTSOD) foi criado sob a égide da Comissão Económica das Nações Unidas para África e da então Organização de Unidade Africana para, entre outros aspectos, coordenar as actividades de investigação aplicada e formação no campo do desenvolvimento social aos níveis nacional, sub-regional e regional em África. Na qualidade de co-presidente do Conselho Directivo, a Comissão da UA participou na 17.^a Reunião daquele Conselho, que teve lugar na Líbia, em Janeiro de 2006. Em conformidade com a prática habitual, foi apresentado à 4.^a Sessão da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da UA um relatório sobre as actividades do ACARTSOD. Entre outros assuntos, a Comissão apelou aos Estados Membros para tirarem proveito das instituições existentes, como o ACARTSOD, na condução de investigação no domínio do desenvolvimento social no continente. A Comissão também apoiou a Iniciativa Gaddafi no estabelecimento de programas de formação para jovens a fim de melhorar a situação das crianças, das mulheres e dos jovens na Líbia e noutros países africanos. Recomendou-se que o ACARTSOD seja o elo de ligação entre as autoridades líbias e a Comissão da UA na implementação dos objectivos da Iniciativa.

CULTURA

385. A Comissão da UA tem prestado uma atenção muito especial ao papel da cultura como uma força dinâmica para a integração continental, o renascimento Africano e o desenvolvimento sócio-económico em África. É com esta preocupação que nos últimos meses, foram realizadas várias actividades, e que incluem a finalização da Carta do Renascimento Cultural de África e os Estatutos da Academia de Línguas Africanas (ACALAN), ambos adoptados pela Cimeira de Cartum, em Janeiro de 2006.

386. No processo de implementação das decisões de Cartum no sector da cultura, a Comissão da UA organizou, nos dias 20 e 21 de Junho de 2006, uma reunião ministerial para conferir posse ao Conselho Directivo Interino da ACALAN e para lançar oficialmente 2006 como Ano das Línguas Africanas. A ACALAN é agora um dos órgãos especializados da UA para levar a cabo investigações sobre as línguas africanas, dar orientações sobre políticas e prestar assessoria sobre assuntos relacionados com línguas as e o desenvolvimento de África.

387. Além disso, estão em curso preparativos para a convocação do 1º Congresso Cultural Pan-Africano em Novembro de 2006 em Nairobi, Quênia, conforme decidido durante a Cimeira de Cartum. Prevê-se que este evento histórico reúna intelectuais, pessoas ligadas à cultura, responsáveis pela definição de políticas, produtores, activistas e vários intervenientes dos diferentes ramos da cultura. Embora este encontro se destine essencialmente a peritos independentes e produtores de cultura, os Estados Membros são convidados a participar e ajudar a Comissão da UA a identificar personalidades, homens e mulheres que se distinguiram na área da cultura nos seus respectivos países.

388. Vale a pena mencionar que a Comissão da UA assinou, em Janeiro de 2006, um Memorando de Entendimento com a UNESCO a fim de intensificar a cooperação no campo da cultura assim como noutros sectores no quadro dos mandatos tanto da UA como da UNESCO. Esta nova parceria entre as duas instituições contribuirá sem dúvida para uma implementação bem-sucedida de programas culturais em África.

389. A Comissão tomou parte em várias reuniões e eventos culturais durante o período em análise, com vista a reforçar parcerias, assim como coordenar e harmonizar políticas e programas culturais em África.

CENTRO AFRICANO DE DOENÇAS INFECTO-ENDÉMICAS E VIH/SIDA (EGIPTO)

390. Durante a Quinta Sessão Ordinária da Cimeira da União Africana, que teve lugar em Sirte, Líbia, em Julho de 2005, Sua Excelência o Presidente Hosni Mubarak da República Árabe do Egipto, apresentou uma proposta sobre a criação do Centro Africano de Doenças Infecto-Endémicas e VIH/SIDA como um Centro de Excelência que ligará os ministérios da saúde em África, a fim de prestar apoio aos serviços preventivos e terapêuticos, combater as doenças transmissíveis e endémicas e

contribuir para o reforço das capacidades dos trabalhadores do ramo da saúde em África. O Centro prestará também o necessário apoio, investigação, acompanhamento e tratamento a todos os sectores e oferecerá serviços de saúde eficazes em África. Em seguida, a Conferência solicitou ao Presidente da Comissão da UA que estude o assunto e apresente um relatório à próxima Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Janeiro de 2006.

391. O Egipto organizou no Cairo, nos dias 28 e 29 de Junho de 2005, uma reunião em que participaram 27 Ministros Africanos da Saúde e o Director Geral da OMS. O Escritório da UA no Cairo representou a CUA. Os dois grandes resultados da reunião foram os seguintes:

- Uma definição dos possíveis objectivos do Centro; e
- A criação de um Comité Técnico para redigir os documentos consultivos para a criação do Centro.

392. O Comité Técnico reuniu-se em Setembro de 2005, mas contou com a participação de apenas dois países, nomeadamente o Egipto, como presidente, e a Argélia em representação da África do Norte. O relatório da reunião do Comité Técnico foi apresentado à Conferência dos Ministros Africanos da Saúde no Botswana, em Outubro de 2005.

393. A Conferência analisou os documentos apresentados pelo Governo da República Árabe do Egipto para sustentar a sua proposta. A Comissão da UA também apresentou uma explicação à Conferência, relativamente ao processo que foi seguido e ao papel da Comissão.

394. Após análise do assunto, a Conferência dos Ministros Africanos da Saúde concluiu que não dispunha de informações suficientes que lhe permitissem emitir uma recomendação, conforme foi solicitado pela Cimeira de Sirte. Assim, solicitou à Comissão da UA que continuasse a estudar a questão, em conformidade com as instruções decorrentes da decisão da Cimeira de Julho de 2005. A este respeito, foi solicitada a CUA para obter mais pormenores da República Árabe do Egipto, e informar convenientemente os Estados Membros.

395. A Comissão estudou a proposta do Egipto e as recomendações da Conferência dos Ministros da Saúde, que teve lugar em Gaberone, e apresenta as seguintes recomendações:

1. A Comissão da UA apoia o desenvolvimento de centros de excelência para tratar das principais causas do fardo das doenças no continente. A este respeito, a CUA apoia a recomendação contida no relatório de peritos da Conferência dos Ministros Africanos da Saúde realizada em Gaberone, segundo a qual os referidos centros de excelência, para serem mais

eficazes e mais orientados para as necessidades do continente, deverão ser criados em cada uma das Comunidades Económicas Regionais, para tratar dos aspectos que podem atenuar as doenças infecciosas e endémicas na região africana. Contudo, a Comissão infelizmente não está em condições de recomendar que o Centro Africano proposto seja criado como uma instituição da UA nesta fase, visto que não estão claramente determinadas as implicações financeiras nem as relações do Centro com outros centros existentes.

2. De um modo geral, a CUA é de opinião de que para haver maior eficácia, a Cimeira deve ponderar a identificação dos centros existentes como centros de excelência regionais que deverão concentrar as suas acções sobre diferentes aspectos de doenças infecto-endémicas do continente, ao invés de uma única instituição tratar de todos os problemas das infecções no continente. As vantagens dessa abordagem incluem o facto de que a União Africana beneficiaria de infra-estruturas que já existem sob a forma de instituições nacionais e regionais, que já estão em funcionamento. O apoio a instituições já existentes seria mais eficiente. Contudo, dada a oferta feita por Sua Excelência o Presidente Hosni Mubarak, o Centro Africano proposto seria também analisado juntamente com os centros existentes.
3. O Comité Técnico deverá voltar a reunir-se sob os auspícios da CUA para analisar novamente a questão e chegar a um acordo sobre os mecanismos de designação dos centros existentes como “*centros de excelência regionais*”. O Centro Africano proposto poderia ser considerado como um desses centros. Os representantes regionais do Comité Técnico deverão consultar todos os países da região que representam, a fim de garantir que as opiniões de todos os Estados Membros sejam tidas em consideração nos seus relatórios. A este respeito, os Escritórios Regionais da OMS em África e no Médio Oriente deverão estar também envolvidos para oferecerem a necessária capacidade técnica e orientação. O Comité deverá ser convocado o mais cedo possível e emitir recomendações à Comissão da UA que, por sua vez, apresentará um relatório global à Cimeira sobre o estabelecimento de centros de excelência em geral, e o Centro proposto em particular.

INFRA-ESTRUTURAS E ENERGIA

Introdução

396. O período que começou em Janeiro de 2006 registou alguns marcos históricos, alcançadas pela Comissão nos sectores das infra-estruturas e da energia. O ano iniciou com o diálogo entre a Comissão e a União Europeia no quadro da cooperação para o desenvolvimento dos transportes, das telecomunicações e das infra-estruturas de energia em África. A Comissão organizou igualmente três reuniões

ministeriais nos domínios da energia eléctrica, do transporte ferroviário e do transporte aéreo, nas quais os respectivos Ministros sectoriais adoptaram planos de acção, resoluções e declarações, comprometendo-se a garantir o desenvolvimento daqueles sub-sectoros.

397. A Comissão participou na 14.^a Sessão da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CSD-14) em Nova Iorque, em que apresentou uma comunicação sobre o sector da energia em África, assim como os resultados da Primeira Reunião da UA dos Ministros responsáveis pela Energia Eléctrica. Esta última reunião teve lugar em Adis Abeba nos dias 23 e 24 de Março de 2006, e formulou um pedido aos parceiros mundiais para que concedam o apoio necessário ao desenvolvimento sustentável dos recursos e infra-estruturas de energia em África.

398. O período caracterizou-se também por uma atenção especial ao transporte aéreo, uma vez que a Comissão tomou a iniciativa inédita de organizar, conjuntamente com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), uma reunião de alto nível de companhias aéreas Africanas em Tunes, em Maio de 2006. A reunião teve como objectivo estudar principalmente as graves dificuldades e os altos custos das viagens aéreas no continente, que estão a entravar o desenvolvimento e os esforços de integração.

399. Além disso, a implementação de actividades de grande importância nesta área, incluindo a preparação do Plano Director Integrado dos Transportes em África, o projecto VSAT e o projecto da Rede Pan-africana de Telecomunicações para o tele-ensino e a telemedicina, registou uma evolução harmoniosa durante o período.

I TRANSPORTES

Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Transporte Ferroviário

400. A Comissão da UA, em colaboração com o Governo da República do Congo, organizou nos dias 13 e 14 de Abril de 2006 em Brazzaville (Congo), a Primeira Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Transporte Ferroviário, sob o tema: “Por um Sistema de Transporte Ferroviário Eficaz, ao Serviço do Desenvolvimento e da Integração de África”. A Conferência foi precedida por uma sessão preparatória de peritos, que teve lugar de 10 a 12 de Abril de 2006.

401. A Conferência Ministerial procedeu, de forma exaustiva, à análise da situação actual dos caminhos de ferro africanos e formulou orientações estratégicas indispensáveis ao relançamento e à modernização das redes existentes, assim como à extensão de novas redes ferroviárias em África.

402. Os caminhos de ferro são a espinha dorsal no funcionamento harmonioso de uma rede de transportes multimodal em torno da qual se articulam outros modos de

transporte. De igual modo, o transporte ferroviário constitui um verdadeiro instrumento de integração e de desenvolvimento sócio-económico, adaptado à movimentação de grandes volumes em longas distâncias, principalmente para as mercadorias destinadas a países encravados e/ou deles provenientes.

403. A grande ambição expressa em Brazzaville traduz-se, assim, pela vontade de ver os Estados africanos conferirem às suas empresas ferroviárias uma dimensão comercial claramente definida, por um lado, e a necessidade de incluir o desenvolvimento do subsector ferroviário no quadro de uma visão global e harmoniosa do sector dos transportes, apoiada por um Plano Director Continental Integrado das infra-estruturas de transportes, por outro lado.

404. O relatório da reunião ministerial, integrando a Declaração e o Plano de Acção adoptados pelos Ministros, foi apresentado como um ponto separado da agenda, com vista à sua análise e adopção pelo Conselho Executivo.

Segunda Reunião dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Transporte Aéreo e sobre Segurança Aérea

405. A Comissão da UA organizou, nos dias 18 e 19 de Maio de 2006 em Libreville, Gabão, em colaboração com o Governo da República do Gabão, a Segunda Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Transporte Aéreo sob o tema; “Questões de Segurança Aérea em África”. A Conferência foi antecedida de uma reunião preparatória de peritos, que teve lugar de 15 a 17 de Maio de 2006.

406. Esta Conferência passou em revista o conjunto de iniciativas sobre a segurança aérea que estão a ser implementadas actualmente em África, principalmente aquelas que dizem respeito ao reforço da segurança aérea, como o Programa da Estratégia Unificada de Segurança Aérea da Organização Internacional de Aviação Civil (OIAC), sublinhando com este facto a importância da cooperação regional, continental e internacional em matéria de reforço da segurança aérea em África.

407. A Conferência analisou, de modo particular, as últimas recomendações da Organização Internacional de Aviação Civil referentes à realização e à publicação dos resultados das auditorias de segurança da aviação civil até Março de 2008, por todos os Estados Membros da OIAC.

408. A Segunda Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Transporte Aéreo debruçou-se também sobre a situação da Comissão Africana de Aviação Civil (CAFAC), cujo acordo transitório com a OIAC termina no fim de 2006. A Conferência comprometeu-se a encontrar soluções urgentes para o reforço deste instrumento de desenvolvimento da indústria do transporte aéreo em África.

409. Por outro lado, a Conferência tomou nota do início da aplicação da Resolução de Sun City, de Maio de 2005, destinada a acelerar a implementação da Decisão de Yamoussoukro, tomada em 1999, e insistiu na urgência da implementação dessa Decisão, que é um instrumento essencial da política africana sobre o transporte aéreo.

410. Num momento em que a globalização se impõe a todos os sectores da vida económica, a África deve formular claramente a sua política externa comum no domínio do transporte aéreo. Para o efeito, a Conferência Ministerial analisou o projecto de Directivas apresentado pela Comissão da União Africana para as negociações com Terceiros, principalmente a União Europeia e os Estados Unidos da América.

411. A Segunda Conferência reafirmou a importância do transporte aéreo para o desenvolvimento económico e a integração do continente, permitindo o aumento entre os povos e a criação de riquezas como resultado das diversas trocas que facilita. Assim, a Conferência adoptou duas Resoluções de Libreville, respectivamente para o melhoramento da segurança aérea e para a política externa comum da aviação em África, assim como um Plano de Acção. Os três documentos constituem anexos do relatório da Conferência Ministerial.

Reunião de Alto Nível de Companhias Aéreas Africanas

412. Face às grandes dificuldades enfrentadas pelos passageiros quem utilizam o avião em África, devido à fraca conectividade das rotas e ao preço elevado das tarifas, a Comissão, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento, decidiu convocar uma reunião dos responsáveis máximos das companhias aéreas africanas em Tunes, Tunísia, nos dias 29 e 30 de Maio de 2006. Participaram na reunião autoridades nacionais da aeronáutica e aviação civil, assim como organizações africanas e internacionais competentes.

413. Foram discutidas questões essenciais ligadas às viagens aéreas, actualmente em África e relacionadas com as políticas e o quadro institucional, operacional e regulador. Em particular, a falta de ligações directas entre vários destinos africanos e entre regiões, e os preços comparativamente altos dos serviços intra-africanos, foram exaustivamente analisados. No final, a reunião produziu um plano de acção global para melhorar a eficiência dos serviços aéreos intra-africanos e fortalecer a indústria de navegação aérea do continente.

414. O relatório da reunião será apresentado ao Conselho Executivo como um ponto separado da agenda.

Implementação da Decisão de Yamoussoukro sobre a Liberalização dos Mercados de Transporte Aéreo em África

415. A Decisão de Yamoussoukro de 1999 sobre a Liberalização dos Mercados do Transporte Aéreo em África, um instrumento vinculativo do ponto de vista político e jurídico, constitui a estratégia principal para a consolidação e o fortalecimento da indústria dos transportes aéreos africanos, face à actual globalização e à concorrência desenfreada neste sector. A falta de progressos significativos na implementação desta Decisão é, por isso, uma grande preocupação da União Africana.

416. Cabe referir que a falta de progressos na implementação da Decisão de Yamoussoukro foi longamente abordada durante a Primeira Reunião de Ministros Africanos Responsáveis pelo Transporte Aéreo em Sun City, África do Sul, em Maio de 2005.

417. A Comissão gostaria de aproveitar esta oportunidade para exortar todos os Estados Membros para que orientem os seus esforços no sentido de garantir que a Decisão de Yamoussoukro seja implementada na íntegra nos seus países e ter em mente, o facto de que esta Decisão ser a única esperança de África na sua tentativa de construir no continente uma indústria de companhias aéreas que seja forte e capaz de competir efectivamente com as transportadoras mundiais em blocos de mercados bem estabelecidos na Europa e na América.

418. Além disso, a Comissão, trabalhando através do Órgão de Acompanhamento da Decisão de Yamoussoukro, e na qualidade de Presidente, pôde facilitar com sucesso a resolução amigável de um contencioso de longa data entre as autoridades aeronáuticas do Egipto e da Nigéria. O contencioso dizia respeito à implementação da Decisão de Yamoussoukro sobre a questão da concessão gratuita de direitos de tráfego aéreo entre destinos nos dois países, conforme previsto no Artigo 3 da Decisão.

Elaboração do Plano Director de Infra-estruturas de Transportes em África

419. No quadro do seu mandato e para assumir o seu papel de liderança como instituição de vanguarda no desenvolvimento de infra-estruturas em África, a Comissão da UA, através do Departamento de Infra-estruturas e Energia, elaborou um Plano Director optimizado e integrado para as Infra-estruturas de Transportes Multimodais em África. O Plano Director inclui caminhos de ferro, portos, canais, estradas, auto-estradas e aeroportos, com base em todos os programas de desenvolvimento das Comunidades Económicas Regionais (CERs), de países e de todas as grandes instituições e parceiros.

420. O referido Plano Director, um instrumento de gestão por excelência, constitui: (i) um instrumento para incentivar a integração regional, o desenvolvimento económico e a redução da pobreza em África; (ii) um instrumento de análise, planificação, tomada de decisões e acompanhamento, a favor dos gestores ao nível dos países, das CERs e da UA; (iii) uma fonte de informação para os investidores africanos e estrangeiros; (iv) um instrumento de investigação; e (v) um instrumento

para a mobilização de fundos destinados a investimentos prioritários no sector das infra-estruturas.

421. O instrumento técnico adoptado para a elaboração do Plano Director é o Sistema de Informação Geográfica (*Geographic Information System*). Este Sistema requer a aquisição de informação e dados geo-espaciais (imagens, mapas e planos) cobrindo todos os modos de transporte, tanto os existentes como os futuros, nos corredores de desenvolvimento. A base de dados está a ser desenvolvida conjuntamente com a CEA, no quadro de uma Infra-estrutura Regional Africana de Dados Espaciais que será usada não apenas para a elaboração do Plano Director, mas também para todas as actividades conexas realizadas pela UA nas áreas de Economia Rural, Silvicultura, Saúde, Educação, Assuntos Sociais, Ciência e Tecnologia.

422. Com base num acordo entre a Comissão da UA e a CEA, uma equipa UA/CEA está a levar a cabo esta tarefa, com o apoio de consultores temporários. Esta equipa produzirá: (i) um Plano Director tipo “Atlas”, (ii) projectos prioritários a curto, médio e longo prazos, incluindo custos previstos, possíveis fontes de financiamento e calendário de implementação; e (iii) uma base de dados do Sistema de Informação Geográfica.

423. A equipa UA/CEA já deu início ao seu trabalho através do seguinte: (i) Integração do Plano Director Consensual dos Transportes na África Central; (ii) identificação dos corredores da Rede Transafricana de Auto-estradas; e (iii) exploração da rede do Corredor do Norte (Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda, Uganda, Quênia, Tanzânia, Sul do Sudão e Norte da Etiópia).

424. O Departamento de Infra-estruturas e Energia está a trabalhar com as seguintes grandes instituições que apoiem este trabalho: (i) Comissão Europeia (UE): no quadro da Parceria Europa-África no domínio das infra-estruturas, a União Europeia assumiu o compromisso de apoiar este trabalho. Este compromisso é muito pertinente uma vez que a própria União Europeia está agora a elaborar um Plano Director da Rede Trans-europeia de Transportes, cuja metodologia é aplicável à elaboração do Plano Director das Infra-estruturas de Transportes em África); (ii) o “Instituto Geográfico Nacional Francês e a sua divisão internacional, o Instituto Geográfico Internacional Francês, para o fornecimento de dados geográficos pertinentes que cubram toda a África de expressão francesa; (iii) Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI), para a continuação do financiamento dos estudos sobre as redes das Auto-estradas Transafricanas e para colmatar as lacunas nessas redes; (iv) o Serviço Cartográfico de Sua Majestade (*Her Majesty's Ordnance Survey*) para a aquisição de uma rica colecção de mapas, imagens e produtos informativos conexos, cobrindo todos os países africanos de expressão inglesa; e (v) Agência Canadana Espacial, que já se predispôs a oferecer acesso a produtos de imagens com sensores remotos de alta resolução e equipados de radares, que são

usados para a elaboração de mapas, e que são muito úteis para situações em que haja nuvens, que ocorrem na maior parte da África tropical.

425. A equipa UA/CEA vai levar a cabo, a partir de Junho de 2006, sessões de trabalho com as CERs, o Secretariado da NEPAD, o BAD e instituições técnicas africanas, para passar em revista os seus programas e redes e estabelecer critérios técnicos e sócio-económicos para o desenvolvimento de grandes redes continentais optimizadas de auto-estradas, caminhos de ferro, aeroportos, portos e canais

426. Será estabelecida uma projecção preliminar do Plano Director até finais de Dezembro de 2006. Esta questão será discutida e delineada com as CERs e as associações técnicas durante o primeiro trimestre de 2007, seguindo-se sessões de trabalho e concretização de planos com os Ministros dos Transportes até meados de 2007.

II ENERGIA

Primeira Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pela Energia Eléctrica

427. A Comissão organizou de 23 a 24 de Março de 2006 a Primeira Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pela Energia Eléctrica, que foi precedida por uma sessão de peritos, de 20 a 22 do mesmo mês centrado no tema:

“Visão Comum e Orientações Estratégicas, para uma Política Continental Relativa ao Sector da Energia Eléctrica”

428. O objectivo geral da Conferência foi definir as orientações e as estratégias de promoção do desenvolvimento do subsector da energia eléctrica, tendo em conta as necessidades imediatas e as perspectivas a médio e longo prazos.

429. A Conferência contou com a participação de peritos provenientes de 36 Estados africanos, de 6 Comunidades Económicas Regionais, dos 5 Grupos Energéticos Regionais e de autoridades reguladoras.

430. Quanto aos objectivos estabelecidos e aos resultados previstos, a Conferência atingiu resultados importantes, consubstanciados na Declaração Ministerial e no Plano de Acção de 2 anos, cujos principais compromissos e decisões tomadas consistem no seguinte:

431. Principais decisões:

- Criar, sob a égide da Comissão da União Africana, a Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Energia Eléctrica, como órgão central de coordenação continental de políticas e estratégias sobre energia eléctrica, cujo secretariado e assegurado pela Comissão Africana de Energia (AFREC). Esta Conferência reúne-se uma vez por ano;
- Trabalhar em conjunto para a valorização dos recursos energéticos, principalmente os hidroeléctricos em África, como opção principal de energia renovável para assegurar o desenvolvimento sustentável, a integração regional, a segurança energética bem como a erradicação da pobreza;
- Criar um Comité de Coordenação para o desenvolvimento de grandes projectos hidroeléctricos de integração;
- Elaborar uma Visão Global e um Esquema Director de desenvolvimento do sector de energia eléctrica no Continente com base nas políticas e programas das Comunidades Económicas Regionais em matéria de electrificação, de modo a fazer uma utilização racional dos recursos energéticos a médio e longo prazos;
- Reforçar e harmonizar os quadros jurídicos e regulamentares, e desenvolver as capacidades humanas para apoiar os desenvolvimento sustentável da energia;
- Criar um Fundo Africano de Energia Eléctrica, incluindo um balcão destinado à electrificação rural, cujo estudo, a ser realizado sob os auspícios da Comissão da União Africana, determinará as modalidades da sua implementação;
- Realizar, sob a égide da AFREC, a Assembleia Geral Constitutiva da Comissão Electrotécnica Africana de Normalização (AFSECV).

432. Principais compromissos:

- Incluir a energia como sector de concertação nas prioridades e nos programas nacionais integrados, com particular ênfase no acesso universal à energia moderna assim como às tecnologias e equipamentos capazes de promover o desenvolvimento sócio-económico;
- Conceber e implementar, ao nível dos nossos países, estratégias e políticas sectoriais de desenvolvimento do sector da energia eléctrica, no quadro das reformas económicas em curso, baseadas numa abordagem mais integrada de desenvolvimento;

- Apoiar e reforçar a Comissão Africana de Energia (AFREC), de modo a permitir-lhe desempenhar cabalmente o seu papel;
- Realçar a importância dos projectos regionais de integração, incluindo a interconexão de redes eléctricas, a construção de gaseodutos, e oleodutos bem como a electrificação rural transfronteiriça, devendo os respectivos governos considerá-los como prioritários;
- Harmonizar os regulamentos e promover a boa governação, tendo em vista à criação de um ambiente favorável ao dos investimentos directos, tanto internos como externos;
- Exortar as instituições multilaterais e bilaterais de financiamento a criarem balcões especiais e mecanismos de financiamento inovadores para os projectos de natureza regional.

Preparação de uma Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas Hidrocarbonetos

433. A Comissão da União Africana está a efectuar um estudo de prospecção sobre o petróleo e o gás natural no Continente, com o objectivo de fazer o levantamento sobre as reservas destes hidrocarbonetos em África, passar em revista os cenários do futuro destes produtos no mundo, tirar as consequências para África desta provável evolução futura e propor estratégias a serem adoptadas individual ou colectivamente pelos países importadores e exportadores de petróleo e/ou gás, para otimizar a sua situação de modo a poderem fazer face à flutuação dos preços do petróleo e do esgotamento a prazo destes recursos altamente energéticos.

434. As propostas resultantes destes estudo deverão ser objecto de uma reflexão profunda para daí se tirou todas as implicações: económicas, políticas, jurídicas e tecnológicas. Essa reflexão culminará com a organização, antes do final deste ano, de uma Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Hidrocarbonetos.

III. TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Projecto da Rede Pan-Africana de Telecomunicações

435. Durante a Sessão do Parlamento Pan-Africano, realizada em Setembro de 2004, em Joanesburgo, África do Sul, S. Exc^a. A. P. J. Abdul Kalam, Presidente da Índia, anunciou a proposta de financiar uma Rede Pan-Africana de Telecomunicações via Satélite e fibra óptica para estabelecer a ligação entre os 53 Estados Membros da

União Africana. Esse projecto é destinado a fornecer, entre outros, serviços de Tele-medicina e de Tele-educação.

436. De um custo inicial de 50 milhões de dólares americanos, o projecto foi apresentado à Comissão da União Africana em Maio de 2005, por uma delegação do Governo da Índia. Em seguida, o Presidente da Comissão reuniu, de 20 a 22 de Julho do mesmo ano, um Comité Especial Consultivo constituído por representantes das Comunidades Económicas Regionais (CERs), da Comissão Africana, da NEPAD e de instituições africanas e internacionais responsáveis pelas Telecomunicações e TIC no Continente. Esse Comité Especial Consultivo tinha como mandato:

- estudar a adequação do projecto oferecido pela Índia com os objectivos estratégicos da União Africana e sua independência política;
- analisar a qualidade técnica do projecto; e
- estudar as modalidades de implementação do referido projecto.

437. O Comité Especial Consultivo concluiu o seguinte:

- o projecto apresentado pela Índia é pertinente e contribuirá para alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) e compensar o fosso digital;
- os promotores do projecto dominam bem a sua oferta à África e têm experiência; e
- o projecto integra-se perfeitamente nos objectivos da União Africana.

438. O Comité recomendou a adopção do projecto pela Comissão da União Africana. Todavia, o Comité indicou que a viabilidade e a sustentabilidade da rede e dos serviços propostos necessitam da União Africana, por um lado, e dos Estados Membros, por outro lado, um compromisso firme.

439. Foram assinados dois acordos no quadro deste projecto. O primeiro, entre o Governo da Índia e a Comissão da União Africana, sobre os aspectos gerais da criação da Rede Pan-Africana de Telecomunicações; o segundo entre a Comissão da União Africana e a “Telecommunications Consultants India Limited” (TCIL) relativo ao fornecimento, instalação, implementação e manutenção da Rede pela TCIL por um período de cinco anos. Por outro lado, o modelo do acordo entre a TCIL e cada Estado Membro da União Africana, foi assinado pelas duas partes

440. Em seguida, a Comissão da União Africana criou um Comité de Direcção e de Acompanhamento da implementação deste projecto e iniciou a sensibilização dos

Estados Membros para participarem no projecto, através da assinatura do Acordo com a TCIL. A implementação do projecto está em curso da seguinte maneira:

- Realização de duas reuniões do Comité de Direcção e dos seus Sub-Comités Técnicos, que adoptaram o programa de actividades e vários documentos técnicos do projecto;
- Avaliação dos processos de manifestação de interesse submetidos pelos Estados Membros candidatos a acolher a Estação Terrena Principal da Rede VSAT. A escolha final do país onde a estação será instalada está em curso;
- Lançamento de um pedido de manifestação de interesse aos Estados Membros para acolher os Hospitais e as Universidades dos nós regionais da Rede;
- Análise, em curso, dos serviços de Tele-Educação e de Tele-Medicina que serão oferecidos pela Rede.

Projecto de Governação Electrónica (VSAT)

441. O projecto de governação electrónica (VSAT) da União Africana é destinado, no quadro da transformação institucional da Organização Continental, a assegurar a conexas total e a prestação de serviços modernos de telecomunicações entre a Sede da Comissão e os Escritórios Regionais, as Representações no exterior, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados Membros, graças à criação de uma rede de interconexão via satélite.

442. O projecto permitirá à União Africana dispor do seu próprio sistema de telecomunicações e, por conseguinte, de uma maior autonomia em termos de serviços e da sua disponibilidade. Esta rede fornecerá à União Africana serviços de videoconferência, acesso à Internet de banda larga, telefonia de IP e mensagens instantâneas ligadas ao sistema vídeo para debates em tempo real. O projecto permitirá igualmente a partilha de conhecimentos e de informações e reforçará o trabalho de cooperação, do qual resultará uma melhor produtividade e uma racionalização de recursos (economia de custos de comunicações, de viagens, etc).

443. A primeira fase do projecto abarácará a sede da Comissão da União Africana, em Adis Abeba, os Escritórios Regionais, as Agências Especializadas e as Comunidades Económicas Regionais. A segunda fase consistirá numa extensão da rede para estabelecer a ligação das Embaixadas dos Estados Membros em Adis Abeba e os Ministérios dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores dos Estados Membros.

444. Os cadernos de encargo foram elaborados e os concursos internacionais para a selecção do fornecedor de serviços Via Satélite foram igualmente lançados. Já foi concluída a avaliação das ofertas. Está em curso um projecto de contrato para negociações com a empresa que for seleccionada.

IV. COOPERAÇÃO

Missão efectuada pelo Departamento de Infra-estruturas e Energia junto da Comissão Europeia

445. O Comissário para Infra-estruturas e Energia chefiou, de 20 a 23 de Fevereiro de 2006, uma missão do seu Departamento à Comissão Europeia, em Bruxelas.

446. Essa missão tinha por objectivo prosseguir e aprofundar os debates preliminares da reunião de 12 de Outubro de 2005, realizada em Bruxelas entre a Comissão Europeia e a Comissão da União Africana.

447. Os objectivos da missão eram:

- trocar experiências com a União Europeia sobre a integração;
- identificar acções específicas de cooperação na área de Infra-estruturas e Energia;
- analisar as modalidades práticas da implementação desta cooperação.

448. No final dos debates, as duas partes chegaram a um acordo sobre os seguintes eixos prioritários de cooperação:

1. Planos Directores de integração e consensuais sobre infra-estruturas de transportes, comunicações (Telecomunicações e Tecnologias de Informação e Comunicação) e energia em África;
2. Harmonização de políticas sectoriais: a União Europeia apoiará a União Africana na harmonização de políticas sectoriais com vista à elaboração de políticas africanas comuns na área dos transportes, comunicações e energia;

3. Instauração de uma estreita cooperação entre a União Europeia e a União Africana sobre a aviação civil;
4. Apoio da União Europeia à União Africana na área de energia para:
 - “Preparação de grandes projectos de produção e transporte de energia eléctrica;
 - Aquisição das tecnologias apropriadas de mini e micro-produção de energia; e
 - organização de uma exposição de unidades e equipamentos de mini e micro-produção de energia.
5. Reforço de capacidades e de equipamentos da Comissão da União Africana. O objectivo é permitir à Comissão da União Africana desempenhar cabalmente o seu papel de liderança no desenvolvimento de infra-estruturas no Continente;
6. Contribuição da União Europeia no financiamento dos referidos programas..

Os detalhes desses programas serão objecto de consultas futuras para a sua realização.

ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA

449. Durante o período em análise, o Departamento de Economia Rural e Agricultura, em nome da Comissão, realizou importantes actividades no quadro do Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e da Declaração de Sirte sobre os Desafios da Implementação de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Agricultura e dos Recursos Hídricos em África. Isso contribuiu para avanço do Plano Estratégico (2004-2007). Um dos exemplos que mostra que se realizaram progressos significativos, na sequência da adopção da Decisão EX.CL/Dec. 194 (VII) pelo Conselho Executivo durante a sua Sétima Sessão Ordinária em Sirte, Líbia, em 2005, (solicitando à Comissão da União Africana para integrar a implementação da Declaração de Sirte sobre Agricultura e Recursos Hídricos com o Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), é a aprovação pelos Ministros da Agricultura da UA em Bamako, Mali, em Janeiro de 2006, sobre o Plano Integrado Sirte-CAADP que orientará a agenda da agricultura em África de forma mais abrangente, coerente e centralizada.

450. Mais especificamente, no quadro do CAADP e da Declaração de Sirte, a Comissão, através do seu Departamento de Economia Rural e Agricultura, continuou a centralizar as suas intervenções nas principais áreas seleccionadas sobre

vantagens comparativas onde a sua liderança é uma mais-valia e pode ter um grande impacto na sustentabilidade do desenvolvimento rural e agrícola em África.

I. IMPLEMENTAÇÃO DOS PILARES PRIORITÁRIOS DO CAADP

A. IMPLEMENTAÇÃO DO PILAR 1 DO CAADP

a. Cooperação na área de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços

451. A “Declaração de Sirte sobre os Desafios de Implementação do Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Agricultura e dos Recursos Hídricos em África” encorajou o desenvolvimento de acordos bilaterais para a gestão conjunta dos recursos hídricos transfronteiriços e solicitou à Comissão para facilitar o desenvolvimento destes acordos. Actualmente, apenas uma dúzia dos cerca de sessenta cursos de água estão a ser geridos conjuntamente. Para o efeito e no quadro da implementação parcial da Declaração sobre os Recursos Hídricos, a Comissão, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), iniciou um processo de formulação de orientações que podem ajudar os Estados-membros a celebrar acordos de cooperação para a gestão de bacias hidrográficas de que fazem parte. A Comissão organizará, num futuro próximo, uma reunião regional de peritos para analisar as orientações e propor a sua adopção pelo Conselho Executivo.

452. Dada a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento social e económico e para a sustentabilidade do ambiente bem como para a redução da pobreza nos países africanos, solicitou-se aos Estados-membros que pertençam a um rio/lago, bacia comuns para considerarem acções conjuntas de desenvolvimento e exploração das potencialidades dos seus recursos hídricos comuns. A Comissão, se necessário, desempenhará o seu papel catalizador. Relativamente às organizações das bacias hidrográficas existentes, a Comissão tem conhecimento da sua federação numa Rede Africana de Organizações de Bacias Hidrográficas (ANBO). A ANBO é um instrumento de reforço das Organizações de Bacias Hidrográficas, através da troca de experiências e desenvolvimento, como prevê a Declaração de Sirte. A Comissão apoiará a federação de organizações de bacias hidrográficas.

b. Monitorização do Ambiente para um Desenvolvimento Sustentável em África (AMESD)

453. A monitorização regular e consistente do meio ambiente não é só fundamental para a previsão de desastres ambientais, mas também é crucial na produção de dados e informações para a planificação e implementação do desenvolvimento. Por isso, a CEDEAO, a IGAD, a SADC, a CEMAC e a IOC, beneficiários de um projecto do FED denominado “Monitorização do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável em África (AMESD)” solicitou à Comissão da União Africana, para acolher a Unidade de Gestão de Projectos (PMU) que provavelmente entrará em funcionamento 2007. A Comissão aceitou acolher o PMU. O AMESD é o sucessor de um projecto de 2000 a 2005 designado “Preparação para o Uso do Satélite Meteosat de Segunda Geração em África (PUMA). Através do projecto PUMA, quase todos os Estados-membros da União Africana instalaram estações de recepção de satélites ou renovaram os existentes, principalmente nos serviços meteorológicos nacionais. O projecto PUMA formou igualmente cerca de 350 peritos Africanos para a manutenção e funcionamento das estações. Os objectivos do programa sucessor do AMESD são:

- Conceber, implementar, monitorizar e avaliar as políticas ambientais aos níveis regional e continental em apoio do desenvolvimento sustentável;
- Melhorar o bem-estar sócio-económico e ambiental das populações africanas;
- Honrar os compromissos assumidos em relação aos tratados internacionais sobre o meio ambiente; e
- Participar nos esforços internacionais de protecção do meio ambiente global.

454. O projecto aumentará a visibilidade de África nos processos de observação do meio ambiente global, reforçando ao mesmo tempo a capacidade da Comissão na monitorização da evolução dos recursos naturais e ambientais no continente em termos de acompanhamento de políticas ambientais e beneficiar os Estados-membros participantes e as suas respectivas Comunidades Económicas Regionais. Contudo, a Comissão necessitará de recursos para construir um gabinete apropriado para o projecto que será uma instalação permanente para as actividades da Comissão.

c. Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara

455. Convém lembrar que Sua Excelência o Presidente Olusegun Obasanjo, Presidente da República Federal da Nigéria, propôs uma “Muralha Verde para a Iniciativa do Saara na 5ª Sessão Ordinária da Conferência em Julho de 2005, que foi apoiada largamente. Na sequência da implementação da Iniciativa, a Comissão convocou duas reuniões informais do grupo de contacto para discutir a via a seguir. Com base no pedido destas reuniões, a Comissão preparou também um documento de base que propunha a criação de comités técnicos e comités directores para

orientar a implementação bem como outras considerações técnicas. Os Estados-membros das zonas saheliano-saharianas que serão afectados pela Iniciativa foram convidados a propor representantes para os dois comités. A Comissão está bastante optimista em relação à Iniciativa e espera que a União Africana, os Estados-membros envolvidos e os parceiros de desenvolvimento disponibilizarem fundos suficientes para a implementação do plano de acção global que resultar das consultas do Comité Técnico.

d. Conferência das Partes (COP) sobre a Convenção de Bamako

456. Não é demais recordar que o Governo da República do Mali se ofereceu para acolher a Primeira Conferência das Partes (COP) na Convenção de Bamako, em Bamako, Mali, em Novembro de 2005. Porém, por motivos imprevistos, o Governo pediu que a COP fosse adiada para 2006. É com satisfação que devo informar que estão sendo tomadas medidas para a convocação da Conferência de Bamako em Novembro do ano em curso. A Convenção de Bamako sobre a Interdição de Importação para África e o Controlo do Movimento Transfronteiriço e Gestão de Resíduos Perigosos em África, entrou em vigor em 1998 e a sua primeira COP é aguardada desde 1999. Contudo, devido ao exercício de reestruturação, levado a cabo pela então Organização da Unidade Africana (OUA) e a subsequente transição para a União Africana, a COP não pôde ser realizada. Quando a Conferência for realizada, irá promover a cooperação para a promoção para a implementação da Convenção e adoptar os seus Regulamentos Interno e Financeiro. Até agora, 29 Estados-membros assinaram a Convenção dos quais 21 já a ratificaram. Sendo uma das convenções mais antigas da União Africana e dada a sua importância na protecção do continente africano contra os resíduos indesejáveis, a Comissão exorta os Estados-membros que ainda não a ratificaram, que o façam o mais depressa possível. A Comissão exorta igualmente todos os Estados-membros a participarem na Conferência das Partes.

B. IMPLEMENTAÇÃO DO PILAR PRIORITÁRIO III DO CAADP

457. Reconhecendo a importância da agricultura na redução da pobreza e em resposta à tendência negativa verificada na agricultura, os Chefes de Estado e de Governo africanos aprovaram a “Declaração de Maputo sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África” em Julho de 2003, na Segunda Cimeira Ordinária da Conferência da União Africana, em que todos os países “se comprometeram a atribuir pelo menos 10% dos orçamentos nacionais para a agricultura e o desenvolvimento rural, dentro de cinco anos”. Na sequência da Cimeira de Abuja, que solicitou à Comissão para definir, em colaboração com os Estados-membros e o Secretariado da NEPAD, as áreas principais de agricultura e desenvolvimento rural a serem tidas em conta na atribuição dos 10%, foram realizadas acções importantes em colaboração com o Secretariado da NEPAD que culminaram com um relatório de peritos que foi

aprovado pela Conferência dos Ministros da Agricultura da UA, que teve lugar em Bamako, Mali, em Janeiro de 2006.

458. Até agora, 19 países submeteram dados utilizando a metodologia recomendada que se pode comparar entre os países. Estes dados demonstram que em 2004, três países atribuíram mais de 10 por cento, 4 países entre 5 e 10 por cento e 12 países atribuíram menos de 5 por cento.

459. A Comissão prosseguiu igualmente com a implementação da decisão adoptada durante a Cimeira de Sirte em Fevereiro de 2004, apelando ao aumento dos sistemas de alerta prévio ao nível regional e a sua instalação onde não existem, bem como a sua coordenação ao nível continental, com vista a reduzir o impacto negativo da seca, da desertificação, das inundações, das calamidades naturais e pragas. Durante o período em análise, a Comissão, em colaboração com a FAO e com o apoio da UE, concluiu as avaliações que estavam a ser conduzidas na África Ocidental, África Austral e no Grande Corno de África, incluindo consultas com o CILSS, a SADC e a IGAD que foram debatidas ao nível de seminários regionais. O relatório de síntese continental que fará uma revisão dos aspectos positivos e negativos dos SAP existentes no domínio da segurança alimentar e avaliará a importância da sua dimensão, credibilidade, custos reais e sustentabilidade, está a ser concluído actualmente e será apresentado aos peritos dos Estados-membros da UA em finais de 2006.

C. IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPLEMENTO (PILAR V) DO CAADP

460. Existem pressões na biodiversidade marinha e nos recursos haliêuticos apoiado pelos Grandes Ecossistemas Marinhos (LMEs) de África e particularmente o desequilíbrio resultante entre a captura de peixe e os níveis de produção sustentável. Contudo, apesar da existência de uma série de programas que fornecem orientações técnicas e metas para a pesca sustentável nos ecossistemas marinhos em África, os recursos financeiros são ainda bastante limitados na maior parte dos países para poderem implementar as reformas necessárias a nível dos governos a fim de precaver a sobre-exploração excessiva dos recursos haliêuticos.

461. É neste contexto que no quadro do CAADP, foi criada a Parceria Estratégica para um Fundo de Investimento para Pesca Sustentável nos Grandes Ecossistemas Marinhos (LMEs) de África. Esta Iniciativa de Parceria Estratégica é um mecanismo de financiamento, que disponibiliza 60 milhões de \$EU em subvenções GEF nos próximos 10 anos, para co-financiar os projectos nacionais visando a sustentabilidade da pesca marinha. A iniciativa é assistida por uma Comissão Consultiva Regional presidida pela Comissão da União Africana, em parceria com as Organizações Regionais Africanas de Pesca, a FAO, o WWF, o GEF e o Banco Mundial. A primeira

tranche de 25 milhões de \$EU foi aprovada pelo GEF e o Fundo será lançado oficialmente em Maio de 2006.

D. QUESTÕES TRANSVERSAIS

Quadro e Directivas da Política Agrária em África

462. Tendo em conta a importância da terra para o desenvolvimento económico, político e social de África, bem como a gestão sustentável de recursos, um quadro de instituições, compreendendo três instituições regionais africanas nomeadamente a União Africana/NEPAD (UA/NEPAD), a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) sob a liderança da Comissão da União Africana (CUA), estão a trabalhar em parceria a fim de conduzir o processo de desenvolvimento de um quadro e directivas da política agrária em África, bem como as modalidades para a sua implementação aos níveis nacional, regional e continental. E tem como objectivo proteger os direitos à terra, aumentar a produtividade, melhorar os meios de subsistência, promover a gestão dos recursos naturais e contribuir para o crescimento económico geral do continente. Com a finalidade de obter um consenso entre os principais intervenientes em África sobre a visão e adopção de uma política agrária bem sucedida e directivas da reforma agrária em África, prevê-se um programa preciso de 16 a 18 meses para delinear os aspectos importantes na tomada de decisão. Durante o período em análise, registaram-se progressos significativos através da realização do Seminário Consultivo em Março de 2006. O Seminário reuniu representantes de governos africanos, Comunidades Económicas Regionais, sociedade civil, incluindo organizações de agricultores, o sector privado africano, centros de excelência e parceiros de desenvolvimento.

463. O resultado do seminário incluiu mensagens e recomendações relevantes sobre questões temáticas que caracterizarão o quadro e directivas; características de uma visão e princípios orientadores; acções e actividades necessárias para desenvolver o quadro e as directivas da política agrária; o papel dos intervenientes e parceiros e mobilização de recursos. Isto criou as condições necessárias aos próximos passos a serem levados a cabo, incluindo as avaliações e consultas regionais.

II. PROGRAMAS ESPECIALIZADOS

PATTEC

464. É de recordar que na 36ª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo realizada em Lomé, Togo, em Julho de 2000, foi adoptada a Decisão AHG/Dec. 156 (XXXVI), exortando os Estados-membros a agirem colectivamente e enfrentarem os desafios de erradicação da mosca tsé-tsé do continente africano. Em conformidade com esta decisão, o Secretário Geral da OUA assumiu a tarefa de

iniciar e coordenar uma Campanha Pan-africana de Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomíase (PATTEC).

465. Durante o período em análise, a Comissão realizou várias actividades. O Escritório de Coordenação da PATTEC elaborou manuais de formação sobre vários temas, incluindo a aplicação do GIS no combate à Tsé-Tsé; a técnica de esterilidade de insectos nas intervenções de combate à mosca Tsé-Tsé e à tripanossomíase; e organizou uma série de outros cursos e seminários de formação para participantes dos Estados-membros, com vista a melhorar a capacidade técnica necessária para a implementação da campanha. Organizou também uma sessão de formação regional durante um mês em Nairobi, Quênia, de 17 de Março a 13 de Abril de 2006, sobre recolha e gestão de bases, em colaboração com a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Além da formação, a Comissão produziu materiais de informação a fim de assegurar a disseminação efectiva de informação com vista a aumentar a consciencialização da iniciativa PATTEC.

466. Em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comissão elaborou projectos de documentos detalhados para Angola, Botswana, Namíbia e Zâmbia na região austral e para o Ruanda e Tanzânia no Leste, em preparação da segunda fase do programa apoiado pelo BAD.

467. Apesar de alguns progressos registados, a Comissão ainda enfrenta o desafio de mobilizar todos os países infestados a participarem colectivamente no programa, bem como mobilizar recursos externos e convencer os potenciais países participantes a fazerem contribuições complementares para iniciarem os seus programas nacionais.

GRIPE DAS AVES E INTERVENÇÕES EM ÁFRICA (BIRA)

468. Em resposta à actual epidemia da Gripe das Aves, a Comissão, através do seu Escritório Técnico Especializado, o BIRA, preparou planos globais de prevenção, vigilância e de emergência com vista ao combate da Gripe das Aves Altamente Patogénica (HPAI). A Comissão está igualmente a trabalhar com a FAO/OIE GF-TADS e grupos activos a fim de obter apoio financeiro nacional e internacional dos doadores para o estabelecimento de planos de emergência e de combate à Gripe das Aves. A colaboração com os parceiros internacionais como a FAO, a OIE, o Banco Mundial e a OMS, tem sido conseguida nestes esforços ao nível internacional.

469. A Comissão, em colaboração com o OIE, a FAO e a USDA – APHIS, iniciou e organizou um seminário regional sobre a harmonização de planos de emergência contra a gripe das aves de 18 a 19 de Março de 2006, em Bamako, Mali. Estava prevista a participação dos países da África Ocidental e Central no programa PACE. Participaram no seminário os representantes de treze países (Benin, Burkina Faso, Chade, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal

e Togo) e de várias organizações e instituições regionais ou internacionais (OIE, FAO, OMS, OCHA, UA-BIRA, CEDEAO, WAHO, USDA-APHIS, EISMV).

PROGRAMA RELATIVO À PECUÁRIA

470. Durante a 7ª Conferência Ministerial realizada em Kigali, constatou-se, contudo, que embora o Plano de Acção do BIRA tenha articulado muito bem alguns dos programas emergentes e relacionados com a pecuária, não apresentavam integralmente algumas das prioridades actuais e programadas das CERs. A este respeito, reconheceu-se que seria pertinente que a NEPAD e a UA/BIRA ponderassem sobre a realização de uma reunião que apresentasse os programas das CERs relativos à pecuária, bem como os programas do FARA a fim de garantir uma abordagem comum sob a coordenação geral da UA/BIRA na implementação do Programa de Pecuária do CAADP.

PANVAC

471. Desde Janeiro de 2006, o PANVAC foi transferido e instalado definitivamente na estrutura da Comissão da UA. O seu plano estratégico (2005-2008) foi preparado e a sua constituição aguarda finalização. Além disso, um projecto de proposta de projecto para relançar o PANVAC foi submetida ao Governo japonês e à AIEA.

472. Durante o período em análise, o PANVAC levou a cabo a Uniformização dos Produtos Veterinários Biológicos e como tal, os “stocks” de materiais biológicos tais como as estirpes de vacina, grupos de células, preparação de vacinas de referência, vacinação anti-soros e antígenos, foram conservados devidamente e preparados para distribuição. Além disso, os bacilos de vacina foram enviados para o Laboratório Nacional de Veterinária na Jordânia mediante pedido feito em Fevereiro de 2006. O Instituto Internacional de Pesquisa na área da Pecuária (ILRI) também pediu o fornecimento de diferentes exemplares de vacinas. Actualmente, o PANVAC possui suficientes “stocks” de reposição de vários produtos biológicos que estão armazenados no Banco de Vacinas.

473. A Comissão, através do programa do PANVAC promoveu técnicas harmonizadas de qualidade para os laboratórios africanos. O pessoal do PANVAC dos laboratórios do Chade, Mali, Nigéria e Sudão organizou formações in loco e viagens de estudo. Foi elaborado um conjunto de manuais sobre produção de vacina PPR e controlo de qualidade, que já está pronto para ser publicado.

474. Durante o período em análise, a Comissão realizou seminários de formação para funcionários séniores de veterinária na Etiópia e foi elaborado um manual para formação de peritos africanos a ser utilizado como modelo de nos Estados-membros da UA. Em Março de 2006, foi lançado um novo website do PANVAC.

MACIÇO DE FOUTA-DJALLON

475. A Comissão, através do Programa do Maciço de Fouta-Djallon, promove a preservação e a gestão sustentável de estratégias de recursos naturais frágeis particularmente nas áreas montanhosas. As actividades durante o período em análise incluíram a promoção da cooperação regional através do desenvolvimento e validação de um quadro legal institucional que está a ser analisado pelos Estados-membros. Além disso, um Projecto Regional para a Gestão Integrada dos Recursos Naturais do Maciço de Fouta-Djallon foi concluído em colaboração com a FAO. O programa terá como objectivo garantir a protecção do meio ambiente e o desenvolvimento de recursos naturais disponíveis no Maciço de Fouta-Djallon, com vista a contribuir para a melhoria das condições de vida das populações da região e das regiões irrigadas pelos rios provenientes do Maciço. Foi garantido o financiamento do GEF, em cerca de 11 milhões de \$EU para duas fases, cobrindo um período de dez anos. Contudo, o custo total do projecto é estimado em 44 milhões de \$EU. Para isso, a Comissão, em colaboração com o PNUMA e a FAO, iniciou várias acções para a mobilização dos recursos suplementares necessários.

476. A Comissão, através do seu Escritório de Fouta-Djallon, realizou a 10ª reunião do Comité Consultivo do Programa Regional para o Desenvolvimento Integrado do Maciço de Fouta-Djallon de 31 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2006, em Freetown, Sierra Leone. A reunião contou com a presença de Pontos Focais de todos os países membros, representantes das OMVs, PNUMA, FAO, bem como de funcionários dos Departamentos Técnicos Nacionais, Parlamento, ONGs e órgãos de comunicação da República da Sierra Leone.

477. O objectivo principal da 10ª Sessão foi identificar actividades e medidas ou serem realizadas e concluídas pelos países membros, a União Africana, o PNUMA e a FAO, para o arranque do projecto de Gestão Integrada dos Recursos Naturais que foi aprovado pelo GEF para financiamento. A reunião analisou igualmente as modalidades para reforçar a colaboração entre o Programa de Fouta-Djallon e as Organizações de Bacias Hidrográficas. As recomendações da reunião incluíram: a necessidade de finalizar as disposições institucionais e detalhadas para a implementação do projecto a fim de permitir à FAO, bem como à agência de execução concluir o plano de trabalho e o orçamento para aprovação pelo GEF; cartas de compromisso da parte dos países membros relativas à sua contribuição no co-financiamento de projectos, co-financiamentos suplementares que deverão ser conseguidos de outros parceiros financeiros; e a realização da Conferência Ministerial dos Países Membros do Programa que deverá ter como objectivo o lançamento oficial do projecto.

478. A Reunião Consultiva Regional sugeriu também que a Rede Africana das Organizações das Bacias Hidrográficas (ANBO) deverá ser um instrumento apropriado para reforçar a cooperação entre o Programa de Fouta-Djallon e a Organização das Bacias Hidrográficas.

ESCRITÓRIO DE UA-SAFGRAD

479. A Comissão, através do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento de Cereais das Zonas Semi Áridas, realizou as seguintes actividades durante o período em análise:

i) Projecto de Investigação e Combate ao Estriga

480. O *Striga hermonthica* é uma erva daninha parasitária que causa grandes danos aos cereais. É nefasta para os meios de subsistência de mais de 100 milhões de pessoas só em África. Para tratar do problema do estriga, o projecto de investigação e combate ao estriga africano foi concebido para cobrir uma vasta área geográfica devido à importância desta peste nas zonas semi-áridas de África. Está mais concentrada na estratégia de aumentar e melhorar as tecnologias para combater o estriga na agricultura. O último objectivo é melhorar a capacidade dos países participantes de acelerar a divulgação de tecnologias com práticas de combate ao estriga e aumentar a tomada de consciência em relação a esta peste, com vista a facilitar ou promover a formulação de políticas propícias à redução do estriga.

481. Na África Ocidental e Central realizaram-se testes em 23 variedades de milho tolerantes e resistentes ao estriga (STR) em três variedades de ervilha e uma variedade de semente de soja e amendoim que já estão prontos para serem diversificadas. Sob a direcção da UA/SAFGRAD, mais de 100 agricultores receberam formação sobre a origem e o combate ao estriga, bem como produção de sementes nos campos e cientistas de sete países, nomeadamente o Benin, Burkina Faso, Camarões, Côte d'Ivoire, Gana, Mali e Nigéria foram apoiados na área da pesquisa e combate ao estriga.

ii) Aproveitamento das Águas Pluviais e Uso de Nutrientes na Bacia do Volta

482. Este projecto visa reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar, o rendimento e os meios de subsistência de agricultores de médios e fracos recursos na Bacia do Volta. Foi utilizado um sistema de abordagem que integra a eficiência do uso de água, e gestão dos nutrientes e das colheitas, a melhoria do plasma germinativo, juntamente com a identificação de oportunidades de mercado e o desenvolvimento de empresas agro-rurais para beneficiar tanto o meio ambiente, como os agricultores pobres. A UA/SAFGRAD assumiu o papel de liderança de uma actividade cujo elemento fundamental é promover e acelerar a melhoria de qualidade dos cereais, da água e das estratégias de gestão de nutrientes através de uma informação mais eficaz e de mecanismos de divulgação metodológica.

483. Um inventário de tecnologias apropriadas para conservar o solo e a água foi realizado no Burkina Faso. As tecnologias tradicionais (zai stone bonds etc.) foram descritas no estudo. Os novos meios equitativos de marketing e inventário relacionados com esquemas de créditos, o conceito “saheliano de agricultura ecológica que combina o crescimento rápido de espécies de acácias, uma árvore aclimatada (*Ziziphus Mauritânia*) e os dispositivos de conservação de água (meia-lua), têm sido aumentados com vista a melhorar os meios de subsistência dos agricultores nas áreas de estudos piloto no Burkina Faso e no Gana.

iii) Promoção de Sistemas de Exploração Agrícola Sustentáveis no Combate à Desertificação em África

484. Como ponto focal do 6º programa temático de redes (rede e de sistemas agrícolas sustentáveis) no Programa de Acção Regional para a África da Convenção das Nações Unidas de luta contra a Desertificação (UNCCD), realizaram-se actividades de divulgação da rede. Isto foi parcialmente concretizado através da publicação e distribuição de documentos sobre a rede, bem como a sensibilização para a mobilização de fundos para realizar actividades essenciais à rede. Para esse fim, os parceiros de desenvolvimento (por ex: o PNUMA/GEF) foram consultados para um possível desenvolvimento de projectos em todo o continente africano através do GEF, em conformidade com os objectivos da rede de programa temático.

485. A UA/SAFGRAD preparou um documento de referência sobre “acelerar as práticas inovadoras e sustentáveis e bem sucedidas de gestão de terras aos níveis regional e sub-regional no quadro do Programa de Acção Regional”, como parte da elaboração das consultas com o PNUMA/GEF sobre as possibilidades de solicitar o apoio do GEF para a implementação de um projecto. A discussão com o PNUMA/GEF permitiu uma compreensão comum da importância das ideias reflectidas no documento de referência sobre a possível identificação de países alvo de cada uma das sub-regiões. Estão em curso consultas sobre esta questão.

ASSUNTOS ECONÓMICOS

486. Durante o período de Janeiro a Junho de 2006, a Comissão, através do Departamento dos Assuntos Económicos, levou a cabo uma série de actividades relacionadas com o seu mandato.

A. OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM) E AS ESTRATÉGIAS DE LUTA CONTRA A POBREZA

487. De 26 a 28 de Março de 2006 teve lugar no Cairo, Egipto, uma reunião plenária africana sobre a luta contra a pobreza e implementação dos ODMs. A plenária foi co-organizada pela Comissão da União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). A plenária passou em revista a implementação das Estratégias de Primeira Geração de Luta contra a Pobreza, avaliou os progressos para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) pelos países africanos e fez recomendações no sentido de orientar a formulação e implementação do próximo ciclo de Estratégias de Redução de Pobreza, doravante designado ERP de segunda geração (ERPSG). As recomendações eram sustentadas pela grande preocupação relativa à credibilidade dos ERP como estratégias verdadeiras apropriadas pelos africanos e a eficácia das estratégias de primeira geração na produção de um nível e modelo de crescimento compatível com a realização dos ODMs.

488. A plenária constatou que vários países africanos estão a completar as suas estratégias de 1ª geração e estão no processo de formulação e, em alguns casos, implementação das ERPSG. Por conseguinte, a plenária sublinhou a necessidade de avaliar os progressos realizados até agora, no que respeita a estratégias de 1ª geração e assegurar que as da 2ª tenham em conta as lições e experiências das primeiras, que sejam suficientemente orientadas para o crescimento e reflectam um equilíbrio adequado entre os investimentos do sector produtivo e social e que estejam solidamente fixados nos ODMs. Notou, com satisfação, uma melhoria na estabilidade macro-económica e um crescimento em vários países africanos, como indica o facto de nos 5 últimos anos, vários países africanos manifestarem uma taxa de crescimento médio de 5 por cento ou mais. Por conseguinte, havia necessidade de tirar ensinamentos dos vários países africanos de rendimento médio, incluindo o Botswana, a Tunísia, o Egipto e Marrocos que fizeram grandes progressos para alcançarem os ODMs.

489. A plenária constatou, com grande preocupação, os progressos lentos registados na maioria dos países africanos na realização dos ODMs. Uma das preocupações era o aumento da pobreza; a considerável e persistente desigualdade do género; distribuição assimétrica do rendimento e crescimento irregular e insuficiente. A plenária notou igualmente que mesmo nos países africanos mais desenvolvidos, a concentração desse crescimento registava-se nos sectores extractivos, o que comprometeu as repercussões do crescimento e reduziu o seu impacto na redução da pobreza e no alcance dos ODMs. Por outro lado, a plenária salientou que os esforços de África na realização dos ODMs serão dificultados se não

houver um crescimento alargado a todas as áreas; melhorias em termos de apropriação, liderança e responsabilidade na formulação e execução dos seus programas de desenvolvimento; estratégias de reforço de capacitação integradas para e desenvolvidas implementação dos ERP; e trabalho com os parceiros doadores a fim de se conceber um programa de ajuda que poderá reduzir os custos de transacção e apoie a implementação de prioridades de políticas nacionais tal como reflectido nas ERP.

490. A plenária notou com satisfação o trabalho realizado pela Comissão da União Africana e pelo Secretariado da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), na análise em colaboração com a CEA, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o PNUD, na revisão da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) em África. Além disso, elogiou os esforços de colaboração que culminaram com a preparação de uma Posição Comum Africana sobre a Revisão dos ODMs, que foi apresentado aos Chefes de Estado e de Governo na sua Cimeira que teve lugar em Sirte, Líbia, em Julho de 2005.

491. A plenária sublinhou a importância do cancelamento da dívida para as economias africanas e a reafecção dos recursos economizados para os sectores de crescimento, nomeadamente as infra-estruturas físicas, a agricultura e os principais sectores sociais, como a educação e a saúde. A este respeito, elogiou os esforços envidados pelos Chefes de Estado e de Governo no sentido de incentivar o cancelamento da dívida durante a Cimeira de Gleneagles em Julho de 2005. Além disso, congratulou-se pelo facto de catorze (14) países africanos terem sido identificados para o cancelamento da dívida e apelou à comunidade internacional para declarar expressamente nos seus compromissos a sua assistência a esses países com vista a alcançar os ODMs na data prevista de 2015. Recomendou igualmente que a União Africana continue a incentivar o cancelamento da dívida para os restantes países africanos. Para assegurar que os seus benefícios atinjam todos os países africanos. Contudo, notou-se que embora o cancelamento da dívida fosse necessário, não era uma condição suficiente para alcançar os ODMs. O sucesso na realização dos ODMs depende também dos “países africanos” e do empenhamento da comunidade internacional em determinar as áreas prioritárias para o continente e que incluem paz e segurança; boa governação; investimentos particularmente no domínio das infra-estruturas; mobilização de recursos internos; igualdade do género; VIH/SIDA e outras doenças; financiamento e desenvolvimento de capacidades dos ODMs. A este respeito, exortou à União Africana a desempenhar o seu papel político de liderança implementando, o mais breve possível, o seu plano de monitorização e avaliação da implementação dos ODMs em África.

492. Embora tenha verificado melhorias associadas às ERPSG, a plenária foi da opinião que os governos africanos necessitavam de fazer muito mais para formular programas e políticas de crescimento que tenham em conta as necessidades dos pobres, abordar os constrangimentos ligados ao reforço de competências e melhorar a apropriação através da institucionalização de mecanismos de consulta. Espera-se

igualmente que os parceiros externos acelerem a harmonização da ajuda, foram propostas às seguintes recomendações para a orientação da formulação das ERPSG e para o crescimento acelerado e realização dos ODMs:

- a) Deve ser facilitado um modelo de crescimento global e compatível com a realização dos ODMs;
- b) Os actores políticos devem melhorar a participação dos intervenientes na formulação, implementação e supervisão de programas de desenvolvimento a fim de promover uma maior apropriação e responsabilização dos países e em relação às ERP;
- c) Os responsáveis políticos em África devem melhorar a capacidade nacional a fim de implementar efectivamente as ERP;
- d) A eficácia da ajuda deve ser melhorada;
- e) O diálogo político das ERP deve ser mantido.

493. A plenária africana sobre Estratégias de Luta contra a Pobreza e Implementação dos ODMs provaram ser um fórum valioso para troca de opiniões e articulação de novas políticas incentivadoras que os países africanos devem tomar em conta os seus programas de luta contra a pobreza e realização dos ODMs.

B. ESTABELECIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS TAL COMO ESTIPULADO NO ARTIGO 19 DO ACTO CONSTITUTIVO

494. O Departamento recebeu nomes dos peritos que farão parte dos comités técnicos das instituições. Espera-se igualmente que os respectivos países anfitriões integrem as comissões técnicas. A este respeito, o Departamento continua a aguardar a decisão das regiões da África Central e Ocidental sobre os países que acolherão o Fundo Monetário e o Banco Central, respectivamente. O estabelecimento dos comités técnicos já se encontra numa fase avançada, o que permitirá o início dos estudos de viabilidade logo que os recursos estiverem disponíveis.

C. RACIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS

495. O Departamento convocou reuniões consultivas a nível de peritos em Acra, Gana, em Outubro de 2005 e em Lusaka, Zâmbia em Março de 2006. Estas consultas culminaram com a Conferência dos Ministros da Integração que teve lugar em Ouagadougou, Burkina Faso no final de Março de 2006. Os Ministros constataram a necessidade da racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CER's), e fizeram uma série de recomendações que serão submetidas à Conferência em Banjul. Emitiram igualmente uma declaração em que decidem:

- i) Solicitar à Conferência da União Africana (UA) que ponha termo no sentido de por fim ao reconhecimento de novas CERs. Neste sentido, continuarão a ser reconhecidas apenas as seguintes oito CERs:
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO);
 - Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA);
 - Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC);
 - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC);
 - Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD);
 - União do Magrebe Árabe (UMA);
 - Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD); e
 - Comunidade da África Oriental (EAC).
- ii) Reconhecer para além das oito CER's acima enumeradas, os esforços de cooperação e integração anteriores e em curso levados a cabo pelas Organizações Inter-Governamentais existentes no Continente (OIG's).
- iii) Reanalisar o Tratado de Abuja, de modo a reajustar o calendário da sua implementação, tendo em consideração as disposições da Declaração de Sirte de 9.9.99, e finalizar o novo Protocolo sobre as Relações entre a UA e as CER's para assinatura no mais curto espaço de tempo.
- iv) Solicitar à Comissão da União Africana e às CER's para:
- Harmonizar e coordenar as políticas e os programas das CER's como estratégias importantes para a racionalização;
 - Criar mecanismos com vista a facilitar o processo de harmonização e coordenação dentro e entre as CER's;
 - Levar a cabo uma auditoria institucional das CER's para avaliar os desafios e constrangimentos de eficiência relacionados com a implementação do Tratado de Abuja. A Comissão da União Africana deve em consulta com as CERs e em colaboração com a CEA, estabelecer um calendário preciso e marcos de referência para a

implementação do Tratado, tendo em conta a Declaração de Sirte de 9.9.99.

- v) Encorajar as CER's no sentido de promoverem a livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços, por forma a reforçar a integração do continente;
- vi) Exortar os Estados Membros a honrarem as suas obrigações financeiras e outras em relação às CER's a fim de que elas possam levar a cabo os seus mandatos, com ênfase para o processo de integração;
- vii) Convidar a União Africana a institucionalizar a reunião dos Ministros Africanos responsáveis pela integração, com vista a acompanharem o processo de integração continental.

496. Como isto faz parte do tema da Cimeira de Banjul, prevê-se que a Conferência dê mais orientações sobre a racionalização das CER's em África, com vista a acelerar a integração continental.

D. CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA

497. No âmbito das actividades estatísticas, o Departamento levou a cabo várias actividades.

498. O processo de recolha de dados está ainda em curso por forma a incluir todos os indicadores que foram identificados. Estes dados sócio-economia, do indicadores do sobre Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, ODM e os indicadores do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), sobre os Estados Membros, as médias relativas a África, os indicadores básicos das Comunidades Económicas Regionais, e a informação sobre os Institutos Nacionais de Estatísticas e dos Bancos Centrais Africanos, foram incorporados nos ficheiros da MS Excell e estão acessíveis na página da Internet da Unidade de Estatísticas da União Africana.

499. Relativamente à cooperação sobre questões estatísticas entre os Institutos de Estatísticas Pan-Africanos e Nacionais, a Comissão da União Africana participou e apresentou documentos sobre a utilização de estatísticas no seio da UA e contribuiu para a elaboração do Quadro Estratégico Regional de Referência para o Reforço de Capacidades na área de Estatísticas em África, como orientações para o desenvolvimento das estatísticas nos próximos 10 anos. O Departamento participou igualmente na segunda reunião do Fórum Africano para o Desenvolvimento de Estatísticas (FASDEV-II), que teve lugar de 9 a 10 de Fevereiro de 2006, no Centro de Conferências das Nações Unidas (CEA) em Adis Abeba, Etiópia. Este fórum reconheceu o empenho da UA em tornar as estatísticas mais visíveis dentro da Comissão, através da criação da Unidade de Estatísticas, e instou a União Africana no sentido de dar mais apoio político para o desenvolvimento das estatísticas em África.

500. O desenvolvimento de um banco de dados integrado online com as seguintes componentes: sectores relacionados com áreas sócio-económicas, indicadores dos ODM's, indicadores do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), período de tempo, áreas geográficas, análise de dados, tabelas, gráficos e outras funções tais como o cálculo de médias, totais, máximos, mínimos, está em curso e estará operacional no início de Junho de 2006.

501. Estão em curso actividades para a implementação do Quadro Estratégico Regional de Referência para o reforço de capacidades na área das estatísticas em África juntamente com o Banco Africano de Desenvolvimento e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA)

E. Diálogo África – UE

502. No âmbito do diálogo África-UE, teve lugar a Sexta Reunião Ministerial das Troikas de África e da UE, em Viena, Áustria, a 8 de Maio de 2006. Esta reunião foi precedida de uma reunião de Funcionários Sêniores que teve lugar de 6 a 7 de Maio de 2006. Os Ministros constataram que em Dezembro de 2005, a União Europeia havia adoptado uma nova estratégia para África. Esta Estratégia fornece um quadro de acção comum, global e coerente para todos os Estados Membros da UE e da Comissão Europeia com vista a apoiar os esforços de África visando alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. A estratégia reflecte o interesse da Europa no desenvolvimento de África como um continente estável e próspero e que 2006 seja um ano crucial para a implementação. Os Ministros passaram em revista os progressos alcançados desde a 5ª Reunião Ministerial da Troika realizada em Bamako e decidiram sobre acções a serem realizadas no futuro.

503. Neste sentido, os Ministros:

- Aprovaram um quadro de implementação conjunta com vista a monitorizar a implementação dos compromissos assumidos;
- Acordaram em trabalhar numa proposta visando formular uma proposta de Estratégia Conjunta UE - África, a ser adoptada, de preferência, na 2ª Cimeira UE - África;
- Saudaram o aumento previsto relativamente ao apoio financeiro à União Africana e, em particular, o futuro programa de apoio de 55 milhões de Euros financiados pela 9ª FED;
- Saudaram igualmente a concessão a curto prazo, de 50 milhões de Euros do 9º FED para o Fundo de África para a Paz destinados a financiar a Missão da União Africana no Sudão e a concessão de 300 milhões de

Euros do 10º FED com vista a manter o Fundo e África para a Paz de 2008 a 2010;

- Aclamaram a criação de uma Iniciativa de Governação para África que visa estabelecer um consenso e apoio à implementação de programas sobre governação;
- Acordaram discutir regularmente questões sobre Direitos Humanos, incluindo a nível de peritos, num formato modificado da Troika;
- Aguardam com interesse a realização do 1º Fórum de Negócios UE - África a ser realizado em Bruxelas no 2º semestre de 2006;
- Saudaram o aumento do nível de financiamento da cooperação através do Fundo Europeu de Desenvolvimento que disponibilizou 22,682 biliões de Euros ao abrigo do 10º FED para o período compreendido entre 2008-2013;
- Aguardam a realização da reunião ministerial UE – África sobre migrações, tendo em conta o Diálogo de Alto Nível da ONU sobre as Migrações, que terá lugar em Setembro de 2006;
- Saudaram o relatório preliminar da Avaliação Continental dos Sistemas de Alerta Prévio para a Segurança Alimentar, realizado sob os auspícios da FAO e financiado pela UE;
- Aguardam a criação de um Fundo Fiduciário para apoiar a Parceria UE – África para a criação de infra-estruturas com um montante inicial de 60 milhões de Euros em subvenções da Ajuda da Comunidade e cerca de 260 milhões de Euros em empréstimos a serem geridos pelo BEI. Esta parceria terá em consideração e contribuirá para os projectos da NEPAD.

504. Os Ministros acordaram em acompanhar a implementação dos compromissos decorrentes do Diálogo, através de uma actualização regular do Quadro Conjunto de Implementação. O Quadro será actualizado de três em três meses pelas Troikas a nível de Embaixadores e apresentado às Troikas Ministeriais nas suas reuniões bienais. Os Ministros decidiram trabalhar activamente em prol da realização de uma Cimeira África-UE, que está pendente desde a última Cimeira que teve lugar no Cairo, Egipto, em 2000. Portugal continua a ser o país que poderá acolher a Cimeira em 2007.

505. Os Ministros saudaram a decisão da criação do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento, num montante de 22.682 biliões de Euros para um período de seis anos (2008-2013), a maior parte do qual será destinada à África Sub-sahariana. Os

Ministros expressaram o desejo de a programação das estratégias nacionais e regionais ficar concluída em meados de 2007 de modo a contribuir para o início atempado da implementação do 10º FED. Os Ministros saudaram igualmente os esforços envidados pela parte europeia, com vista a acelerar a implementação de programas pendentes do EDF.

506. Os Ministros tomaram nota da proposta africana segundo a qual, devido à transformação institucional da UA, se devia garantir de um envelope pan-africano no âmbito do 10º FED para financiar os programas e actividades acordados a partir da Estratégia da UE para África.

507. A parte africana saudou a proposta da Comissão Europeia no sentido de mobilizar 30 milhões de Euros para combater a gripe das aves através da parceria e mecanismo existentes da UA. A UE convidou a UA a participar na próxima Reunião de Funcionários Sêniores a ter lugar em Viena de 6 a 7 de Junho de 2006, seguida da Conferência de angariação de anúncio de fundos de Beijing. Esta reunião constituirá uma oportunidade para realçar a situação específica dos países africanos no contexto da epidemia da gripe das aves e propor que a próxima reunião seja realizada em África.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Introdução

508. Durante o período em revista, a Comissão ocupou-se da implementação das Declarações e Decisões emanadas da 6ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e da 8ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo realizada em Cartum, Sudão, em Janeiro de 2006. Estas duas reuniões aprovaram as recomendações da 2ª Conferência Extraordinária dos Ministros do Comércio que teve lugar em Arusha, Tanzânia, em Novembro de 2005 e que incidiu essencialmente na liberalização e integração do comércio intra-africano, incluindo a cooperação no âmbito das alfândegas, negociações comerciais multilaterais e matérias-primas.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DAS ALFÂNDEGAS

509. A Comissão convocou, de 3 a 7 de Abril de 2006, a 2ª Sessão Ordinária do Sub-Comité de Directores-gerais das Alfândegas em Harare, Zimbabwe. O Sub-Comité foi criado através da Decisão EX.CL/Dec. 111 (V) emanada da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo. O principal ponto posto à consideração foi a questão da Integração Continental/Regional do ponto de vista do papel das administrações das alfândegas, como actores principais na implementação dos programas de facilitação do comércio, tanto nos países como a nível das fronteiras e das CERs. Os Directores-gerais levaram a cabo uma análise aprofundada dos pontos fortes e fracos, constrangimentos, desafios e oportunidades com que se confrontam

as suas administrações em termos de facilitação do comércio, num ambiente de múltiplas e sobreposição de filiações nas CERs e duplicação de mandatos e fizeram recomendações pertinentes sobre a necessidade da racionalização das CERs. Fizeram igualmente recomendações sobre o impacto das negociações dos Acordos de Parceria Económica na facilitação do comércio, a necessidade do reforço da Divisão das Alfândegas da Comissão da UA e os requisitos de financiamento para a coordenação, acompanhamento e implementação dos programas aduaneiros.

FÓRUM SOBRE A BOLSA PAN-AFRICANA DE MATÉRIAS-PRIMAS

510. Em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.253 (VIII) da 8ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo de Cartum, em que se solicita à Comissão de implementar os compromissos contidos na Declaração e no Plano de Acção de Arusha sobre os produtos de base, a Comissão organizou um Fórum de 8 a 1^o de Maio de 2006, em Gaborone, Botswana, à intenção dos operadores económicos e dos peritos africanos a fim de preparar o lançamento e a implementação de uma Bolsa Pan-Africana de Produtos de Base. O objectivo desta Bolsa é tornar os mercados dos produtos de base mais transparente, aumentar o comércio inter-africano e o rendimento dos produtores enquanto se consolida o papel e o lugar dos produtos africanos no comércio internacional. O Fórum elaborou um roteiro que especifica todas as etapas conducentes à criação desta Bolsa prevista para Agosto de 2007. A criação desta bolsa necessita do reforço de parceria público-privado. A CUA deverá prestar o seu apoio a este projecto, intercedendo a favor da sua criação, dando-lhe orientações políticas necessárias e sobretudo dotando-o de um quadro jurídico apropriado com vista a torná-lo eficiente.

511. De 6 a 8 de Junho, a comissão, em concertação com o CFC, realizou consultas com os peritos das CERs sobre as estratégias e modalidades de execução das decisões tomadas na Declaração de Arusha. As consultas foram concluídas com a adopção de um programa de trabalho harmonizado relativo:

- ao desenvolvimento dos produtos de base e sua diversificação;
- ao mecanismo de estabelecimento de bolsas de matérias-primas ao nível regional e continental;
- ao reforço de capacidades das Associações dos produtores e exportadores de produtos de base;
- à criação de uma Comissão;

- à argumentação da criação de um fundo de diversificação.

4ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio

512. Em conformidade com a Declaração da Conferência AU/Decl. 1 (VI), adoptada na 6ª Sessão Ordinária realizada em Cartum, solicitando à Comissão da União Africana para tomar as medidas necessárias com vista a continuar a coordenar a Posição Comum Africana, dar apoio técnico necessário aos negociadores africanos na OMC e receber orientações políticas sobre outras questões relacionadas com o comércio e que são cruciais para o desenvolvimento de África, a Comissão convocou a 4ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio em Nairobi, Quênia, de 12 a 14 de Abril de 2006. A Conferência analisou questões relacionadas com a OMC e os Acordos de Parceria Económica (APEs), liberalização do comércio e integração em África, o apoio da OMC à Iniciativa do Comércio, a AGOA, a Cooperação China-África, ao Comércio e a Migração. Tendo em consideração o prazo de fim de Abril estabelecido para as modalidades relacionadas com a Agricultura e o Acesso ao Mercado de Produtos Não-agrícolas nas negociações com a OMC, a Conferência emitiu a Declaração Ministerial de Nairobi sobre o Programa de Trabalho de Doha, que constitui a Posição Comum Africana de Orientação para os negociadores africanos em Genebra. Emitiu igualmente a Declaração de Nairobi sobre os APEs com vista a orientar as CERs interessadas na fase crucial das suas negociações com a UE. A Conferência discutiu exaustivamente a questão da integração e aprovou uma Resolução sobre a Racionalização das CERs. Finalmente, os delegados fizeram recomendações apropriadas sobre a iniciativa da OMC sobre a Ajuda ao Comércio, sobre a AGOA, a Cooperação China-África e sobre o Comércio e Migração.

Parceria Institucional, Agenda de Desenvolvimento de África e Prioridades

513. A revisão global do ano passado sobre os progressos realizados relativamente à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), salientou o facto de que, salvo raras excepções e dadas as tendências actuais, a África, como continente, não atingirá a maior parte dos ODMs dentro do plano estabelecido. A este respeito, os líderes e governos africanos, trabalhando em conjunto sob os auspícios da União Africana concordaram acelerar esforços no quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) a fim de alcançarem os objectivos e outras prioridades políticas e sócio-económicas. A resposta recente da comunidade internacional sobre a situação em África e as promessas de apoio para atingir as prioridades da NEPAD, foram muito encorajadoras.

514. Com vista a responder com prontidão a estas realidades, a CEA, a Comissão da União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), decidiram redobrar esforços trabalhando conjuntamente e em sinergia. É de louvar a iniciativa do nosso parceiro, o novo Secretário Executivo da CEA, de reposicionar a CEA, para que de acordo com o seu mandato e com o programa da

União Africana, possa centrar-se na realização de resultados em duas áreas relacionadas, nomeadamente: (i) Promoção da Integração Regional apoiando a Visão e as prioridades da União Africana; e (ii) realização das necessidades e desafios específicos de África, de acordo com o programa da NEPAD.

515. O apoio que a CEA fornecerá à agenda de integração regional da UA ajudará a UA e à sua Comissão no processo de aceleração da integração política e sócio-económica do continente, na promoção e defesa de posições comuns africanas, e na criação das condições necessárias para permitir ao continente desempenhar o seu papel legítimo na economia global. Isto inclui o apoio a uma série de actividades trans-fronteiriças e iniciativas em vários sectores, nomeadamente as Infra-estruturas, as TIC, Energia e VIH. A principal componente da reforma da CEA é a de delegar competências aos Escritórios Sub-Regionais (ESRs) o que lhe permite aumentar os seus esforços no sentido de resolver as necessidades específicas das Comunidades Económicas Regionais (CERs) da União Africana.

516. Uma parceria forte entre as principais instituições regionais africanas é fundamental para o avanço desta Agenda. A este respeito, é encorajador o compromisso da CEA em participar activamente no trabalho da Comissão Conjunta União Africana (CUA) - Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Secretariado da CEA, que foi revitalizado no início deste ano sob a direcção da Comissão a UA.

517. A CUA continuará a trabalhar com o Secretariado Geral da ONU com vista a promover uma melhor coerência nas actividades da CEA em África. A este respeito, a CEA continuará a conduzir o mecanismo consultivo regional da ONU a fim de favorecer o apoio coordenado da ONU no quadro da implementação da agenda do Programa do NEPAD. Agora, a pedido do Secretário-Geral da ONU e da Comissão da União Africana, isso será alargado de forma a incluir a responsabilidade na coordenação do sistema de apoio da ONU à UA. A CUA trabalhará com a CEA no sentido de incluir este mecanismo num processo de consultas regulares e frequentes sobre a colaboração da UA/ONU com outras entidades da ONU em Adis Abeba. A CEA trabalhará também em estreita colaboração com o Conselheiro Especial para a África (OSAA) a fim de apresentar e defender os interesses e opiniões dos Africanos à comunidade internacional em geral.

518. As propostas para o reposicionamento da CEA foram acabar de ser aprovadas pela Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico realizada em Ouagadougou, de 12 a 15 de Maio de 2006. O Secretário Executivo consultou também os Embaixadores da União Africana, a Comissão da União Africana e os parceiros internacionais que o encorajaram a prosseguir e materializar esta corajosa iniciativa, em colaboração com a Comissão da União Africana.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2006

Report of the commission for the period january - june 2006

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4168>

Downloaded from African Union Common Repository